REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

A MAÇONARIA PRESENTE

3ª Edição

Rubens Pantano Filho

FoxTablet

RUBENS PANTANO FILHO

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932
A MAÇONARIA PRESENTE

2021

© 2021, Fox Tablet

Título - Revolução Constitucionalista de 1932: a Maçonaria presente

Autor: Rubens Pantano Filho

Revisão: Meire Helen Godoi de Moraes

Imagem da capa: Governo do Estado de São Paulo. **Obelisco do Ibirapuera**. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Passagem_da_Tocha_Ol%C3%ADmpica_em_SP_(28605512140).jpg. Acesso em: 12 nov. 2019.

Design e Diagramação: Ademilson Francisco Couto

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR:
Bibliotecário: Sandro Revolti ─ CRB8 / 7535.

P222r Pantano Filho, Rubens.

Revolução Constitucionalista de 32: a Maçonaria presente. / Rubens Pantano Filho. – 3ª ed. - Salto (SP): Fox Tablet, 2021.

166 p.: il.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89010-22-7

1. República. 2. Revolução Constitucionalista. 3. Maçonaria. I. Grande Oriente de São Paulo. II. Salto. III. Título.

CDD – 981.06

Índices para catálogos sistemáticos:

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, sem a permissão expressa do editor (Lei nº 9.610, de 19/02/1998).

Todos os direitos desta edição reservados pelo Autor

Rua Toscana, 176 – Bairro Vila Roma – Salto/SP – CEP 13321-440
Tel. (11) 4840-8999 / Cel. (11) 98689-1789 / contato@foxtablet.com.br

In memoriam

Ao querido primo e grande amigo, Paulo Menotti Del Picchia Neto, médico e professor universitário, neto do ilustre maçom Paulo Menotti Del Picchia, poeta, romancista, cronista, jornalista, advogado e revolucionário em 32.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui minha imensa gratidão às pessoas e entidades que me auxiliaram, tornando possível a publicação deste livro, agora no formato digital:

Grande Oriente de São Paulo – GOSP;

Academia Campinense Maçônica de Letras – ACML;

A.R.L.S. de Estudos Sem Fronteiras, Indaiatuba - GOSP;

A.R.L.S. Tiradentes, Salto/SP - GOSP;

A.R.L.S. Sabedoria e Prudência, Indaiatuba - GLESP;

A.R.L.S. Amor à Justiça, Itatiba - GOP;

A.R.L.S. Ordem e Progresso CL, Indaiatuba – GOB-SP;

A.R.L.S. Regente Feijó III, Itu – GOB-SP;

Ir. Antônio Carlos Mendes;

Ir. Antonio Carmelito Marassato;

Ir. Antônio Hélio Teixeira;

Ir. Benedito Marques Ballouk Filho;

Ir. José Elias Aun Filho;

Ir. Kamel Aref Saab;

Ir. Marcio Javaroni;

Ir. Ricardo Yamamoto Madeira;

Ir. Silvio Marx.

Para findar com essas primeiras considerações de agradecimento, dirijo minhas principais reverências a todos os que lutaram no Movimento Paulista de 32, em especial aos que tombaram nos campos de batalha, lutando pela reconstitucionalização do nosso país e pela construção da nossa democracia.

Rubens Pantano Filho

APRESENTAÇÃO

Neste mês de julho de 2021, há dois eventos de magnitude ímpar que merecem efusivas comemorações de parte de todos os paulistas e de nós Maçons Gospianos em particular: os 89 anos da Revolução Constitucionalista de 1932 e os 100 anos do Grande Oriente de São Paulo – GOSP.

A Revolução Constitucionalista de 1932 é considerada por muitos pesquisadores como um dos mais importantes marcos da história brasileira, notadamente do estado de São Paulo. Sobretudo nesse estado, o episódio é visto como um levante dos paulistas que se rebelaram contra o governo federal, à época liderado por Getúlio Dorneles Vargas, com a finalidade de preservar as instituições democráticas e pela manutenção do Estado de Direito. Referenciado por essa tese, ou seja, a importância daquele evento, movido pelo desejo de uma nova carta constitucional para garantia de direitos ao povo brasileiro, o lema do movimento revolucionário encontra-se impresso no brasão de armas de São Paulo, aprovado em pleno período revolucionário: *Pro Brasilia fiant eximia* (Pelo Brasil, façam-se coisas grandiosas).

Dessa história de lutas e de resistências, a maior guerra civil no Brasil do século 20, emergem os nomes de seus protagonistas, que merecem ser sempre referenciados: Paulo Virgínio, Maria Stella Rosa Sguassábia, Maria José Bezerra, Miguel Reale, Coronel Romão Gomes, Carlota Pereira de Queiroz, Guilherme de Andrade Almeida, Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho e outros. Ombreando com eles, estão também inúmeros ilustres membros da nossa Irmandade, tais como: Ataliba Leonel, Altino Arantes, Francisco Antônio de Almeida Morato, Ibrahim Nobre, Pedro Manuel de Toledo, Paulo Menotti Del Picchia, Américo de Campos, Edgard Armond, Francisco Rangel Pestana, Manoel Ferraz de Campos Salles, José Maria Lisboa, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte, Cesário Coimbra e Joaquim Celidônio Reis, entre outros.

O Grande Oriente de São Paulo – GOSP é uma Potência Maçônica Regular, fundada em 29 de julho de 1921. Com presença destacada na história do Estado de São Paulo, os Irmãos e as centenas

de Lojas a ele filiadas participaram de diversos momentos históricos marcantes, tal como a citada Revolução 32, objeto desta publicação. Naquele memorável evento, como destacado, membros das Lojas maçônicas lutaram bravamente – inclusive nos campos de batalha – na defesa dos ideais democráticos e constitucionais.

Nestes 100 anos de existência do GOSP, além dessa importante participação, inúmeras foram as ações empreendidas ou por ele fomentadas, nas quais o envolvimento da Ordem foi decisivo. Assim é que podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que a participação de muitos Maçons na construção progressista da Sociedade Paulista foi fundamental.

Hoje, as Lojas filiadas ao GOSP são responsáveis por mais de 140 diferentes tecnologias sociais, empreendidas por dezenas de milhares de Irmãos, com trabalhos em prol da transformação da sociedade para o Bem Social.

Na vanguarda da Maçonaria Brasileira, o GOSP tem se destacado com projetos e programas, tais como a "Ação Política na Maçonaria", a criação dos "Institutos Profissionais" e o "Instituto Acácia de Responsabilidade Social", que vem apoiando as mais diversas obras sociais das Lojas, enaltecendo o protagonismo de seus obreiros em relevantes questões políticas e sociais do estado e do Brasil.

Assim, essa intersecção da história da Revolução Constitucionalista de 1932 com a do Grande Oriente de São Paulo justifica a celebração conjunta das duas efemérides.

É com esse espírito que meu Irmão Rubens Pantano Filho nos apresenta essa obra, a qual tenho grande honra de prefaciar nesta terceira edição, agora no formato *e-book*. Com uma linguagem muito agradável, que convida o leitor para a leitura, o livro destaca um tema ainda pouco explorado no meio maçônico: a participação dos Maçons e das Lojas na Revolução de 32.

Como Grão-Mestre do Grande Oriente de São Paulo parabenizo o autor por tornar realidade essa publicação, originária do 1º Concurso Literário - Revolução Constitucionalista de 1932, promovido pelo GOSP em 2017. Sentimo-nos também honrados pela disposição do autor em ceder os direitos autorais ao GOSP, para que

esse trabalho de pesquisa chegasse ao conhecimento de todos os Irmão e das Lojas de nossa Jurisdição, bem como aos Irmãos e Lojas das Potências coirmãs.

Isto posto, em nome de todos os Maçons Gospianos, felicito o Irmão Rubens Pantano Filho pela valiosa contribuição à história de um evento paulista de fundamental importância e, mais ainda, por lançá-la nessa data de comemoração dos 100 Anos do Grande Oriente de São Paulo.

Que todos tenham uma boa leitura.

Benedito Marques Ballouk Filho
Grão Mestre do Grande Oriente de São Paulo - GOSP

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....11

2 REVISITANDO A HISTÓRIA.....14

2.1 Primeira República.....14

2.2 República do Café com Leite.....18

2.3 Os presidentes da República até 1926.....22

2.4 A quebra do acordo entre São Paulo e Minas Gerais.....24

2.5 Um maçom ao lado de Vargas.....27

2.6 O ocaso da Primeira República.....29

2.7 Os tenentes e a Revolução de 1930.....32

2.8 O PRP, o PD, a Maçonaria e a Revolução de 1930.....34

3 O MOVIMENTO INSURGENTE.....37

3.1 Antecedentes da Revolução de 32.....37

3.2 O governador de São Paulo em 32.....42

3.3 O limiar da Revolução: a morte de quatro jovens.....44

3.4 É tempo de batalhas.....47

3.4.1 Leste Paulista.....50

3.4.2 Vale do Paraíba.....52

3.4.3 Centro Paulista.....54

3.4.4 Sul Paulista.....55

3.4.5 Litoral Paulista.....57

3.4.6 Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul).....57

3.5 Iconografia: apelos à população.....58

3.6 A Campanha do Ouro.....64
3.7 Engenharia e criatividade.....68
3.8 Registros sobre a Aviação Constitucionalista.....73
3.9 A aviação no conflito e a morte de Santos Dumont.....75
3.10 Destaque para os Pérolas Negras.....77
3.11 A mulher na linha de frente.....80
3.12 A participação dos estudantes.....85
3.13 A atuação dos escoteiros paulistas.....87
3.14 Romão Gomes e a "Coluna Invicta".....93
3.15 O poeta da Revolução.....97
3.16 Outro poeta em 32: o maçom Menotti Del Picchia.....102
3.17 Edgard Armond, mais um maçom na linha de frente.....105
3.18 O Tribuno da Revolução – Ibrahim Nobre.....107
3.19 Ituanos na Revolução de 32.....109
3.20 Memórias de um ituano revolucionário.....111
3.21 O Batalhão Limeirense.....114
3.22 Joaquim Bueno de Campos - Itatiba em 32.....117
3.23 A moeda paulista.....122
3.24 O correio revolucionário MMDC.....127

4 FIM DO CONFLITO.....136
4.1 Término da Revolução.....136
4.2 Consequências.....138
4.3 A Constituinte de 1933/1934 – as mulheres votando.....139
4.4 Cronologia do período.....141

5 MEMÓRIAS.....144
5.1 Homenagem aos quatro mártires.....144
5.2 Um monumento aos que tombaram.....146
5.3 O MMDC em tempos atuais.....148
5.4 Um maçom na Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.....152

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....155
6.1 Federalismo x Centralismo.....155
6.2 Separatismo x Retorno à legalidade.....155
6.3 Dois exércitos e uma única bandeira.....158
6.4 Conclusões.....158

REFERÊNCIAS.....160

ANEXO – O AUTOR.....164

1 INTRODUÇÃO

Acontecimentos históricos – tal como a Revolução Constitucionalista de 1932 – são formados, em geral, de fatos, ideias, pensamentos e movimentos sociais que produziram efeitos e geraram mudanças na sociedade, tendo assim importância na vida de um grupamento social. Esses acontecimentos, evidentemente, são produtos elaborados por pessoas que um dia sonharam, refletiram e atuaram. O estudo desses eventos históricos desempenha um papel importante, na medida em que contempla pesquisa e reflexão da relação construída socialmente e da relação estabelecida entre indivíduo, grupo e o mundo social.

A pesquisa histórica, independentemente de quem a realiza, é uma tentativa de interpretação sobre determinados fatos e/ou acontecimentos históricos. Assim, ao analisar os acontecimentos, quem o faz constrói uma interpretação sobre aquele momento histórico no qual está centrada sua atenção.

Muitos são os episódios históricos que uma determinada sociedade vivencia no decorrer de sua formação social. No entanto, mesmo com uma pesquisa exaustiva, é impossível para um pesquisador avaliar, discutir, compreender e explicar todos os acontecimentos, sentimentos e pensamentos que contribuíram para que determinado evento ocorresse. Assim, de acordo com a finalidade de sua investigação, cada pesquisador formula suas perguntas específicas, servindo-se de fontes e técnicas diferentes, o que lhe permite apoiar-se em problemas, conceitos e documentos. O pesquisador escolhe os aspectos que irá estudar, as fontes que irá analisar, as opiniões que pretende discutir, os sentimentos que julga mais importantes. Ele analisa um acontecimento com base em fontes históricas, aceitando ou recusando interpretações já existentes, colhe depoimentos e então estabelece as conclusões.

Cabe lembrar que nenhum evento histórico tem pureza total. O registro dos acontecimentos reflete sempre, de uma maneira ou de outra, a opinião, o pensamento e até os interesses do narrador, daquele que fez anotações sobre o que viu, viveu ou ouviu. Especialmente

quando o evento envolveu um conflito, uma disputa ou uma guerra há que se analisar pelo menos duas versões sobre o mesmo: a do vencedor e também a do vencido. Assim, para compreender e explicar os acontecimentos, o pesquisador estará sempre interpretando-os ou reinterpretando-os, tomando como ponto de partida sua forma de ver a sociedade e a própria História.

Com essas premissas, a presente publicação pretende analisar a Revolução Constitucionalista de 32, um movimento que se configurou como a maior mobilização militar ocorrida no Brasil, com um envolvimento direto de cerca de cento e trinta mil combatentes. Para alguns historiadores, o Movimento de 32 não teria passado de uma manipulação da classe dominante paulista. Para alguns outros, a questão do separatismo é o tema deslocado para o primeiro plano. No entanto, em que pese a existência de defensores da primeira ou da segunda tese sobre os revolucionários de 32, há também que se considerar o movimento, pela sua grandeza e amplitude na sociedade paulista, como sendo a revolta - política e economicamente - do mais importante estado da federação, em defesa das instituições constitucionais, ou seja, a Revolução de 32 não teve unicamente uma conotação econômica; foi sim uma manifestação legítima do povo de São Paulo pela reconstitucionalização do país e pela construção de uma democracia liberal e moderna.

Assim, é com esse espírito que as palavras de Souza e Chaves (2012) sobre o movimento constitucionalista são oportunas nesse momento:

> Tanto o Rio Grande do Sul, quanto São Paulo, cultivam guerras em que foram derrotados como pontos mais altos da sua afirmação dentro do Brasil. A Guerra dos Farrapos e a Revolução Constitucionalista representaram episódios dramáticos, com perdas humanas e materiais significativas. Ambas desafiaram a estrutura do império e da república num Brasil uno e heterogêneo. Não é justo que as histórias dessas lutas sejam conhecidas e festejadas isoladamente por gaúchos e por paulistas, sem intercâmbios, sem analisar circunstâncias nos Estados envolvidos e no Brasil como um todo.

Isso posto, antes de abordar propriamente a Revolução Constitucionalista de 1932, faz-se necessário registrar aqui a importância de voltar-se alguns anos na história, para que assim seja possível compreender melhor os antecedentes bem como o contexto em que se deu aquele movimento insurgente paulista. Dessa forma, de início serão feitas algumas considerações relativas ao período anterior, tomando como ponto de partida 1889, ano que estabelece o início do Período Republicano no Brasil. No entanto, ao tecer essa breve análise que se segue, relativa ao Período Republicano brasileiro, é oportuno levar em conta a afirmação de Kupper (2008, p. 2):

> Não é uma tarefa simples empreender um balanço objetivo da história republicana brasileira, inaugurada em l889. Desde então, o país tem vivido sucessivas crises institucionais: seis golpes de Estado, frequentes estados de sítio, nove eleições indiretas para presidente da República, cinco presidentes depostos, três presidentes eleitos e impedidos de assumir o cargo, seis constituições, um período parlamentarista e o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.
>
> Após l930, apenas quatro presidentes eleitos diretamente concluíram integralmente o mandato: Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.

Necessário faz-se atualizar o texto de Kupper (2008), tendo em vista estar datado de 2008. Em tempos atuais, deve-se acrescentar à lista de impeachment e dos que não concluíram seus mandatos o nome da ex-presidente Dilma Rousseff.

2 REVISITANDO A HISTÓRIA

2.1 Primeira República

Na história do Brasil, convencionou-se utilizar a denominação de Primeira República para designar o período entre 15 de novembro de 1889, que marca o encerramento do regime monárquico, até a Revolução de 1930.

Costuma-se dividir a Primeira República em dois períodos. O primeiro deles, denominado República da Espada (1889 a 1894), correspondente à etapa dos dois primeiros governos militares: o de Deodoro da Fonseca e o de Floriano Vieira Peixoto. O segundo período, geralmente recebe a denominação de República Oligárquica, República de Coronéis ou República do Café com Leite (1895 a 1930). Deve-se ressaltar que alguns historiadores costumam dar a denominação de Primeira República somente a esse último período, ou seja, ao período pós-governos militares, de 1895 até 1930. A partir dessa data, a Primeira República também passou a ser denominada pelos historiadores de República Velha.

O período republicano inicia-se com Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, considerado o proclamador da República, assumindo como chefe do Governo Provisório com a queda da Monarquia, em 1889. Em fevereiro de 1891, eleito pelo Congresso Constituinte, tornou-se também o primeiro Presidente República do Brasil, com um mandato presidencial que deveria ser de quatro anos, mas que se findou em menos de um ano.

Deodoro foi maçom ativo, desde sua iniciação, em 20 de setembro de 1873, na Loja Rocha Negra, Oriente de São Gabriel, Rio Grande do Sul, do Grande Oriente do Brasil - GOB. Apesar das viagens e remoções, devidas à sua patente militar, consta que ele manteve uma apreciável atividade maçônica. Também pertenceu à Loja Dois de Dezembro, do Rio de Janeiro, e ainda foi o 13º Grão-Mestre do GOB, eleito em 19 de dezembro de 1889 e empossado em 24 de março de 1890. A Figura 2.1 a seguir mostra uma pintura retratando o primeiro presidente da República do Brasil.

Figura 2.1 – Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil.

Fonte: Halley Pacheco de Oliveira**. Retrato do Marechal Deodoro da Fonseca. Autor: Ernesto Cesar Novak,** 2012. Licenciado sob Domínio Público, via Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pal%C3%A1cio_Pedro_Ernesto_-_Deodoro_da_Fonseca.jpg. Acesso em: 11 ago. 2017.

Em relação a Deodoro, destaca-se ainda que, inaugurada a República, como chefe do Governo Provisório, organizou um ministério totalmente constituído por maçons: Quintino Bocaiúva, na Pasta dos Transportes, Aristides Lobo, na do Interior, Benjamin Constant, na da Guerra, Rui Barbosa, na da Fazenda, Campos Salles, na da Justiça, Eduardo Wandenkolk, na da Marinha e Demétrio Ribeiro, na da Agricultura. Esses homens foram escolhidos pelo fato de representarem – com exceção de Rui Barbosa - os “republicanos históricos”. Analisando a composição do ministério, todos

pertencentes ao Grande Oriente do Brasil, pode-se concluir que a Maçonaria – naquele período - abrigava grandes homens em suas colunas, a elite intelectual do país (MOREL; SOUZA, 2008). O caráter federativo da República acabou por facilitar a hegemonia das oligarquias locais já existentes, que se viram fortalecidas pela autonomia conquistada pelos estados. Assim, os primeiros anos da República serviram para consolidar o poder econômico e político dos cafeicultores, sobretudo os de São Paulo (ARRUDA; PILETTI, 2005).

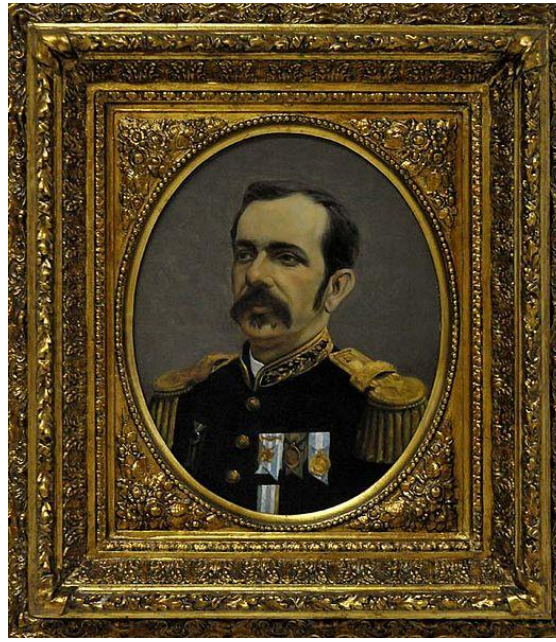
Desde o início da República, quando Deodoro da Fonseca assumiu o governo provisório, a relação do presidente com as oligarquias foi tensa, pois com a ascensão dos oligarcas ao poder nos estados, o presidente conquistou inimizades. Por ocasião das eleições indiretas, em fevereiro de 1891, os oligarcas que lhe eram contrários e que controlavam parte dos congressistas conseguiram eleger para o cargo de vice-presidente o candidato da oposição, marechal Floriano Peixoto. Como reação, Deodoro, tentando enfraquecer os oposicionistas, destituiu todos os governadores que lhe eram contrários, nomeando para seus lugares políticos de sua confiança. No entanto, os congressistas não mudaram de posição e continuaram contra o presidente.

Devido à crise econômica que se configurou logo no período inicial de seu governo, o Congresso tentou aprovar a “Lei de Responsabilidades” que diminuía os poderes do presidente. Deodoro reagiu decretando a dissolução do Congresso, prisão dos líderes oposicionistas, censura à imprensa e colocação do país em estado de sítio.

Insatisfeitos com a situação, a oposição e parte da Armada brasileira revoltaram-se. O almirante Custódio de Melo, que estava a bordo do Encouraçado Riachuelo, na Baia de Guanabara, ameaçou bombardear o Rio de Janeiro, na época capital da nação, caso Deodoro não renunciasse. Cedendo às pressões, o presidente renunciou ao cargo em 23 de novembro de 1891. Com a renúncia de Deodoro, assumiu em seu lugar o então vice-presidente Floriano Peixoto

Floriano Peixoto concebia uma República não identificada com as forças econômicas dominantes. Pretendia construir um governo estável, centralizado, nacionalista, baseado sobretudo no exército e na mocidade das escolas civis e militares, visão essa que se chocava com a dos "fazendeiros", que seria liberal e descentralizada. No entanto, ao contrário do que se poderia prever, houve um acordo entre o presidente e a oligarquia paulista. A elite política de São Paulo via em Floriano a possibilidade mais segura de garantir a sobrevivência da República. Floriano, por sua vez, percebia que sem o apoio dos "fazendeiros" não teria base política para governar. A Figura 2.2 a seguir mostra uma pintura retratando o segundo presidente da República.

Figura 2.2 – M.[al] Floriano Peixoto, segundo presidente do Brasil.



Fonte: Alfredo Andersen**. Marechal Floriano Peixoto,** 2009. Licenciado sob Domínio Público, via Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marechal_Floriano_Peixoto.jpg. Acesso em: 11 ago. 2017.

Durante seu governo, atuou de forma enérgica e ditatorial, agindo com determinação ao debelar as sucessivas rebeliões que marcaram os primeiros anos da República do Brasil. Por isso, recebeu a designação de “Marechal de Ferro” e o título de “Consolidador da República”.

Apesar de existir controvérsias sobre a participação de Floriano na Maçonaria, Castellani (1991) afirma que Floriano foi maçom. Segundo o autor, ele teria sido iniciado em 1875 na Loja Perfeita Amizade Alagoana, sob o pseudônimo maçônico de Alexandre Magno.

Ao encerrar-se o governo de Floriano Peixoto, em l894, chegou-se ao final República da Espada. Em 1893, quatro anos depois da edição da primeira Constituição do país, o regime de república presidencialista foi então escolhido pelo voto popular. Na verdade, os setores que apoiavam Floriano desejavam que o mesmo continuasse exercendo o poder de forma ditatorial. No entanto, não era esse o rumo defendido pelos cafeicultores paulistas. Detentores da principal riqueza do país e organizados em torno do Partido Republicano Paulista (PRP), criado em l893, os oligarcas do café desejavam a instalação de um poder civil, uma vez que a República já estava consolidada (KUPPER, 2008).

2.2 República do Café com Leite

Com a eleição de Prudente de Moraes, um rico fazendeiro paulista, para a presidência da República, em 1894, o projeto dos cafeicultores paulistas concretizou-se. Assim, iniciou-se o segundo período da República, denominado República Oligárquica (1895 a 1930), correspondente à etapa dos governos capitaneados pelas oligarquias rurais de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

No que diz respeito ao maçom Prudente José de Moraes Barros, considera-se que, graças às amizades com Rangel Pestana e Campos Salles, é bem provável que ele tenha sido iniciado na Arte Real em 1862 ou 1863, na Loja Sete de Setembro, da capital paulista, fundada por aqueles seus dois amigos. No entanto, há autores que afirmam que Prudente teria sido iniciado na Loja Beneficência Ituana,

de Itu/SP. Sua atividade maçônica é inconteste, pois em 1875 Prudente de Moraes constou como um dos fundadores da Loja Piracicaba, da cidade de Piracicaba/SP. A Figura 2.3 a seguir mostra uma pintura retratando o terceiro presidente da República e primeiro civil a ocupar esse cargo.

Figura 2.3 – Prudente de Moraes, terceiro presidente do Brasil.

Fonte: José Ferraz de Almeida Júnior**. Prudente de Moraes,** 1890. Licenciado sob Domínio Público, via Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Almeida_J%C3%BAnior_-_Prudente_de_Morais,_1890.jpg. Acesso em: 11 ago. 2017.

Com a eleição de Prudente de Moraes, dá-se início à Política dos Governadores. Consistia em uma aliança entre o Poder Executivo

e os Governadores dos Estados, pela qual o Presidente dava total autonomia aos governadores, enquanto estes controlavam a bancada de deputados federais para que aprovassem todas as medidas propostas pelo Executivo. Dessa forma foi que o país ficou sob o domínio de São Paulo e Minas Gerais, que ainda comandavam as pequenas oligarquias dos outros Estados.

Em geral, costuma-se afirmar que, no período compreendido entre 1895 e 1930, o Brasil foi governado pelas elites oligárquicas de São Paulo (os cultivadores de café) e de Minas Gerais (os produtores de leite), através do Partido Republicano, daí a denominação de República do Café-com-Leite. A Figura 2.4 a seguir mostra uma charge caracterizando a chamada política do café-com-leite, pela qual paulistas e mineiros alternavam-se no comando do país.

Figura 2.4 – A Política do Café-com-Leite.

Fonte: **Política Café-com-Leite**. Disponível em: http://www.historiadetudo.com/wp-content/uploads/2015/03/cafe-com-leite-2.jpg. Acesso em: 11 ago. 2017.

O principal sustentáculo da economia brasileira nos anos 1920 continuou a ser o café. Minas Gerais e São Paulo, os maiores produtores, detinham o poder político. Portanto, as ações do governo federal voltavam-se principalmente para a defesa dos interesses da oligarquia cafeeira, por meio da política de valorização do café. Em 1926, o Brasil sozinho produzia três a cada cinco sacos de café que o mundo consumia. (ARRUDA; PILETTI, 2000).

No entanto, não se deve afirmar que toda a política nacional estava ligada somente a esses dois Estados. Como contraexemplo dessa assertiva – ainda que de exceção – pode-se citar Epitácio Pessoa, paraibano eleito presidente da República em 1919. Também é interessante observar a consideração de Fausto (2008, p. 265), em uma análise desse período:

> O café-com-leite exprime a ideia de que uma aliança entre São Paulo e Minas comandou, no período, a política nacional. A realidade era porém mais complexa do que isso. Para entendê-la, devemos olhar mais de perto as relações entre a União e pelo menos três Estados – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul -, bastante diversos entre si.

Essa etapa, ou seja, o período da República Oligárquica, é marcada pelo fenômeno que passou a ser designado “Coronelismo”, caracterizado pela centralização do poder na mão de uma pessoa, o coronel, que então detinha o poder econômico e exercia o poder local por meio da violência e trocas de favores. O chamado coronelismo era praticado, principalmente, pelos cafeicultores. A economia desse período era predominantemente rural, com ênfase na produção de café, sendo também marcante a produção de açúcar, algodão, borracha e cacau.

Deve-se destacar ainda que a maioria da população era analfabeta e dos 12 milhões de habitantes somente 10% conseguia participar do processo eleitoral. Nas eleições, os coronéis indicavam em quem o eleitor pobre deveria votar (era o chamado voto de cabresto). Apesar do fim do voto censitário, que exigia 100 mil réis

para votar, característico do período monárquico, as mulheres, os soldados, os analfabetos e os pobres não tinham direito ao voto. A Justiça Eleitoral não era independente. A Figura 2.5 a seguir mostra uma charge caracterizando o denominado voto de cabresto, com o qual os coronéis controlavam o eleitor.

Figura 2.5 – Os coronéis e o voto de cabresto.

Fonte: **O voto de cabresto**. Disponível em: http://janjao50.blogspot.com.br. Acesso em: 11 ago. 2017.

Também nesse período pode-se destacar o início do desenvolvimento industrial e, em decorrência disso, o surgimento dos movimentos operários pela instituição de direitos trabalhistas. Destacam-se ainda as mudanças sociais e econômicas decorrentes da chegada de imigrantes.

2.3 Os presidentes da República até 1926

Para perceber o poder dos estados de São Paulo e Minas Gerais na condução política da sociedade brasileira, a seguir estão listados todos os presidentes da República, a partir de Prudente de Moraes até Washington Luís, o último presidente que antecedeu a Revolução de 1930. Na relação também estão destacados os presidentes que foram maçons.

Manuel Ferraz de Campos Salles, do Partido Republicano Paulista, governou de 15 de novembro de 1898 até 15 de novembro de 1902. Há poucos registros de sua atividade como maçom. No entanto, acredita-se que tenha sido iniciado na Loja Independência, de Campinas/SP.

Francisco de Paula Rodrigues Alves, do Partido Republicano Paulista, governou de 15 de novembro de 1902 até 15 de novembro de 1906. Ingressou na Maçonaria e foi um dos dirigentes da *Burschenschaft*, sociedade secreta atuante na Faculdade de Direito, da qual participaram muitos daqueles que se destacariam na política imperial e republicana.

Afonso Augusto Moreira Pena, do Partido Republicano Mineiro, governou de 15 de novembro de 1906 até 14 de junho de 1909.

Nilo Procópio Peçanha, do Partido Republicano Fluminense, governou de 14 de junho de 1909 até 15 de novembro de 1910. Foi maçom e Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - GOB.

Hermes Rodrigues da Fonseca, do Partido Republicano Conservador, governou de 15 de novembro de 1910 até 15 de novembro de 1914. Maçom iniciado na Loja Ganganelli do Rio de Janeiro e, mais tarde, membro da Loja Amor ao Trabalho, também do Rio de Janeiro.

Wenceslau Brás Pereira Gomes, do Partido Republicano Mineiro, governou de 15 de novembro de 1914 até 15 de novembro de 1918. Iniciado maçom na Loja Caridade Mocoquense, de Mococa/SP, a 7 de março de 1896.

Francisco de Paula Rodrigues Alves, do Partido Republicano Paulista, que já havia ocupado o cargo, foi novamente eleito, porém morreu antes de tomar posse.

Delfim Moreira da Costa Ribeiro, do Partido Republicano Mineiro, governou de 15 de novembro de 1918 até 28 de julho de 1919. Como maçom, pertenceu à Loja Belo Horizonte na qual, provavelmente, foi iniciado.

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, do Partido Republicano Mineiro, governou de 28 de julho de 1919 até 15 de novembro de 1922.

Artur da Silva Bernardes, do Partido Republicano Mineiro, governou de 15 de novembro de 1922 até 15 de novembro de 1926.

2.4 A quebra do acordo entre São Paulo e Minas Gerais

Nas eleições de 1926, Washington Luís Pereira de Sousa é escolhido como candidato único à presidência da república, sem nenhuma oposição e dissidência, tal era seu prestígio político. Representando São Paulo, recebeu apoio, sem restrições, do Partido Republicano Paulista e demais partidos republicanos estaduais, em acordo ao tradicional esquema de revezamento entre Minas Gerais e São Paulo na presidência da república.

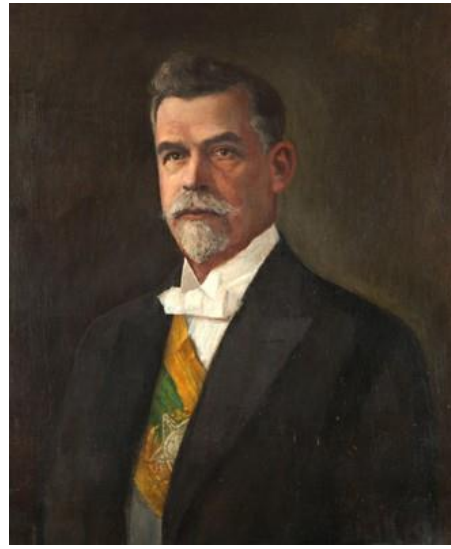
No dia 1 de março de 1926, ele obtém esmagadora votação para a presidência da república: 688.528 votos, contra 1.116 votos dados ao general Joaquim Francisco de Assis Brasil. Tornou-se assim o décimo terceiro presidente do Brasil e último presidente da República Velha.

Não há registros sobre a iniciação maçônica de Washington Luís. No entanto, ao fundar-se a Loja Philantropia II, na cidade de Batatais, que recebeu Breve Constitutivo do GOB em 01 de outubro de 1896, surge o nome de Washington Luís como Venerável Mestre fundador. A Loja Francisco Glycério, da capital paulista, detém um Diploma de 5/12/1896, que traz as seguintes assinaturas: Ven.·. Washington Luís Pereira de Souza, 1º Vig.·. Renato Jardim, 2º Vig.·. Augusto Fernandes. Também há registros de que fez parte, desde 1921, do quadro da Loja União Paulista, do GOB, sendo também membro honorário da Loja Amizade.

Washington Luís assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1926, para um mandato até 1930. Sua eleição foi recebida com esperanças de pacificação, após um período de agitações políticas, depois da tumultuada gestão de Arthur Bernardes. Libertou todos os presos políticos, bem como muitos cidadãos presos injustamente e não prorrogou o estado de sítio que caracterizou o

quadriênio anterior. Extinguiu os presídios políticos da Ilha da Trindade e da Clevelândia, no Amapá. Além disso, também impulsionou a construção de estradas de rodagem, ficando famosa a frase de autoria dele: “Governar é abrir estradas”. A Figura 2.6 a seguir mostra uma pintura retratando o décimo-quarto presidente da República.

Figura 2.6 – Washington Luís, décimo quarto presidente do Brasil.



Fonte: Autor desconhecido**. Pintura de Washington Luís,** 1926. Licenciado sob Domínio Público, via Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Washington_Lu%C3%ADs_(pintura).jpg. Acesso em: 11 ago. 2017.

Como presidente, tentou aplicar uma reforma financeira, que poderia significar o desafogo do país. Todavia, em outubro de 1929 acontece a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, um desastre econômico dos Estados Unidos que refletiu no mundo inteiro, inclusive no Brasil, grande exportador de café para aquele país. Com isso, os fazendeiros entram em desespero, tendo em vista que a riqueza do Brasil estava fundamentada na cultura do café. Os

produtores solicitam auxílio do governo. Sem recursos, Washington Luís contrai empréstimos no exterior, o que provoca um aumento sensível da inflação. Com isso, o presidente perde o apoio político de seus aliados.

Como já registrado anteriormente, durante a Primeira República, São Paulo e Minas Gerais indicavam alternadamente o candidato à presidência da República. Por esse acordo político, na eleição de 1930 seria então a vez de um candidato mineiro ser apoiado. No entanto, ao aproximarem-se as eleições para a Presidência, quebrando o acordo com os mineiros, o PRP indicava para a sucessão de Washington Luís o ex-presidente do Estado de São Paulo e líder do governo na Câmara, Júlio Prestes de Albuquerque. Na Figura 2.7 pode-se ver o maçom Júlio Prestes, eleito em 1930 para a sucessão de Washington Luís.

Figura 2.7 – Júlio Prestes de Albuquerque.

Fonte: Agência Estado**. Presidente do Brasil Júlio Prestes,** 1930. Licenciado sob Domínio Público, via Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Retrato_J%C3%BAlio_Prestes.jpg. Acesso em: 11 ago. 2017.

Sabe-se que Júlio Prestes de Albuquerque foi maçom. Embora sejam raras as fontes de informação a esse respeito, pode-se afirmar que ele pertenceu ao quadro de obreiros da Loja Piratininga. No antigo prédio do Grande Oriente de São Paulo, seu retrato estava na parede da escadaria que dava acesso ao Museu Maçônico José Bonifácio. A indicação Júlio Prestes, porém, desagradou o Partido Republicano de Minas Gerais (PRM), especialmente os partidários do governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que esperava que fosse mantida a tradição de revezamento entre mineiros e paulistas na Presidência da República, regra não escrita que garantira a estabilidade da República Velha. Deixado de lado, o então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, passa à franca oposição, estabelecendo com o Rio Grande do Sul e Paraíba a coligação política denominada "Aliança Liberal", que lançaria a chapa Getúlio Vargas - João Pessoa, para enfrentar a de Júlio Prestes - Vital Soares (SILVA, H. C.; 2015).

2.5 Um maçom ao lado de Vargas

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em Barbacena/MG em 1870. Pertencia a uma das famílias de maior tradição na política brasileira, cujo membro mais ilustre foi seu tio-avô José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patriarca da Independência".

Aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, participou do movimento republicano em 1891. Iniciou a carreira política como vereador em Juiz de Fora, e em 1902 foi nomeado secretário de Finanças de Minas Gerais. Em 1906, assumiu a prefeitura de Belo Horizonte. No ano seguinte foi eleito senador estadual e novamente vereador em Juiz de Fora. Escolhido presidente da Câmara Municipal, passou a exercer as funções de prefeito da cidade. Em 1911, elegeu-se deputado federal, permanecendo na Câmara dos Deputados até setembro de 1917, quando assumiu o Ministério da Fazenda. Deixou o ministério em novembro de 1918, voltou à Câmara em maio do ano seguinte e em 1925 foi eleito senador da República.

Elegeu-se presidente de Minas em março de 1926. Sua gestão foi marcada por inovações, como a instituição do voto secreto nas eleições estaduais e municipais, a reforma do ensino primário e normal, dirigida por Francisco Campos e inspirada no movimento da Escola Nova, e a criação da Universidade de Minas Gerais. A Figura 2.8 a seguir ilustra a foto oficial de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada existente na galeria dos governadores de Minas Gerais no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte.

Figura 2.8 - Foto oficial de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Fonte: Autor desconhecido. **Antônio Carlos Ribeiro de Andrada**, 2007. Licenciado sob Domínio Público, via Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AntoniocarlosIV.jpg. Acesso em: 23 fev. 2018**.**

Em 1930, era o candidato natural à presidência da República na sucessão de Washington Luís. No entanto, preterido no acordo

tácito que vinha garantindo a alternância entre São Paulo e Minas no governo federal, passou a articular a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência.

Em maio de 1933, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. Comprometido com a candidatura de Vargas na eleição indireta para presidente, a ser realizada pela Constituinte, recebeu o apoio deste para presidir a Assembleia e foi eleito para o cargo. Após a promulgação da nova Constituição em 1934, renovou seu mandato na Câmara dos Deputados e foi confirmado como presidente da casa. Perdeu seu mandato em novembro de 1937, quando Vargas implantou a ditadura do Estado Novo, fechando o Congresso.

Após o golpe do Estado Novo, abandonou a atividade política para se dedicar a seus negócios privados. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi maçom, tendo sido iniciado na Loja Regeneração Barbacenense, Oriente de Barbacena/MG. Morreu no Rio de Janeiro, em 1946. (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2001).

2.6 O ocaso da Primeira República

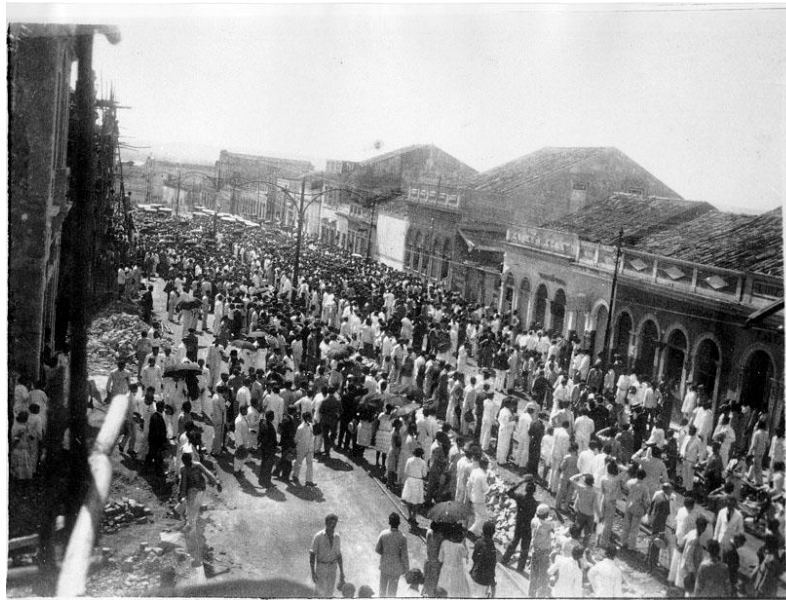
Em 1º de março de 1930, os vencedores das eleições presidenciais são conhecidos. As urnas apontam que são eleitos os candidatos do governo, Júlio Prestes e Vital Soares. No entanto, o resultado não é aceito pela oposição, que considerou a existência de fraudes e coação por parte do governo de Washington Luís. Os líderes da Aliança Liberal reagem, organizando um possível levante armado dos três estados contra o governo central.

Em julho de 1930, o ex-governador da Paraíba e candidato derrotado na recente eleição para vice-presidente, João Pessoa, é assassinado dentro da Confeitaria Glória, na Rua Nova (esquina com a Rua da Palma), no Recife.

Seu corpo foi embalsamado no Recife e transportado para a capital paraibana por via férrea, onde chegou ao meio-dia do dia 28 de julho. O esquife ficou exposto à visitação pública na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves, até o dia 1 de agosto, quando foi transportado ao porto de Cabedelo para ser sepultado no Rio de

Janeiro. Foi em homenagem a João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque que a partir do dia 4 de setembro de 1930, a capital do estado da Paraíba, antes denominada de *Parahyba*, passou a chamar-se João Pessoa. A Figura 2.9 a seguir registra o dia do funeral de João Pessoa.

Figura 2.9 – Funeral de João Pessoa.



Fonte: Autor desconhecido. **Funeral de João Pessoa**, 1932. Disponível em: 1http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30. Acesso em: 26 ago. 2017.

Os dias que se seguiram ao assassinato de João Pessoa foram cheios de controvérsias, sobretudo nos jornais. Mesmo o crime tendo sido cometido por João Duarte Dantas, por simples questões familiares da Paraíba, Estado presidido por Pessoa, e sem nenhuma conotação política, o fato foi muito explorado pelos rebeldes.

Dessa forma, a situação tornou-se tensa com as denúncias de fraudes veiculadas pela Aliança Liberal e, sobretudo, pelo assassinato do candidato à Vice-Presidência da coligação. E foi nesse ambiente que começou a gestar-se a revolução que visava a deposição do presidente Washington Luís, antes mesmo da transmissão do mandato a Júlio Prestes.

Assim, a Revolução de 1930 teve início em 3 de outubro daquele ano, liderada pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Enquanto as forças revolucionárias colhiam sucessos em sua campanha que avançava do Rio Grande do Sul rumo ao Rio de Janeiro, em 24 do mesmo mês, Washington Luís foi deposto por um golpe militar. Instalou-se então no poder a junta militar que, em 3 de novembro daquele ano, entregou-o a Getúlio Vargas, líder das forças revolucionárias.

A Primeira República chegou ao fim com a denominada Revolução de 1930. A partir desse episódio, pelos quinze anos seguintes, o Brasil seria governado pelo gaúcho Getúlio Dorneles Vargas, hoje sempre lembrado como sendo o que nacionalizou o trabalho, instituiu o salário mínimo, criou a Justiça do Trabalho e a CLT (KUPPER, 2008).

As questões que propiciaram a Revolução de 1930 têm origens nas transformações da sociedade brasileira no início do século 20, destacando-se a expansão do modelo capitalista no Brasil, que propiciou a urbanização dos grandes centros e a criação de novas classes sociais. Dessa forma, o crescimento desses novos grupamentos sociais (classe operária e nova burguesia), que se juntaram com parte dos trabalhadores rurais, culminou em um movimento contra a oligarquia cafeeira, com grande participação das oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul (SILVA, 2015).

Assim, com o início da industrialização e a crise de 29, que atingiu em cheio a economia cafeeira, o sistema político da Primeira República entrou em colapso, culminando com a derrubada dos fazendeiros paulistas que estavam no poder.

A Figura 2.10 mostra Getúlio Vargas e sua comitiva, após a vitória na Revolução de 30.

Figura 2.10 – Getúlio Vargas e sua comitiva.

Fonte: Claro Jansson**. Comitiva de Getúlio Vargas em Itararé/SP,** 1930. Licenciado sob Domínio Público, via Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1930.jpg. Acesso em: 11 ago. 2017

2.7 Os tenentes e a Revolução de 1930

A corrente mais radical da Aliança Liberal já planejava, desde 1929, um movimento armado no caso de derrota nas urnas. O grupo radical era formado por políticos jovens como João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco. Em paralelo às negociações de caráter eleitoral, tenentes oriundos dos levantes da década de 1920, juntamente com os mais radicais das dissidências oligárquicas, articulavam-se visando um novo movimento revolucionário.

O ideário da Aliança Liberal era muito próximo ao do Tenentismo: voto secreto universal, voto para as mulheres, e combate à corrupção, entre outros. Os Tenentistas buscavam alterar a estrutura política da república oligárquica através da força militar e não da participação democrática da sociedade. Criticavam duramente a corrupção, as fraudes eleitorais, a subserviência ao capital

internacional e os baixos soldos a que estavam submetidos os militares.

Dois dos principais líderes tenentistas não participaram do golpe de 30. Luís Carlos Prestes, um dos principais líderes tenentistas, exilado em Buenos Aires, havia rompido com a Aliança Liberal em maio de 1930. Prestes havia sido convidado a assumir a chefia militar do movimento ao lado de Vargas, no entanto, como tardaram os recursos financeiros prometidos, Prestes decidiu não mais participar do movimento. No dia 10 do mesmo mês, Siqueira Campos, outro importante líder tenentista, faleceria em um acidente aéreo, após uma reunião com Prestes na capital argentina. A Figura 2.11 mostra um grupo de militares alinhados com as causas do Tenentismo e que participaram da Revolução de 1930.

Figura 2.11 – Militares alinhados com o Tenentismo - Revolução de 1930.

Fonte: Claro Jansson**. Cena da Revolução de 30,** 1930. Licenciado sob Domínio Público, via Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Miguel_Costa.jpg. Acesso em: 12 fev. 2018.

O tenentismo foi essencial para que, sob a liderança de Getúlio Vargas, a Revolução de 1930 fosse bem-sucedida. Vargas soube recompensar seus aliados, nomeando alguns tenentes com

funções políticas em alguns estados brasileiros. Assim, os tenentes passaram a fazer parte do governo, estando presente em todo o governo getulista.

Como meta, os tenentes pretendiam: o atendimento mais uniforme das necessidades das várias regiões do país, a instalação de uma indústria básica (siderúrgica), a nacionalização das minas, dos meios de transportes e de comunicação. Para a obtenção do sucesso destas reformas, seria necessária a existência de um governo federal e estável. Defendiam, sobretudo, o prolongamento da ditadura de Getúlio Vargas, que tratou de utilizar-se do apoio dos tenentes como instrumento para a luta contra as oligarquias estaduais.

2.8 O PRP, o PD, a Maçonaria e a Revolução de 1930

O Partido Republicano Paulista (PRP) foi um partido político brasileiro fundado em 18 de abril de 1873, durante a Convenção de Itu, o primeiro movimento republicano moderno no Brasil, sendo o partido predominante no estado de São Paulo durante toda a República Velha. Os adeptos do partido eram chamados de perrepistas (CASTRO, 2015).

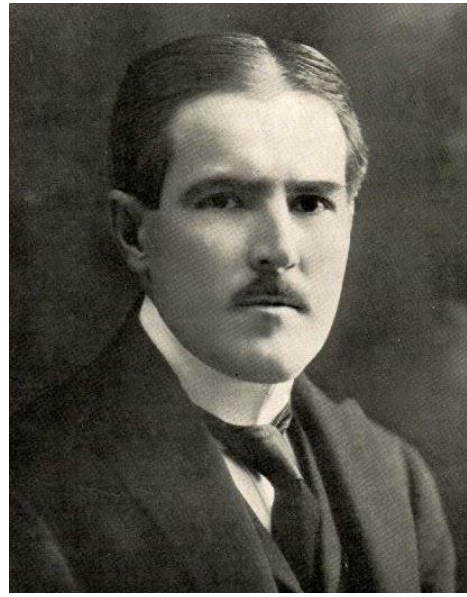
O partido foi fortemente influenciado pelos Positivismo e também pelos ideais da Maçonaria. Nas pequenas cidades do interior de São Paulo, o líder local do PRP era, em geral, também o líder da Loja Maçônica da cidade. Às vezes, dois ou mais coronéis disputavam o controle de PRP local, mas sempre havia candidato único à presidência do estado. Os coronéis apoiavam a política dos presidentes dos estados em troca destes respeitarem o poder local do coronel (CASTRO, 2015).

Houve algumas dissidências dentro do PRP, comandadas por políticos descontentes com a cúpula e que foram preteridos na escolha dos candidatos à presidência do Estado ou outros cargos importantes. A última dissidência resultou na criação do Partido Democrático (PD), em fevereiro de 1926, reunindo elementos descontentes com o longo domínio do PRP nos governos do estado de São Paulo e da República. Seu primeiro presidente foi o conselheiro Antônio Prado, antigo político do Império, agricultor, banqueiro e industrial. Entre

seus principais líderes estavam Francisco Morato (maçom), Paulo Nogueira Filho e José Adriano Marrey Júnior (maçom), e entre seus membros predominavam fazendeiros e profissionais liberais. Nas eleições presidenciais de 1930, o PD apoiou a formação da chapa da Aliança Liberal encabeçada pelo líder gaúcho Getúlio Vargas.

No contexto dessas dissidências do PRP, que deu origem ao PD, também ocorreram crises na Maçonaria: em 1921, quando foi criado o Grande Oriente de São Paulo, independente do GOB, e, em 1927, quando houve a grande cisão maçônica que resultou na criação das Grandes Lojas Estaduais. Um ano após, em 1928, o Grão-Mestre do Grande Oriente de São Paulo, José Adriano Marrey Júnior, fazia acordo com Octávio Kelly, representando o GOB, visando a fusão das duas Obediências, voltando o GOSP à federação maçônica. A Figura 2.12 a seguir mostra uma foto de Marrey Júnior.

Figura 2.12 - José Adriano Marrey Júnior, fundador do PD.



Fonte: Autor desconhecido**. Marrey Júnior, pouco depois de formado,** 1906. Disponível em: http://bernardoschmidt.blogspot.com.br/2011/08/. Acesso em: 11 ago. 2017.

Marrey Júnior foi um dos destacados fundadores do PD. Foi um advogado e político paulista, nascido em Itamarandiba (MG), a 7 de agosto de 1885. Fez o curso primário em Teófilo Otoni (MG) e o secundário em São Paulo. Ainda na capital paulista ingressou na Faculdade de Direito em 1902 e bacharelou-se em 1906. Trabalhou a seguir como advogado em Santa Ifigênia, distrito de São Paulo, onde foi também eleito juiz de paz. Foi vereador em São Paulo, deputado estadual e também deputado federal. Tornou-se um ícone de idoneidade e capacidade jurídica.

Iniciado na Maçonaria na Loja Sete de Setembro, foi também o Grão-Mestre de mais longo mandato na Maçonaria Paulista, 21 anos consecutivos, de 1921 a 1942 (CASTELLANI, 1994).

3 O MOVIMENTO INSURGENTE

3.1 Antecedentes da Revolução de 32

Após o golpe de 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas assumiu o governo provisório, encerrando o capítulo das oligarquias no comando do país, dando início a uma nova fase republicana. Assim que possível, ele deveria promulgar uma nova Constituição e, em seguida, realizar eleições. No entanto, Getúlio instalou uma ditadura, suspendendo a Constituição, dissolvendo o Congresso e nomeando interventores federais nos estados, menos em Minas Gerais.

Em São Paulo, Vargas destituiu os líderes à frente da política do estado com a nomeação de interventores, adotou medidas centralizadoras, opondo-se ao federalismo defendido historicamente pelos paulistas. Além da centralização política, também impôs a centralização econômica, de modo que todas as negociações com capital estrangeiro tinham que passar pelo Banco do Brasil. Os oposicionistas foram exilados e seus veículos de publicação fechados. O presidente de São Paulo foi preso e o estado passou a ser governado somente por interventores federais (GASPARETTO JÚNIOR, 2012).

Logo após assumir a Chefia do governo Provisório, pressionado pela liderança tenentista, Vargas nomeou como Interventor em São Paulo o tenente João Alberto Lins de Barros. A nomeação de um pernambucano, sem vínculos com São Paulo e um dos destacados tenentes, fez crescente o descontentamento dos paulistas. Assim, João Alberto governou somente até julho de 1931.

Em seguida, em um período de grande instabilidade, tomou posse Laudo Ferreira de Camargo, paulista e civil, mas que acabou renunciando em novembro de 1931. Depois dele, assumiu o militar Manuel Rabelo, que não contou com o apoio dos constitucionalistas por ser ligado aos tenentes.

A intervenção em São Paulo, com a nomeação de interventor militar para comandar o estado, desagradou inclusive a antigos aliados, tal qual o Partido Democrático, partido que apoiara a Revolução de 1930, que se sentiam excluídos com a nomeação de

militares e estranhos ao estado. Além disso, Getúlio Vargas colocou fim à antiga política de valorização do café, estabelecendo novas relações com a oligarquia cafeeira, com superioridade para o papel do Estado nas diretrizes econômicas.

Souza (20--) também aponta outras questões que determinaram o movimento de 32. No ano de 1931, houve uma queda do preço do café, decorrente da crise de 29. Esse fato forçou o governo federal a comprar e estocar as sacas produzidas. A política de valorização do café determinou também a proibição da abertura de novas regiões de plantio, motivando a migração da população rural para os centros urbanos de São Paulo. Assim, os problemas sociais provocados pelo inchaço urbano agravaram um cenário desfavorável econômica e politicamente. Segundo o autor, isso explica a razão pela qual o movimento de 32 conseguiu mobilizar parte significativa da população paulista. Muito além do que atender aos interesses das velhas oligarquias, os participantes do movimento defendiam o estabelecimento de uma democracia plena, de modo que o respeito às leis pudesse intermediar um jogo político.

Nesse contexto, os paulistas alegavam que o governo estabelecido por Vargas, a partir de 1930, era inconstitucional e autoritário, uma vez que suspendeu a Constituição de 1891 e não convocou, imediatamente, uma assembleia constituinte, conforme havia prometido. Nos meses iniciais de 1931, nas páginas do jornal "A Gazeta", o ilustre jornalista e maçom Ibrahim Nobre já protestava contra o golpe e a situação social do país.

A forte oligarquia do estado de São Paulo representava um dos grupos dominantes na República antes de Getúlio. Irritados com as restrições que vinham recebendo e insatisfeitos por não terem autonomia nem para governar seu próprio estado, os paulistas começaram a manifestar-se. À época o slogan que traduzia pensamento descontente da população era "Civil e Paulista", ou seja, exigia-se que o estado fosse governado por um civil e que, acima de tudo, também fosse paulista.

Assim, na tentativa de acalmar os ânimos, Vargas nomeia como interventor, no início de 1932, o embaixador Pedro de Toledo, ex-Grão-Mestre do Grande Oriente Estadual de São Paulo. No

entanto, essa nomeação não acalmou os ânimos e o clima de levante continuou. Apesar da atitude de Vargas, o inconformismo já havia se convertido em contestação aberta contra seu governo. Deste modo, marchas civis e militares ganharam as ruas da capital paulista e do interior. A maioria da população, particularmente a juventude estudantil, mobilizou-se visando a derrubada de Getúlio Vargas.

A primeira manifestação foi um comício para cerca de 200 mil pessoas, na Praça da Sé, em janeiro de 1932. Nesse evento, partidos políticos de São Paulo, antes adversários, uniram-se para exigir uma nova Constituição (GASPARETTO JÚNIOR, 2012). A Figura 3.1 a seguir mostra uma foto do citado comício.

Figura 3.1 – Comício na Praça da Sé, 1932.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura**. Comício na Praça da Sé,** 1932. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/comicio-sao-paulo-pela-constituinte-lota-praca-da-se. Acesso em: 11 ago. 2017.

No comício daquele 25 de janeiro, o clima de revolta pode ser percebido na fala de Romeu Lourenção, orador da Liga Pró-Constituinte: “Paulistas! Filhos infelizes de uma terra conquistada!”. Ele dá o tom da manifestação que reuniu milhares de homens,

mulheres, jovens e adultos, que bradavam: “Abaixo a ditadura!”, “São Paulo é dos paulistas!”, “São Paulo separado!” e “Viva a República de São Paulo!”.

Nesse importante evento, a Maçonaria esteve presente, destacando-se as presenças de três maçons ilustres: Ataliba Leonel, Altino Arantes e Francisco Antônio de Almeida Morato.

A Figura 3.2 a seguir mostra uma foto tirada durante o comício, que registra a participação dos três maçons. Na foto também aparece Vicente Rao (último à direita).

Figura 3.2 – Maçons no Comício da Sé, 1932.

Fonte: Autor desconhecido**. Ataliba Leonel, Altino Arantes, Francisco Morato e Vicente Rao no Comício da Sé,** 1932. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/publico/thumb/9923/740/440. Acesso em: 11 ago. 2017.

Ataliba Leonel, advogado, militar e político, foi um dos ícones da Revolução de 32. Iniciado o levante, organizou a Brigada do Sul, da qual foi comandante-geral. Com a vitória da ditadura, foi preso e exilado em Portugal, residindo em São João do Estoril. Mais

tarde, foi anistiado e regressou ao Brasil, vivendo por muito tempo em Piraju, onde faleceu no dia 29 de Outubro de 1934. O túmulo onde foi sepultado no cemitério da cidade é uma obra de arte, tombado pelo patrimônio histórico pirajuense. Ataliba Leonel foi o primeiro Venerável da Loja Cavalheiros do Sul, de Piraju/SP, fundada em 1901.

Altino Arantes, advogado e político, foi membro da Academia Paulista de Letras, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e primeiro presidente do Banespa. Atuou ativamente na Revolução de 32, participando da preparação da luta armada. Também foi preso e exilado em Lisboa após a derrota dos paulistas. Altino Arantes foi obreiro da Loja Philantropia II, do Oriente de Batatais.

Francisco Antônio de Almeida Morato foi advogado, fundador e primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Na esfera política, foi fundador do Partido Democrático, eleito deputado federal em 1927, tendo sido um dos organizadores da Frente Única de 1932, com destacado papel no Movimento Constitucionalista. Sabe-se que Francisco Morato foi maçom, no entanto são escassos os registros de sua atividade maçônica, o que impede de assinalar aqui a Loja a qual pertenceu.

Além desses três ilustre maçons, há que se destacar a presença de outros. No período preparatório do movimento, as reuniões aconteciam na sede do jornal "O Estado de S. Paulo", das quais participavam os seguintes maçons: Américo de Campos (Loja América), Francisco Rangel Pestana (Loja América), Manoel Ferraz de Campos Salles (Loja Sete de Setembro) e José Maria Lisboa (Loja Amizade). Nessa época, o jornal já era dirigido por Júlio de Mesquita Filho (Loja União Paulista), um dos principais líderes do movimento revolucionário. Além deles, também participavam das reuniões os maçons Paulo Duarte (Loja União Paulista II), Cesário Coimbra e Joaquim Celidônio Reis (CASTELLANI, 1994).

Nesse contexto, em fevereiro de 1932, o Partido Democrático – PD rompeu com Vargas. O PD tinha apoiado a revolução de 30, acreditando que o partido e São Paulo sairiam beneficiados, e também almejando o lugar do PRP no Executivo. No entanto, com a revolução

abandonando as propostas anteriores de aperfeiçoamento das práticas liberais, logo vieram as rupturas. O PD afastou-se dos setores tenentistas e então aproximou-se dos antigos adversários ligados ao Partido Republicano Paulista, formando a chamada Frente Única Paulista - FUP, que passou a ser o porta-voz político das reivindicações do estado de São Paulo (FONSECA, 2009). Além disso, a FUP também começou a articular, juntamente com os militares e com a algumas das principais entidades de classe do patronato paulista, a preparação de um movimento armado contra o Governo Provisório.

3.2 O governador de São Paulo em 32

Como registrado anteriormente, quando do golpe de 1930, era grande a agitação em São Paulo. Exigia-se um Interventor civil e, sobretudo, paulista. O ditador Getúlio Vargas escolheu Pedro de Toledo para a devida função, sendo nomeado Interventor Federal de São Paulo, ocupando esse cargo de 7 de março a 10 de julho de 1932, quando então foi nomeado, por aclamação, Governador do mesmo Estado.

Pedro Manuel de Toledo nasceu em São Paulo, em 29 de junho de 1860. Filho do Tenente Manuel Joaquim de Toledo e de Anna Innocencia Barbosa, foi advogado, diplomata e político. Participou do movimento republicano que deu origem à proclamação da República, em 1889. Foi comandante interino da Guarda Nacional, em 1893. No poder legislativo foi deputado estadual entre 1895 e 1910. Também foi fundador e membro da Academia Paulista de Letras, titular da cadeira nº 39.

Na área federal, Pedro de Toledo, durante o governo de Hermes da Fonseca, ocupou os ministérios da Agricultura (1910/1913) e da Viação e Obras Públicas (1912). Foi casado com Francisca Barbosa da Gama Cerqueira. Foi embaixador do Brasil, na Itália (1914/1917) e na Argentina (1919/1926).

A Figura 3.3 a seguir mostra um retrato de Pedro de Toledo.

Figura 3.3 – Pintura Oficial de Pedro de Toledo.

Fonte: Autor desconhecido**. Retrato Oficial de Pedro de Toledo (1860 – 1935),** 2013. Licenciado sob Domínio Público, via Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pintura_Oficial_de_Pedro_Manuel_de_Toledo.jpg. Acesso em: 11 ago. 2017.

Pedro Manuel de Toledo foi maçom atuante, tendo sido iniciado, provavelmente, na Loja Amizade. Também foi membro da Loja Piratininga, que fora fundada pelos maçons: Barão de Ramalho, Capitão José Maria Gavião Peixoto, Cônego Joaquim Anselmo de Oliveira, Tenente-Coronel José Andrade Galvão e outros, a 28 de agosto de 1850, e que, ao lado da Loja América e da Loja Amizade (esta, a primeira da capital paulista, fundada a 13 de maio de 1832) atuaram pela causa abolicionista (FRANCISCO, R. R., 2010). Toledo foi um baluarte do abolicionismo e do republicanismo, campanhas das quais participou ativamente. Também ocupou o cargo de Grão-

Mestre do Grande Oriente Estadual de São Paulo, entre 1908 e 1913, sendo que em 1910 entrou em licença para assumir o Ministério da Agricultura a convite do então presidente, marechal Hermes da Fonseca (CASTELLANI, 1994).

Apesar de ter sido nomeado por Vargas, Pedro de Toledo aderiu ao Movimento Constitucionalista, foi aclamado governador civil da Revolução de 1932, tendo participado ativamente do movimento revolucionário. Após três meses de luta, com a derrota dos insurgentes, Pedro de Toledo foi deposto, preso e exilado, só retornando ao Brasil em 1934.

Pedro de Toledo faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1935. Seus restos mortais foram transladados para o Mausoléu do Soldado Constitucionalista, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, em 9 de julho de 1957.

3.3 O limiar da Revolução: a morte de quatro jovens

No início de maio de 1932, saíram notícias de que Oswaldo Aranha, então Ministro da Fazenda, viria a São Paulo. Temendo-se que a visita teria por finalidade impor um secretariado tenentista ao interventor Pedro de Toledo, no dia da chegada do ministro, 22 de maio de 1932, passeatas foram organizadas e intensificaram-se as manifestações populares.

Na noite de 23 de maio de 1932, a multidão que tomara conta das ruas multiplicava-se cada vez mais e a agitação era intensa na Praça da República. Após um comício com foco na defesa da autonomia regional e dos princípios liberais de reforma política e com clamor pela retorno às vias constitucionais, uma multidão dirigiu-se à sede da Liga Revolucionária Paulista – LRP e do Partido Popular Paulista - PPP. No trajeto, depredaram as placas que registravam nomes de eventos e personagens relacionados com a revolução de 1930 e empastelaram os jornais que defendiam o governo Vargas.

O movimento daquele dia culminou com um ataque à sede da LRP e do PPP. Acuados, seus membros reagiram e atiraram sobre a multidão, a partir do prédio onde se encontravam. Quatro estudantes foram mortos e um quinto participante foi ferido, falecendo alguns

meses depois (ABREU, 2011). Os estudantes que morreram naquele dia foram: Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Camargo de Andrade. A quinta vítima, que também foi baleada naquele dia no mesmo local e que veio a falecer meses depois, foi Orlando de Oliveira Alvarenga. Assim, uma vez aceso o estopim, foi iniciada a Revolução de 32. A Figura 3.4 a seguir mostra os funerais dos estudantes Dráusio Marcondes e Antônio de Camargo.

Figura 3.4 – Funerais de Dráusio e Camargo.

Fonte: Autor desconhecido**. Funerais de Dráusio Marcondes e Antônio de Camargo,** 1932. Disponível em: https://aguapotavel.wordpress.com/2013/07/05/drausio-martins-camargo-e-miragaia-viva-o-9-de-julho/. Acesso em: 27 ago. 2017.

Após o episódio, as iniciais de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo formaram então a sigla MMDC, que passou a designar uma organização civil clandestina que, prestando homenagem aos quatro jovens assassinados pela organização que apoiava o governo federal, procurava organizar um movimento consistente e treinado militarmente para enfrentar o governo nacional com fins de conseguir a derrubada do presidente. Entre outras atividades, o MMDC também oferecia treinamento militar à guerrilha paulista.

A ideia da fundação da sociedade civil MMDC nasceu no dia seguinte ao episódio, durante um jantar no Restaurante Posillipo, no qual tomaram parte: J. A. Sampaio Vidal, Prudente de Morais Neto, Paulo Nogueira Filho e Aureliano Leite. Dias depois do ágape, foi proposto que os nomes dos quatro moços mortos no dia 23 de maio passassem a representar, apenas com as suas iniciais, a denominação da sociedade.

O episódio da morte dos quatro estudantes levou à união de diversos setores da sociedade paulista em torno do movimento que tivera início em janeiro de 1932. Liderado pelo MMDC, ao movimento uniram-se o PRP e o PD. Assim, após o episódio da Praça da República, seguiu-se uma intensa campanha de alistamento voluntário, em diversos postos distribuídos pelo Estado, que culminou no levante paulista. Dessa forma, a Revolução Constitucionalista teve seu início em 09 de julho de 1932.

Engendrado pela oligarquia cafeeira, o movimento tornou-se a maior mobilização militar ocorrida no Brasil, com um envolvimento direto de cerca de cento e trinta mil combatentes. O evento ocasionou a morte de, aproximadamente, novecentas pessoas, número maior do que o de brasileiros que tombaram entre 1939 e 1945, na II Grande Guerra (KUPPER, 2008).

Às 11h40min do dia 9 de julho, sob o comando do Cel. Euclydes Figueiredo, deu-se iniciada a Revolução de 32, com a tomada do Quartel General da 2ª Região Militar. Nesse mesmo dia, com a tomada das rádios por civis, a seguinte mensagem passou a ser veiculada repetidamente:

> De acordo com a Frente Única Paulista e com unânime aspiração do povo de São Paulo e por determinação do general Izidoro Dias Lopes, o coronel Euclydes Figueiredo acaba de assumir o comando da 2ª Região Militar, tendo, como chefe do Estado Maior, o coronel Palimércio de Rezende. A oficialidade da Região assistiu, incorporada, no Q. G., a posse do coronel, nada havendo ocorrido de anormal. Reina, em toda a cidade, intenso júbilo popular e o povo se dirige, em

> massa, aos quartéis, pedindo armas para a defesa de São Paulo.

Segundo Lima (2008), foi a primeira vez na história brasileira que o rádio foi instrumento mobilizador para uma guerra. De acordo com a autora, vozes como a de Alcântara Machado e João Neves da Fontoura ocuparam diariamente os microfones para sensibilizar os paulistas a alistarem-se como voluntários para o conflito. Também o locutor César Ladeira, com discursos vibrantes e inflamados, tornou-se "A Voz da Revolução" e a marcha Paris Belfort, o próprio hino do movimento.

Depois disso, às 15 h do dia seguinte, no Largo do Palácio, Pedro de Toledo foi aclamado governador de São Paulo, frente a um grande público, entre os quais se destacavam importantes maçons, tais como: Menotti Del Picchia, Francisco Morato, Altino Arantes, entre outros (CASTELLANI, 1994).

Iniciada a Revolução, foi realizada uma intensa campanha visando o alistamento de voluntários. As primeiras inscrições já começaram a acontecer na madrugada de 10 de julho, em diversos postos distribuídos pelo estado. Na Faculdade de Direito, por exemplo, ocupada pelo MMDC, formou-se um Batalhão Universitário, posteriormente batizado de Batalhão 14 de Julho, que foi enviado para combater na frente Sul do estado, em Itararé.

A adesão de amplos setores paulistas foi imediata. Em 11 de julho, 28 organizações comerciais e industriais redigiram um manifesto em apoio ao movimento revolucionário paulista. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, na época presidida por Roberto Simonsen, propiciou a produção de capacetes de aço, armas e munições. Consta que, no auge do esforço de guerra, foram produzidos 200 mil cartuchos de fuzil e oito mil granadas por dia (LIMA, 2008).

3.4 É tempo de batalhas

No sábado, dia 9 de julho de 1932, foi deflagrada a guerra contra o governo central. Contava-se com o apoio do Rio Grande do

Sul e também de Minas Gerais, fatos que não se efetivaram. Deve-se destacar, no entanto que, apesar da "traição" oficial do governo do Rio Grande do Sul, comandado pelo general Flores da Cunha, alguns gaúchos entraram na luta no próprio Rio Grande do Sul. Liderados por Borges de Medeiros, um batalhão de cerca 450 homens praticava, utilizando termos atuais, táticas de guerrilha para fixar tropas federais, isto é, atacando destacamentos que partiriam do Rio Grande do Sul para vir reforçar os getulistas contra São Paulo, impedindo-os de chegar aos frontes, principalmente à frente paranaense.

Do estado de Mato Grosso vieram algumas centenas de soldados, capitaneados pelo General Bertoldo Klinger, que assumiu o comando das operações militares do exército constitucionalista. São Paulo ficou praticamente isolado, contando com a Força Pública e uma ampla mobilização popular para enfrentar as forças federais. Assim, a correlação de forças militares era desfavorável aos paulistas (DOMINGUES, 2003).

Além de Euclides Figueiredo, também comandaram as forças paulistas os generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger (LIMA, 2008). Iniciado o conflito, os combates ocorreram em várias frentes, descritas suscintamente logo a seguir.

As operações de guerra começaram no dia 10 de julho, quando o coronel Euclides Figueiredo, comandando tropas paulistas, ocupa a cidade de Cruzeiro, no interior de São Paulo, e bloqueia o túnel que a separa da cidade de Passa Quatro, em Minas Gerais.

As posições do túnel e da Garganta do Embaú, localizada logo acima do túnel, foram palco de batalhas, sendo considerado um dos principais *front* do conflito, onde ocorreram as lutas mais violentas e com maior número de baixa de todas as frentes de combate. Naquele conflito, foi um dos poucos locais onde as tropas paulistas não foram derrotadas. O local foi dominado pelas tropas federais de Getúlio Vargas somente após o recuo estratégico dos paulistas para Guaratinguetá, no atual bairro de Engenheiro Neiva, para evitar o iminente envolvimento de suas posições pelos flancos, de modo a não serem encurralados pelo inimigo, dado o avanço das tropas federais através da frente de combate de Pinheiros, Vila

Queimada e Batedouro. A Figura 3.5 ilustra uma foto do Túnel da Mantiqueira, durante o bloqueio.

Figura 3.5 – Túnel da Mantiqueira bloqueado na Revolução de 32.

Fonte: Autor desconhecido**. Bloqueio do Túnel da Mantiqueira,** 1932. Disponível em: https://seuhistory.com/noticias/revolucao-de-1932-na-divisa-entre-sao-paulo-e-minas-gerais. Acesso em: 27 ago. 2017.

Em 30 de maio de 2017, o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais – Conep, aprovou, por unanimidade, o tombamento do Túnel da Mantiqueira.

O túnel é uma obra histórica, possui 996 m de comprimento e está localizado a uma altitude de aproximadamente 900 m. Foi construído embaixo da Garganta do Embaú por determinação do Imperador Dom Pedro II, no ano de 1882, e inaugurado em 5 de março de 1883. A Figura 3.6 a seguir mostra uma foto de 1882, por ocasião da visita do imperador Pedro II às obras de construção do túnel.

Figura 3.6 – Construção do Túnel da Mantiqueira.

Fonte: Autor desconhecido**. Visita do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina às obras do Túnel da Mantiqueira,** 1882. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Imperator.jpg/. Acesso em: 27 ago. 2017.

3.4.1 Leste Paulista

Como registrado anteriormente, no alto da Serra da Mantiqueira, num local conhecido com Garganta do Embaú, ocorreram inúmeros combates violentos, visando o domínio daquele ponto estratégico, bem como do túnel da ferrovia que permitiria o controle do acesso ao sul de Minas.

Os paulistas invadiram a cidade mineira de Passa-Quatro, que posteriormente foi retomada por tropas federais leais ao Governo

Vargas. No sul de Minas, as tropas paulistas foram contidas em Pouso Alegre, em julho de 1932, sendo repelidas pelas forças federais em direção a Campinas.

Após setembro de 1932, as cidades paulistas próximas à divisa com Minas Gerais, tal como Itapira, foram ocupadas pelas tropas leais à Getúlio Vargas. Foram travadas batalhas no Morro do Gravi, Atibaia e em Bragança Paulista. A Figura 3.7 a seguir mostra um capacete de soldado do Batalhão Bragança Paulista.

Figura 3.7 – Capacete de soldado da Revolução de 32.

Fonte: Autor desconhecido**. Capacete de soldado,** 1882. Disponível em: http://www.cidadeecultura.com/braganca-na-revolucao-constitucionalista-de-1932/. Acesso em: 27 ago. 2017.

Bragança Paulista fez parte efetiva da defesa do território do Estado de São Paulo, no arco batizado de Frente Mineira, formado pelas cidades de Bragança Paulista, Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Grande parte do contingente revolucionário organizou suas tropas em Bragança Paulista. Porém, em 26 de agosto, foram obrigados a retirar-se das fronteiras devido à falta de munição e a inferioridade de soldados.

3.4.2 Vale do Paraíba

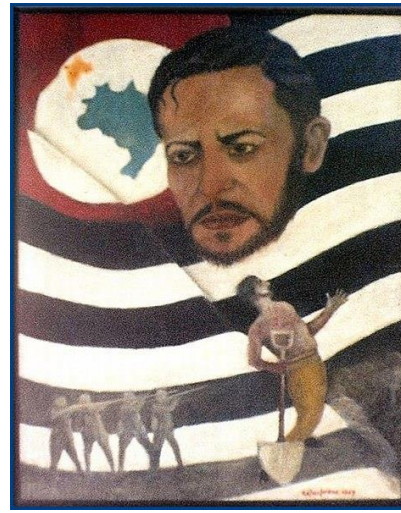
Sendo o principal acesso ao estado do Rio de Janeiro, o Vale do Rio Paraíba do Sul era considerado pelos paulistas como centro principal da guerra. A estratégia dos paulistas consistia em conquistar Resende, cidade fluminense, que inclusive chegou a ser bombardeada pela artilharia revolucionária. Com o apoio de tropas mineiras, previa-se também uma marcha rápida em direção à cidade do Rio de Janeiro. No entanto, a falta de apoio de Minas Gerais fez com que as tropas paulistas demorassem para se deslocar em direção a Resende. Assim, logo tiveram que defender seu próprio território, tentando impedir o avanço das tropas federais. A Figura 3.8 a seguir ilustra soldados paulistas em trincheiras na cidade de Silveiras/SP, do Vale do Paraíba.

Figura 3.8 – Soldados em trincheira na cidade de Silveiras/SP.

Fonte: Autor desconhecido**. Soldados em trincheira na cidade de Silveiras/SP,** 1932. Disponível em: http://www.silveirasemfoto.com/2013/09/silveiras-e-revolucao_19.html/. Acesso em: 27 ago. 2017.

É da cidade de Cunha/SP, também da região do Vale do Paraíba, o agricultor Paulo Virgínio, que se tornou um herói e mártir da Revolução de 32. Naquele ano, quando um batalhão da marinha do Rio de Janeiro composto de 400 praças subiu a Serra do Mar com a intenção de chegar à capital paulista pelo Vale do Paraíba, o agricultor que morava próximo à divisa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro fugiu para o mato com o intuito de proteger seus cinco filhos e sua esposa dos embates do conflito. Certo dia, ao buscar alimentos para a família, ele foi capturado pelas tropas fluminenses e torturado para fornecer informações sobre as tropas paulistas. Tendo se recusado a fornecê-las, foi obrigado a cavar a própria sepultura e, em seguida, executado. Consta que Paulo Virgínio teria morrido afirmando: "Morro, mas São Paulo vence!". Graças à sua lealdade, em Cunha, São Paulo venceu naquele ponto, impedindo o avanço das tropas fluminenses sobre a Serra do Mar. A Figura 3.9 a seguir mostra uma ilustração sobre o mártir Paulo Virgínio.

Figura 3.9 – Cartaz ilustrando Paulo Virgínio.



Fonte: Autor desconhecido**. Cartaz ilustrando o mártir Paulo Virgínio,** 1932. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cartaz_Paulo_Virg%C3%ADnio.jpg. Acesso em: 27 ago. 2017.

3.4.3 Centro Paulista

Na região central do estado de São Paulo, sobressai-se Botucatu, onde a Igreja Católica participou intensamente nas atividades revolucionárias, desde a coleta de fundos para a campanha "Ouro para o bem de São Paulo", até o envio de enfermeiras e paramédicos para as frentes de batalha. Consta inclusive que o Bispo de Botucatu, Dom Carlos Duarte Costa, doou parte dos bens da Diocese de Botucatu para a campanha, inclusive sua "Cruz Peitoral". Na cidade, foi organizado um batalhão que ficou conhecido como o "Batalhão do Bispo".

A Figura 3.10 mostra um grupo de voluntários de Botucatu.

Figura 3.10 – Embarque de tropas botucatuenses.

Fonte: Autor desconhecido**. Embarque de tropas botucatuenses,** 1932. Disponível em: http://blogdodelmanto.blogspot.com.br/2013/07/botucatu-e-epopeia-de-32_10.html. Acesso em: 27 ago. 2017.

3.4.4 Sul Paulista

O Sul paulista, principal centro de operações das tropas federais, era o setor mais desguarnecido do estado de São Paulo, tendo em vista o apoio que se esperava do Rio Grande do Sul e que acabou não acontecendo.

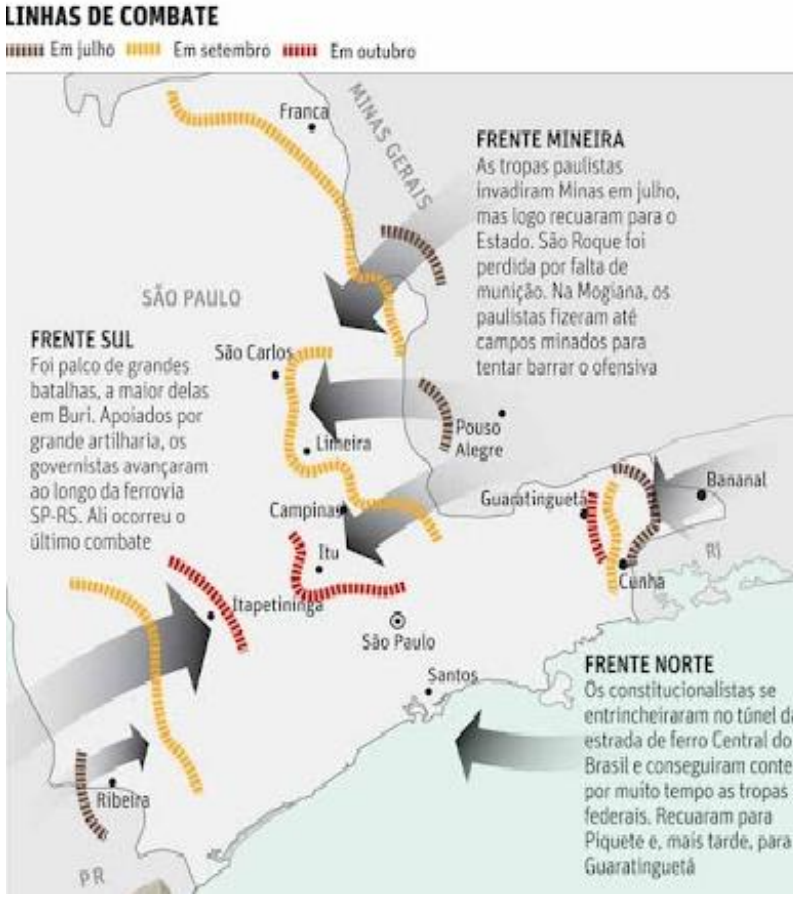
Quando as tropas do Sul se posicionaram na divisa de São Paulo e Paraná, próximos a cidade de Itararé, por um grave erro logístico das tropas paulistas, a cidade não foi defendida. As tropas paulistas retiraram-se para o rio Paranapanema, abrindo quase 150 km de território paulista para as tropas federais, a Coluna Sul. A Figura 3.11 mostra um grupo de soldados constitucionalistas em Itararé/SP.

Figura 3.11 – Soldados constitucionalistas em Itararé.

Fonte: Autor desconhecido**. Soldados constitucionalistas em Itararé,** 1932. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/310115124320831831/. Acesso em: 27 ago. 2017.

Como nas demais frentes, tropas federais, em maior número e mais bem equipadas, ocuparam cidades do sul paulistas, com o agravante de estas estarem situadas mais ao interior do estado do que nas outras frentes. A Figura 3.12 ilustra algumas dessas frentes de batalha na Revolução Constitucionalista de 32.

Figura 3.12 – Linhas de combate em 1932.



Fonte: Folha de S. Paulo. **Linhas de Combate em 1932,** 2002. Disponível em: http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/07/09/2/. Acesso em: 02 ago. 2017.

3.4.5 Litoral Paulista

No início do conflito, o Exército Constitucionalista compôs um perímetro de defesa do Porto de Santos, por meio de minas submarinas, projetadas e produzidas por engenheiros e técnicos ligados à Escola Politécnica de São Paulo, e de guarnições de artilharia e infantaria situadas no Forte de Itapu e em outros pontos estratégicos na região de Santos, de modo a impossibilitar a aproximação da esquadra da Marinha Brasileira ou um assalto de seus fuzileiros navais, na época comandados pelo Ministro da Marinha Protógenes Guimarães. Porém, essa esquadra cercou o litoral, impossibilitando o envio de recursos e suprimentos às tropas paulistas bem como à população, o que comprometeu seriamente o comércio e a capacidade bélica dos revolucionários.

O Porto de Santos foi tomado pelos getulistas no dia 12 de setembro de 1932, mais de dois meses depois do início do conflito.

3.4.6 Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul)

O grande aliado dos paulistas na Revolução - o estado do Mato Grosso do Sul - foi outro palco de combates. O estado do Mato Grosso do Sul (na época ainda fazia parte de Mato Grosso) fora até dividido durante a Revolução de 1932, com o sul emancipando-se como Estado. Posteriormente, a divisão do estado do Mato Grosso aconteceu com a criação do Mato Grosso do Sul, divisão desejada desde o término da Guerra do Paraguai.

O fato de existir um movimento divisionista no sul do Mato Grosso em relação ao governo de Cuiabá, juntamente com a disposição dos líderes civis e militares em apoiar o movimento contra o governo provisório, propiciou que na época fosse instalado o Estado de Maracaju, tendo como capital a cidade de Campo Grande.

As tropas sul-mato-grossenses que deveriam unir-se às tropas de São Paulo nunca conseguiram chegar ao seus destinos. Em duas batalhas principais foram impedidas de avançar pelos federais: uma em Porto Murtinho e outra em Coxim. Nas regiões dessas duas cidades ocorreram violentos combates, nos quais os mato-grossenses

do sul lutaram bravamente contra as forças federais compostas por soldados do norte do estado (atual Mato Grosso).

A luta pelo Porto Murtinho foi o feito mais notável dos sul-mato-grossenses no conflito. Ali houve batalhas sangrentas pela última esperança da entrada de recursos para São Paulo, já que o Porto de Santos estava sobre bloqueio naval governista.

3.5 Iconografia: apelos à população

A propaganda foi elemento essencial para alimentar o entusiasmo dos constitucionalistas. Assim, não se pode deixar de citar os famosos cartazes que recrutavam a população para lutar a favor dos interesses do estado de São Paulo. As artes traziam mensagens fortes chamando as pessoas, literalmente, para uma guerra contra a ditadura de Vargas.

Utilizados para angariar o apoio da população, inúmeros cartazes criados naquele período revolucionário traziam mensagens fortes e apelavam diretamente para os brios dos paulistas.

Nos cartazes, as mensagens estavam dirigidas diretamente à população, utilizando, muitas vezes, um discurso apelativo ou um meio de afirmação categórica que propunha a adesão em função da sensibilidade e da identificação do receptor com a mensagem então apresentada.

Na maioria dos cartazes havia uma preocupação em colocar o levante paulista como uma demanda política de caráter libertário. Na visão dos revolucionários de 32, concordar com o regime de Vargas significava o fim das liberdades democráticas da nação, tendo em vista que Vargas não fora eleito pelo povo e governava a partir de um golpe de estado.

Considerados como a primeira grande manifestação da propaganda política e de guerra em solo brasileiro, os cartazes foram criados pelo departamento de propaganda do MMDC. Da série de cartazes, o que ficou mais famoso é o que representa o soldado constitucionalista apontando, com duas legendas: “Você tem um dever a cumprir” e “Consulte a sua consciência!”.

A Figura 3.13 a seguir mostra uma imagem do referido cartaz, até hoje sempre mostrado quando se faz alguma referência ao Movimento Revolucionário de 32.

Figura 3.13 – O mais famoso cartaz da Revolução de 32.

Fonte: **MMDC**. Disponível em: https://seuhistory.com/noticias/propaganda-de-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32. Acesso em: 11 ago. 2017.

Um ótimo registro iconográfico da Revolução de 32 pode ser encontrado no blog de Della Rosa. As informações sobre os cartazes mais importantes do período foram retiradas do referido blog. Segundo Della Rosa, o Museu Pedagógico Bernardino de Campos,

localizado na cidade de Amparo/SP, possui um acervo com vários cartazes da época, além de outros itens sobre o movimento de 32.

A Figura 3.14 a seguir mostra alguns cartazes que fazem parte da coleção do referido museu.

Figura 3.14 – Museu Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo.

Fonte: Autor desconhecido. **Acervo do Museu Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo/SP**. Disponível em: https://seuhistory.com/noticias/propaganda-de-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32. Acesso em: 11 ago. 2017.

Os cartazes conclamando a população para o alistamento, tal como o apresentados na Figura 3.15, a seguir, sempre traziam as bandeiras de São Paulo e do Brasil, fato esse que contradiz a versão de que o movimento era de cunho separatista.

A Figura 3.15 a seguir mostra um cartaz do período, chamando a população para o alistamento como voluntários para os combates.

Figura 3.15 – Cartaz conclamando ao alistamento.

Fonte: **MMDC**. Disponível em: https://seuhistory.com/noticias/propaganda-de-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32. Acesso em: 11 ago. 2017.

A Figura 3.16 a seguir mostra um segundo cartaz do período, chamando a população para o alistamento como voluntários para os combates. Pode-se observar nesse cartaz que os soldados têm o

mesmo rosto, com o objetivo de transmitir a seguinte mensagem: “Abre-se mão da individualidade pela causa coletiva”.

Figura 3.16 – Outro cartaz conclamando ao alistamento.

Fonte: **MMDC**. Disponível em: https://seuhistory.com/noticias/propaganda-de-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32. Acesso em: 11 ago. 2017.

No mesmo blog, também pode-se encontrar o cartaz mostrado na Figura 3.17, a seguir, que era oferecido às famílias dos voluntários nos postos de alistamento. Orgulhosas pelo feito, os cartazes eram colocados nas paredes de suas casas.

Figura 3.17 – Cartaz: o orgulho pelo alistamento.

Fonte: **MMDC**. Disponível em: https://seuhistory.com/noticias/propaganda-de-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32. Acesso em: 11 ago. 2017.

Durante o período revolucionário, as mulheres prestaram diversos serviços em benefício das tropas, tais como: enfermaria, serviços administrativos, costureiras na confecção de uniformes militares, produção de alimentos, etc.

Também foram criados cartazes de alistamento na versão feminina. Na Figura 3.18 a seguir pode-se observar um deles.

Figura 3.18 – Cartaz conclamando ao alistamento feminino.

Fonte: **MMDC**. Disponível em: https://seuhistory.com/noticias/propaganda-de-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32. Acesso em: 11 ago. 2017.

3.6 A Campanha do Ouro

Na época, para arrecadar fundos para a Revolução, a Associação Comercial lançou a campanha "Ouro para o bem de São Paulo". José Maria Whitaker, Gastão Vidigal e Antônio Prado Júnior, entre outros, compuseram a Comissão Diretora da Associação Comercial, que centralizou a campanha em paridade com a rede bancária. O evento foi um sucesso, sendo que colaboraram até pessoas que não tinham senão a aliança de casamento para doar.

A Figura 3.19 a seguir mostra um cartaz elaborado para a Campanha do Ouro. Nele está representada a mão feminina que sacrifica a riqueza pessoal em prol de uma causa justa e nobre.

Figura 3.19 – Campanha do Ouro.

Fonte: **MMDC**. Disponível em: https://seuhistory.com/noticias/propaganda-de-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32. Acesso em: 11 ago. 2017.

Quem doasse algo de ouro para a campanha, em troca recebia um anel de latão com a inscrição “Doei ouro para o bem de São Paulo” e um certificado registrando o ato cívico. A Figura 3.20 a seguir mostra uma imagem do certificado e do anel que recebiam os que doavam ouro para a causa paulista.

Figura 3.20 – Certificado e anel para os doadores de ouro.

Fonte: Autor desconhecido. **Certificado e anel da campanha "Ouro para o bem de São Paulo"**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/mmo.php?t=007. Acesso em: 27 ago. 2017.

Terminada a guerra, temendo que os fundos apurados fossem confiscados pelo governo federal, o governo paulista doou-os à Santa Casa de São Paulo. Com parte do valor foi construído o "Edifício Ouro para o Bem de São Paulo", situado no centro da cidade, no Largo da Misericórdia, com treze andares, tantos quantas as listras da bandeira paulista. A forma ondulada do prédio sugere uma bandeira tremulando ao vento. A Figura 3.21 a seguir mostra uma imagem do Edifício Ouro para o Bem de São Paulo.

Figura 3.21 – Edifício Ouro para o Bem de São Paulo.

Fonte: Eli Kazuyuki Hayasaka**. Ouro Para O Bem de São Paulo,** 2011. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ouro_Para_O_Bem_de_S%C3%A3o_Paulo_(5712392535).jpg. Acesso em: 13 de fev. 2018.

3.7 Engenharia e criatividade

Iniciada a Revolução, os paulistas desenvolveram alguns artifícios para a guerra, tendo em vista a inferioridade material de São Paulo frente às forças federais.

Como as fronteiras do estado foram fechadas, não havia como adquirir armamento para o conflito fora do país. Dessa forma, muitos voluntários levaram suas próprias armas pessoais e engenheiros da Escola Politécnica do Estado (hoje EPUSP) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT passaram a desenvolver armamentos a serem produzidos pelo próprio estado para suprir as tropas paulistas.

Os recursos do estado de São Paulo para levar adiante a Revolução eram escassos. Assim, o estado teve que recorrer ao seu parque industrial e à força de vontade e imaginação dos militantes, conseguindo alguns feitos notáveis. Foram produzidos: uniformes, capacetes, armamentos, instrumentos óticos, material de saúde, veículos blindados, trens e lanchas, entre outros utensílios necessários. A indústria paulista adaptou equipamentos para a fabricação de armas e munições. Tendo em vista a urgência exigida pelo momento, pode-se considerar que os feitos foram extraordinários.

Aviões, carros de combate e trens blindados foram construídos. Segundo Bastos (20--), no período foram construídos seis trens blindados nas oficinas ferroviárias, sob a orientação da Escola Politécnica Paulista, hoje pertencente à Universidade de São Paulo. Esses trens foram denominados TB-1, TB-2 até TB-6.

O trem blindado era composto de uma locomotiva entre dois vagões, com uma prancha à frente para verificação do estado da linha. O autor também registra que as equipes desses trens eram compostas por três mecânicos e quinze homens por vagão, sendo que toda a iluminação provinha de eletricidade gerada na própria locomotiva.

Nos trens blindados, no vagão da frente era colocada um canhão Krupp ou Schneider de 75 mm, manobrados de dentro e que ocupavam toda a parte central do vagão. A Figura 3.23 ilustra esse fato, mostrando com mais detalhe o posicionamento do canhão.

A Figura 3.22 a seguir mostra um trem blindado TB-4, utilizado no período revolucionário.

Figura 3.22 – Trem blindado TB-4.

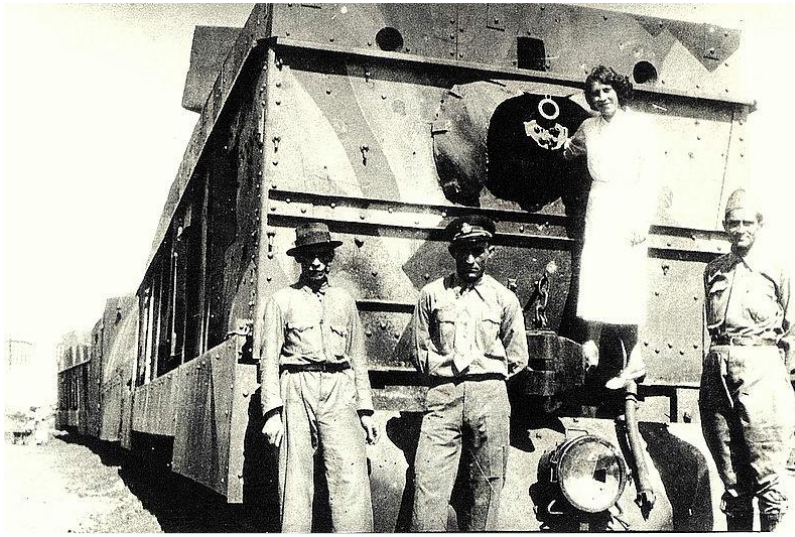
Fonte: Autor desconhecido**. Trem blindado TB-4**. Bastos (20--). Acesso em: 11 de ago. 2017.

Seis trens blindados foram produzidos. Um deles, o chamado TB-6, foi apelidado pelas tropas federais de “Fantasma da Morte”. Com potentes canhões e metralhadoras para combate, ele foi usado no ramal de Piquete, no Vale do Paraíba, como uma das principais armas das tropas que brigavam pela causa constitucionalista.

Seus holofotes eram usados para buscar militares getulistas no breu noturno, enquanto o canhão Krupp era uma letal arma de ataque. A pintura, totalmente camuflada nos dois grandes vagões, tornou-se a representatividade de um verdadeiro terror dos combatentes rivais.

O “Fantasma da Morte” foi considerado uma das armas mais sofisticadas criadas pela indústria paulista. Anos depois, foi levado para o exército, e, então, terminou desmontado.

Figura 3.23 – Canhão no vagão do TB-6.



Fonte: Autor desconhecido**. Canhão no TB-6**. Bastos (20--). Acesso em: 11 de ago. 2017.

Além dos trens blindados, também foram construídos os carros de assalto. Esses carros de assalto foram montados sobre chassis de automóveis e caminhões da marca Ford ou Chevrolet, principalmente. Esses veículos também foram construídos com a colaboração da Escola Politécnica, sob a supervisão do engenheiro Francisco de Sales Vicente de Azevedo. Foram construídos uns seis veículos que receberam as denominações FS-1, FS-2 e assim por diante, com as iniciais homenageando seu criador.

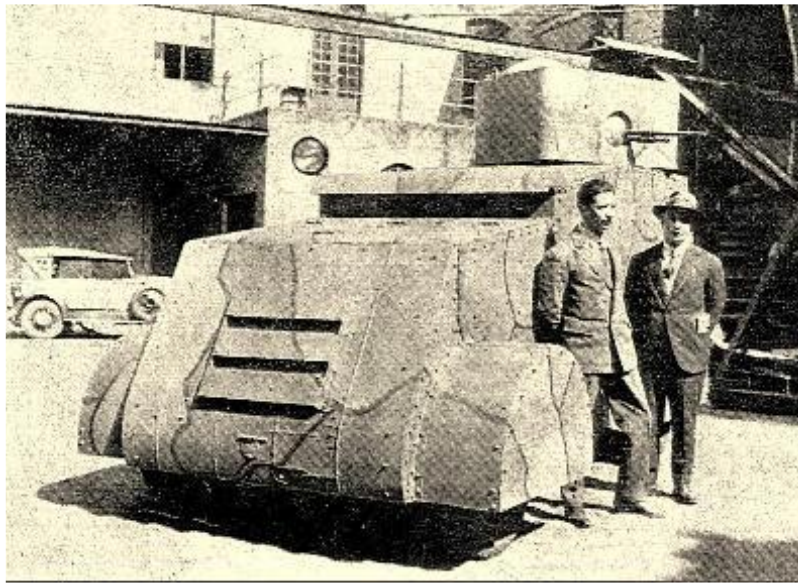
Para superar as deficiências, também foram construídos blindados a partir de tratores agrícolas, bem como lanchas blindadas equipadas com metralhadoras e fuzis.

Foram produzidos três blindados sobre lagartas, os quais foram chamados de “Tanks Paulistas”, utilizando-se de tratores agrícolas Caterpillar, que variavam entre 8 e 14 toneladas. Um deles, todo cinza, pesando 8 toneladas, se posiciona próximo à entrada de uma ponte na região de Cruzeiro/SP, e junto a ele soldados paulistas

revolucionários, armados de fuzis e metralhadoras pesadas. Do outro lado do rio estavam as tropas do governo federal tentando ocupar essa estratégica ponte. No meio do avanço, o blindado é colocado na extremidade da mesma e começa a "cuspir" fogo e disparar suas duas metralhadoras frontais, deixando em pânico a tropa invasora, que imediatamente bateu em retirada, pois os soldados o viam como algo demoníaco, principalmente nos combates noturnos

A Figura 3.24 a seguir mostra uma imagem desse veículo blindado.

Figura 3.24 – Veículo blindado FS-2.



Fonte: Autor desconhecido**. Veículo blindado FS-2**. Bastos (20--). Acesso em: 11 ago. 2017.

Também foram construídos blindados que podiam transportar até oito soldados, tal qual o mostrado na Figura 3.25.

Figura 3.25 – Veículo blindado FS-8.

Fonte: Autor desconhecido**. Blindado FS-8**. Bastos (20--). Acesso em: 11 ago. 2017.

Ainda, para ter-se uma ideia sobre como era dramática a falta de armamento, é interessante registrar a criatividade dos paulistas na criação da chamada “matraca” - uma engenhoca construída em madeira e ferro que produzia sons semelhantes ao da metralhadora disparando. Quando se rodava uma manivela, uma roda dentada tocava numa lâmina de aço, provocando o som parecido ao da metralhadora, com a finalidade de iludir o inimigo. Consta que o equipamento foi idealizado pelo professor Otávio Teixeira Mendes, do batalhão de Piracicaba.

A Figura 3.26 mostra um exemplar desse equipamento improvisado.

Figura 3.26 – A matraca.

Fonte: Bia Ox**. Matraca que simula o som de disparo de uma metralhadora**, 2017. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Matracas.jpg. Acesso em: 11 ago. 2017.

3.8 Registros sobre a Aviação Constitucionalista

Segundo Bento (20--) a base da Aviação Constitucionalista, em São Paulo, era o Campo de Marte, que na época teve suas instalações reformadas e ampliadas. Os revolucionários paulistas aproveitavam-se da posição central, em relação às três frentes de combate, para fazer incursões de surpresa, ora numa frente, ora noutra, sempre com os mesmos aviões e pilotos.

No início da Revolução, a chamada Aviação Constitucionalista dispunha de alguns aviões de emprego militar: os Potez T.O.E. A-116 e A-212, os Waco, os CS.O. C-2 e C-3 e o avião de caça Nieuport Delage K-421. A Figura 3.27 mostra um dos aviões Waco utilizado no Movimento de 1932, hoje no Museu da TAM, Em

São Carlos/SP. Alguns desses aviões já se encontravam no Campo de Marte, enquanto outros foram levados à capital após a deflagração da Revolução.

Figura 3.27 – Avião Waco utilizado no conflito.

Fonte: Autor desconhecido**. Avião Waco – Museu TAM**, 20--. Disponível em: http://canalpiloto.com.br/tudo-por-sao-paulo-os-avioes-de-32/. Acesso em: 13 de fev. 2018.

Além desses aviões mencionados, a Aviação Constitucionalista também dispunha de um Fleet e um Moth de instrução primária, além de alguns aviões civis que eram utilizados ora na instrução, ora como aviões de ligação na zona do interior (BENTO, 20--).

Em agosto de 32, os constitucionalistas conseguiram comprar nove aviões de observação e bombardeio Curtiss Falcon, tipo O-IE, na fábrica de montagem da Curtiss Wright Corporation, instalada no Chile. No entanto, nem todos os aviões adquiridos chegaram ao seu destino, pois alguns acidentaram-se no percurso.

Esses aviões, de construção extremamente robusta, foram os melhores aviões militares entre os que participaram do combate aéreo durante a Revolução de 1932. A primeira vez que os aviões Curtiss Falcon foram empregados foi a 20 de setembro, no bombardeio do

campo de aviação de Mogi-Mirim (BENTO, 20--). A Figura 3.28 mostra um dos aviões Curtiss Falcon utilizados no Movimento de 1932.

Figura 3.28 – Avião Curtis Falcon utilizado no conflito.

Fonte: Autor desconhecido**. Curtiss Falcon**, 1932. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/guaruja/gh037b.htm. Acesso em: 12 de fev. 2018.

3.9 A aviação no conflito e a morte de Santos Dumont

Os combates, a destruição e as mortes provocadas tanto pela aviação paulista como pelos aviões federais, provocaram um triste acontecimento. Santos Dumont, considerado o pai da aviação, mostrava-se muito deprimido por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. Repousando no Guarujá, acompanhado por familiares e amigos, Dumont recebeu a notícia do primeiro bombardeio aéreo sobre cidades paulistas, no dia 13 de julho de 1932. No dia seguinte, ele escreveu um pronunciamento ao povo brasileiro,

no qual pedia a volta da Constituição de 1891 como solução para os problemas políticos e econômicos que abalavam o Brasil. A Figura 3.29 a seguir mostra uma foto do Pai da Aviação.

Figura 3.29 – Santos Dumont.

Fonte: Agense de presse Meurisse**. Alberto Santos Dumont**, 1922. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alberto_Santos-Dumont_b_Meurisse_1922.jpg. Acesso em: 11 de ago. 2017.

Cada vez mais abalado, Santos Dumont confessou a um amigo:

> Não haverá meio de evitar derramamento de sangue de irmãos? Por que fiz eu esta invenção que, em vez de concorrer para o amor entre os homens, se transformou

> numa maldita arma de guerra? Horrorizam-me estes aeroplanos que estão sempre pairando sobre Santos.

Em 23 de julho, foi bombardeado o Campo de Marte, em São Paulo. Na mesma data, a aviação de Vargas atacou o Forte Itaipu, em Santos. Os ruídos decorrentes das explosões abalaram em definitivo o então frágil controle emocional de Santos Dumont. Ele dirigiu-se para seu quarto, no Hotel de La Page, trancou-se no banheiro e, em seguida, enforcou-se.

3.10 Destaque para os Pérolas Negras

Em 1932, os denominados "homens de cor", designação dada aos negros pela elite paulista, foram conclamados a contribuir com o levante constitucionalista. Formou-se então um batalhão, constituído especificamente por negros, que passou a ser denominado a "Legião Negra".

A "Legião Negra de São Paulo" foi criada a 14 de julho, cinco dias após o início da guerra, tendo Guaraná Santana como chefe civil e Gastão Goulart como chefe militar. A Legião era formada por três batalhões de infantaria, chegando a ter um efetivo de aproximadamente 2 mil homens que lutaram junto do exército constitucionalista (DOMINGUES, 2003). Assim como mulheres brancas se alistaram para as mais variadas funções (enfermeiras, cozinheiras, etc.), mulheres negras também se alistaram, sendo que algumas participaram inclusive das frentes de combate. Uma delas – Maria Soldado - ficou célebre; lutou na frente sul do movimento, onde acabou ferida (VILLA, 2008).

No texto a seguir, em destaque, registra-se o manifesto dirigido à população negra, por Joaquim Guaraná Santana, principal idealizador da "Legião Negra" e que foi também comandante civil no movimento constitucionalista:

> Os verdadeiros Palmares viveram há trezentos anos. Primeiro eram cerca de quarenta negros escravos. Refugiaram-se no sertão. Querendo ser homens livres, ali se fortificaram. Desciam a serra, a princípio, em busca de

> comida e de mulheres. Arrasavam as plantações e as senzalas. Todos os escravos fugitivos eram bem recebidos e ali principiavam a viver como homens livres. A aglomeração foi crescendo. Delineou-se a organização coletiva. Escolheu-se um rei dentre os demais ação e valentia. Foi-se esboçando uma religião primitiva, mista do cristianismo, bebida parcamente da catequização jesuítica mal assimilada, de grosseiras superstições, dos mitos africanos ou indígenas. Até leis escritas apareceram. Deixaram um dia de descer a serra para apossar-se das colheitas e das fêmeas, porque as colheitas e as mulheres iam surgindo em roças e gerações novas […] O branco civilizado queria escravizar o negro bronco que sonhara ser livre. A nação dos Palmares foi arrazada. Mas os Palmares não puderam ser escravizados, porque enquanto houve um guerreiro negro em pé, êste resistiu aos invasores (DUARTE, 1947, p. 199).

Com relação à participação dos negros no movimento revolucionário, Sales Junior (2006) destaca que a coragem e a garra dos mesmos foram elementos marcantes no episódio. Em homenagem aos combatentes negros, eles receberam a denominação de "Pérolas Negras", o que reafirma a importante participação dos negros na construção do país, não só como escravos e trabalhadores, tendo em vista que essa população entregou o melhor de si, ou seja, sangue, suor e leite materno.

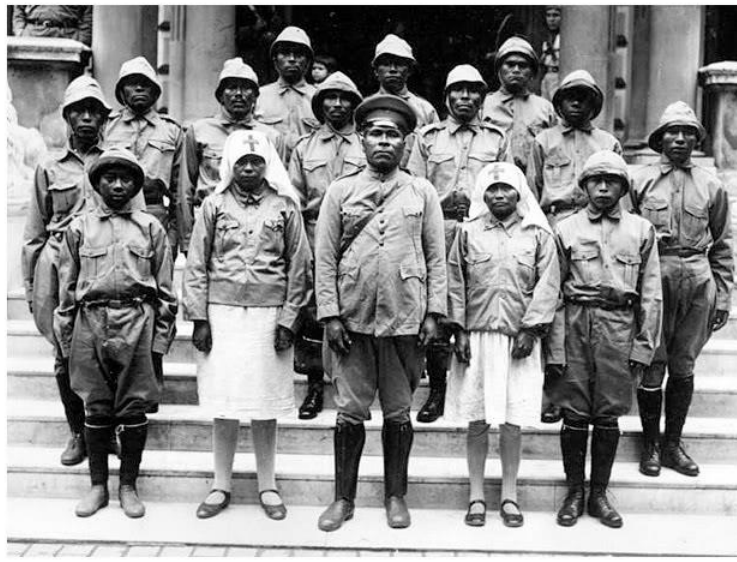
No mesmo sentido, ou seja, no que diz respeito à grande contribuição do negro na Revolução de 32, Domingues (2003, p. 244) assinala que:

> A Legião Negra articulou-se com tal grau de eficiência e racialismo que, dos soldados aos oficiais, das enfermeiras aos médicos, passando pelos voluntários que realizavam as tarefas de retaguarda no quartel general, enfim, a absoluta maioria de seus componentes eram negros, uma vez que, pelo menos, o chefe militar, capitão Gastão Goulart, era identificado como branco. Seus combatentes eram exímios no manejo de metralhadoras, morteiros e lança-minas,

> conseguindo sustentar com eficácia os ataques de um inimigo numericamente superior e muito mais bem armado e municiado. A briosa atuação da Legião Negra serviu como crédito moral para os negros, na medida em que permitiu que a opinião pública paulista reelaborasse, em certa medida, a imagem negativa que tinha desse segmento populacional.

A Figura 3.30 a seguir mostra um batalhão de voluntários negros que formaram a denominada "Legião Negra de São Paulo".

Figura 3.30 – Legião Negra de combatentes em 32.



Fonte: Autor desconhecido**. Os Pérolas Negras**, 1932. Disponível em: http://profludfuzzisocial.blogspot.com.br/2013/07/os-negros-na-revolucao.html. Acesso em: 11 de ago. 2017.

Não obstante a contribuição do negro no levante paulista, o mesmo autor - Domingues (2003) - assinala que na grande maioria dos registros históricos sobre a Revolução Constitucionalista de 1932,

pode-se observar a ausência de referências quanto à população negra e afrodescendente, ou seja, a história oficial tem omitido ou dado pouco destaque à participação dos negros nesse conflito armado. O autor considera que as publicações existentes, de memorialistas ou de historiadores, não descrevem em profundidade o papel dos negros em geral, e da Legião Negra em particular, na defesa dos ideais revolucionários de 32.

Terminada a revolução de 1932, a "Legião Negra de São Paulo" foi rebatizada como "Legião Negra do Brasil" e continuou ativa por alguns anos, funcionando como sociedade civil e dirigida, por um período, por Guaraná Santana. Assim, além dos registros da destacada participação dos negros em tantos outros importantes eventos nacionais, deve-se também exaltar o valoroso papel dos "Perolas Negras" na causa paulista.

3.11 A mulher na linha de frente

O movimento revolucionário contou com a participação de muitas mulheres que se alistaram como voluntárias e prestaram diversos serviços em benefício das tropas, tais como: enfermaria, serviços administrativos, costureiras na confecção de uniformes militares, produção de alimentos, etc. Enquanto os homens lutavam bravamente nas trincheiras, elas trabalhavam nas indústrias bélicas e também auxiliavam nas tarefas referentes ao suporte logístico.

Os combatentes por São Paulo só conseguiram chegar tão longe graças ao suporte que receberam de suas famílias. Mães, esposas e donas de casa, as mulheres também foram revolucionárias, com participação ativa na Revolução de 32. Há registros de mais de 72 mil mulheres voluntárias na guerra, o que era equivalente a aproximadamente 15% de toda a população feminina da cidade de São Paulo àquela época.

Pérola Ellis Byington foi uma dessas mulheres. À frente da Cruzada Pró-infância, atuou como voluntária no lado paulista. A Cruzada confeccionava ataduras e peças de roupas para os soldados, prestava assistência às famílias dos combatentes e também arrecadava donativos. Em 1959 foi inaugurado o Hospital Cruzada Pró-Infância

em São Paulo, que em 1963 recebeu o nome de Pérola, dedicado ao atendimento da mulher. O local também se tornou referência no atendimento a mulheres que sofreram violência sexual.

A Figura 3.31 a seguir mostra um grupo de mulheres voluntárias na Revolução de 32.

Figura 3.31 – Mulheres voluntárias.

Fonte: Autor desconhecido**. Mulheres voluntárias costuram fardas dos soldados que combatem na Revolução**, 1932 Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,revolucao-de-1932,892,0.htm. Acesso em: 11 de ago. 2017.

Além das mulheres que executaram esses trabalhos, também houve casos de mulheres que se apresentaram para lutar na linha de frente, atuando como soldados nas trincheiras paulistas. Uma delas foi Maria Stella Rosa Sguassábia, professora de uma escola rural primária na cidade de São João da Boa Vista. A Figura 3.32 a seguir mostra Maria Sguassábia e seu irmão Antônio Sguassábia numa trincheira na frente de batalha.

Figura 3.32 - Maria Stella Sguassábia e Antônio Sguassábia

Fonte: Autor desconhecido**. Maria Sguassábia e seu irmão na trincheira**. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maria_Sguassabia_and_her_Brother_Ant%C3%B4nio_in_the_trenches.jpg. Acesso em: 11 de ago. 2017.

Nascida em Araraquara/SP, consta que Sguassábia era professora na Fazenda Paulicélia quando se infiltrou nas tropas revolucionárias paulistas, recolheu as armas e as roupas de um soldado que havia desertado, vestiu-as e rumou ao combate. O comando da 4ª Cia., tendo presenciado sua ação enérgica na luta por São Paulo, incorporou-a à tropa sob o nome de Mario Sguassábia. Ela foi integrante da Coluna Romão Gomes, tendo atuado no denominado setor leste, na região de Campinas. Ao longo do conflito, tendo em vista seus feitos no campo de batalha, Sguassábia chegou a ser promovida ao posto de sargento.

Maria Stella Rosa Sguassábia foi uma dentre tantas mulheres que se voluntariaram para atuar nas trincheiras como soldado, a exemplo também de Maria José Bezerra. A Figura 3.33 a seguir mostra uma imagem de Maria Bezerra.

Figura 3.33 - Maria Soldado

Fonte: Autor desconhecido**. Maria Soldado**. Disponível em http://gingalimeira.blogspot.com.br/2013/07/maria-soldado-uma-mulher-negra.html. Acesso em: 11 de ago. 2017.

Maria José Bezerra marcou a presença feminina na Revolução de 1932, ficou conhecida como Maria Soldado e virou símbolo por também ter lutado nas trincheiras paulistas. Vinda de Limeira/SP, Maria Bezerra era negra filha de escravos e trabalhava como cozinheira de uma família importante em São Paulo. Quando veio Revolução, Maria José resolveu abandonar as panelas para entrar na guerra. Passou-se por homem, alistou-se e lutou bravamente pela causa paulista. Armada com fuzil ela combateu em Itararé, Ligiana e Buri. Só foi descoberta como mulher após ser ferida em combate na linha de frente. Maria Soldado foi escolhida como a "Mulher Símbolo" no Jubileu de Prata da Revolução de 32 - a mais alta honraria que uma mulher poderia almejar – recebendo ainda homenagem da Câmara Municipal de São Paulo.

Outra mulher que participou ativamente do Movimento de 32 foi Carlota Pereira de Queiroz. Nasceu em 13 de fevereiro de 1892, em São Paulo, no seio de uma família abastada de fazendeiros pelo lado do pai e de uma família de políticos pelo lado da mãe. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1926.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, Carlota Pereira de Queiroz organizou um grupo de 700 mulheres e, junto com a Cruz Vermelha, deu assistência aos feridos na guerra. Em 1934, foi a primeira mulher eleita deputada Federal no Brasil. A Figura 3.34 a seguir mostra uma imagem de Carlota Pereira de Queiroz.

Figura 3.34 – Carlota Pereira de Queiroz

Fonte: Autor desconhecido**. Carlota Pereira de Queiroz**. Disponível em: http://www.famososquepartiram.com/2012/10/carlota-pereira-de-queiroz.html. Acesso em: 11 de ago. 2017.

A adesão das mulheres paulistas ao movimento revolucionário foi de tal ordem que elas chegaram a envolver seus filhos em idade escolar na causa constitucionalista. As crianças liam discursos pelas ruas e também compunham os batalhões infantis que desfilavam exibindo cartazes com frases do tipo: “Se necessário, também iremos”. A Figura 3.35 a seguir mostra um daqueles batalhões infantis.

Figura 3.35 – Um batalhão infantil em 32.

Fonte: Autor desconhecido. **Crianças do pelotão infantil em apoio moral às tropas paulistas**, 1932. Disponível em: http://orebate-cassioribeiro.blogspot.com.br/2008/07/revoluo-constitucionalista-de-1932.html. Acesso em: 27 ago. 2017.

3.12 A participação dos estudantes

Os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco em São Paulo engajaram-se e muitos foram para as trincheiras lutar contra a ditadura e por uma nova constituição. Na oportunidade, a direção da escola e os professores se pronunciavam

em favor da luta pela liberdade. Havia preocupação em enviar mensagens de otimismo aos alunos que estavam no *front*. A participação dos estudantes da Faculdade de Direito teve início no primeiro semestre de 1932, quando os líderes políticos ocupavam-se das negociações oficiais.

No dia 10 de julho, o Largo de São Francisco passou a ser um posto de alistamento militar e cenário da formação do Batalhão Universitário, enviado para lutar na fronteira com o Paraná. Quando eclodiu a Revolução Constitucionalista, o jurista Miguel Reale, por exemplo, que cursava o segundo ano da Faculdade de Direito, virou sargento, recebeu o fardamento e um fuzil velho. Antes mesmo que seu batalhão estivesse formado ou treinado, havia embarcado para a fronteira com o Paraná, em Taquari e Taí, no interior do Estado (SILVA, A.; 2003). A Figura 3.36 a seguir mostra uma concentração de voluntários na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Figura 3.36 – Concentração de voluntários na Faculdade de Direito.

Fonte: Autor desconhecido. **Concentração de voluntários na Faculdade de Direito**, 1932. Disponível em: http://www.fundacaoarcadas.org.br/index.html. Acesso em: 12 fev. 2018.

Os estudantes buscavam organizar a adesão popular aos preparativos para a luta armada. Ao lado dos estudantes da Escola Politécnica - que lançaram um Manifesto Pró-Constituinte - os alunos da São Francisco comandavam a campanha pela restauração da honra paulista (ESTRADA, 2002). Lançaram, no começo de 1932, a Liga Paulista Pró-Constituinte, que realizou comícios e passeatas para conquistar o apoio da opinião pública. A Liga deveria reunir voluntários para um possível combate.

Na Escola Politécnica, durante os três meses do conflito, a rotina foi bastante alterada. Os laboratórios foram utilizados para o estudo e fabricação de perigosos explosivos, mesmo sem os conhecimentos necessários sobre o comportamento dos materiais e possíveis acidentes. Muitas vezes os acadêmicos tiveram que resolver problemas com os quais nunca haviam se confrontado, à iminência de uma explosão, demonstrando idealismo e coragem. Vários projetos foram realizados sob a supervisão dos professores da Poli, tais como: blindagem de trens, veículos terrestres leves e até de uma lancha, utilizada para patrulhar a fronteira com Minas Gerais. Também foram fabricadas bombas de fumaça, munições para fuzis e metralhadoras. Outro engenhoso recurso fabricado foi a matraca, aparelho já citado anteriormente (PAIOLA, 2002).

Alguns alunos chegaram a se alistar como soldados rasos em vez de se engajarem nas atividades da Poli. Por iniciativa do grêmio foi organizado o batalhão “Caçadores de Piratininga”, do qual o primeiro pelotão era formado por politécnicos (PAIOLA, 2002).

3.13 A atuação dos escoteiros paulistas

No Movimento de 32, os escoteiros paulistas prestaram os mais diversos serviços em apoio à causa revolucionária e aos combatentes, principalmente pela atuação em duas grandes frentes: a “Cruzada de Escoteiros Pró-Revolução” e o apoio à Cruz Vermelha pelo núcleo “Escoteiros de São Paulo”, que passou a denominar-se oficialmente “Boy Scouts Paulistas” (atual 1º/SP Grupo Escoteiro São Paulo), em 23 de setembro de 1932, conforme registro no Diário Oficial do Estado.

Os escoteiros começaram a alistar-se e, já nos primeiros dias, contavam-se mais de 500 jovens que foram distribuídos nos 78 postos civis e militares de atuação da campanha constitucionalista.

Os escoteiros uniram-se e formaram o contingente da "Cruzada", servindo em todas as cidades paulistas onde havia uma unidade escoteira, exercendo os serviços de estafetas entre os postos de correios e telégrafos, atuando nos quartéis revolucionários, auxiliando o correio militar, fazendo plantão nas estações e emissoras de rádios, nos hospitais, aeroportos, estações ferroviárias, fábricas improvisadas de armamentos, equipamentos militares e confecção de uniformes, transporte de refeições, além do encaminhamento de medicamentos e aviamentos. Também era serviço dos escoteiros a arrecadação de jornais que eram enviados para os soldados na linha de frente. Ao mesmo tempo, as fanfarras de escoteiros eram requisitadas pelos comandantes militares para acompanhar na marcha dos combatentes para o embarque das tropas revolucionárias para o *front*.

Os escoteiros alistados na Cruzada recebiam um cartão de identificação próprio e também passes livres nos bondes. Realizavam os trabalhos onde quer que fossem necessários. A pé, de bicicleta ou bonde, os escoteiros mobilizaram-se, conquistando a simpatia e o respeito da população.

No interior do estado há registros dos escoteiros realizando campanhas para angariar metais velhos para a fundição de material bélico, além de materiais e equipamentos de sapa (pás, picaretas, cavadeiras, machados, etc.) para a entrega às tropas em combate, além de apoio as instituições que patrocinavam a revolução.

No dia 25 de julho, foram iniciados os primeiros cursos de enfermagem e a instalação de um posto de Pronto Socorro com 40 leitos na sede central, que era dirigido pelo Dr. Emilio V. Credidio e que formou o "Corpo de Saúde da Cruzada dos Escoteiros". Em 02 de agosto, a Cruzada enviou 30 escoteiros para atuarem como estafetas no *front* sul, nas cidades de Itaporanga, Ourinhos, Piraju e Bernardino de Campos. Posteriormente, seguiu uma turma de escoteiros que concluiu o curso de enfermagem para auxiliar o comando militar nesta mesma região do estado.

Esses serviços foram exercidos na área urbana dos municípios, enquanto que os “boys scouts paulistas” da associação “Escoteiros de São Paulo” atuaram juntamente com a Cruz Vermelha no socorro aos feridos no *front*, na região do Vale do Paraíba, com a implantação de hospitais de sangue, transporte e remoção de feridos e como motoristas das ambulâncias. A Figura 3.37 a seguir mostra um grupo de escoteiros paulistas que participou do Movimento de 32.

Figura 3.37 – Escoteiros no Movimento de 32.

Fonte: Autor desconhecido**. Escoteiros voluntários**, 1932. Disponível em: http://gepcmarcelino199.blogspot.com.br/2012/07/um-pouco-de-historia-quando.html. Acesso em: 12 de fev. 2018.

Terminada a revolução, registraram-se algumas mortes de escoteiros. A história nos revela o nome de três deles: João Gama Junior, da capital, Aniz Abdala e Aldo Chioratto, ambos de Campinas.

De todos os escoteiros que tombaram, a história de Aldo Chioratto é a mais conhecida, pois seus restos mortais repousam hoje no Mausoléu Constitucionalista, sendo a única criança a receber esta homenagem. O jovem Aldo Chioratto era da "Associação de Escoteiros Ubirajara", tinha 10 anos de idade e foi escolhido como mensageiro do Coronel Mário Rangel, no quartel em Campinas, por ter grande estima e simpatia dos oficiais militares. Na manhã de 18 de setembro, enquanto entregava as correspondências, foi atingido pelos estilhaços de uma bomba lançada pela aviação federal próximo às estações ferroviárias das Companhias Mogiana e Paulista, no centro de Campinas, falecendo com o seu bornal de estafeta no cumprimento do dever, com treze perfurações em seu frágil corpo. A Figura 3.38 a seguir mostra uma imagem do escoteiro Aldo Chioratto.

Figura 3.38 – Aldo Chioratto.

Fonte: Autor desconhecido**. Aldo Chioratto**, 1932. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aldo_Chioratto_9_years_old_in_1932.jpg?uselang=pt-br. Acesso em: 12 de fev. 2018.

O encerramento dos trabalhos da Cruzada de Escoteiros Pró-Revolução foi determinado oficialmente no dia 9 de outubro, em reunião com os diretores das associações e federações que compuserem o serviço auxiliar da revolução. A assembleia, realizada na Travessa das Flores, nº 1, decidiu que os escoteiros e suas agremiações continuariam a atender e prestar os serviços às instituições de caridade e postos de saúde que ainda necessitavam de ajuda dos pequenos soldados.

Os "Boys Scouts Paulistas" conferiram aos participantes da campanha o "Diploma de Serviços de Guerra" e os distintivos de serviço em metal, em duas categorias: os que serviram na capital paulista e os que serviram no *front* de batalha. A solenidade na qual foram entregues as distinções ocorreu em 15 de novembro de 1932, no salão do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, perante aos familiares e autoridades, encerrando definitivamente seus serviços naquela data.

Através do Decreto nº 46.292 de 16 de maio de 1966, o Governador do Estado Dr. Adhemar Pereira de Barros autorizou o sepultamento dos despojos do escoteiro Aldo Chioratto no Monumento ao Soldado Constitucionalista, no Ibirapuera, na capital do Estado de São Paulo. O jovem escoteiro é reconhecido pela Sociedade de Veteranos de 32 - MMDC como o mais jovem herói da Revolução Constitucionalista e o único menino a ser inumado no mausoléu junto com outros 713 ex-combatentes (ESCOTEIROS DO BRASIL, 2015).

Longe de afirmar que a participação dos escoteiros deveu-se à influência da Maçonaria, é oportuno lembrar que as duas instituições têm vários pontos de convergência entre seus paradigmas. Alguns pesquisadores afirmam que existe uma relação entre a Maçonaria e o Escotismo, tendo em vista considerarem que Robert Stephenson Smyth Baden Powell, um dos idealizadores do Escotismo, em 1907, na Inglaterra, foi maçom. Apesar de haver controvérsia sobre esse fato, ou seja, se Baden-Powell foi ou não iniciado na Arte Real ,é fato que vários de seus amigos mais próximos eram maçons.

Dentro da família real britânica, por exemplo, o duque de Connaught foi quem mais influenciou na personalidade do fundador do escotismo. Este príncipe era o terceiro filho da Rainha Victória (Príncipe Arthur) e conheceu Baden Powell em 1883, na Índia. Em 1906, o duque de Connaught era inspetor Geral do Exército inglês e neste posto nomeou Baden Powell como Inspetor Geral da Cavalaria na África do Sul. A amizade de ambos aumentou depois da criação do Movimento Escoteiro. Em 1913, Baden Powell nomeia o duque como Presidente da Associação Escoteira da Grã-Bretanha. É conhecida a fotografia destes velhos amigos dando início ao terceiro Jamboree Escoteiro Mundial, em Arrowe Park (1929).

Supõe-se que foi o duque de Connaught quem iniciou Baden Powell nos mistérios da Irmandade, já que ele era Grão Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra, havia sido iniciado em 1874 na Loja Príncipe de Gales nº 259 e, em 1886, converteu-se no Grão Mestre provincial de Sussez. É muito significativo que a mesma pessoa foi Presidente dos escoteiros da Inglaterra e ao mesmo tempo Grão Mestre dos Maçons desse país.

Há que se considerar também que na Maçonaria e no Escotismo encontram-se alguns pontos de contato, a saber: a) A promessa escoteira como uma iniciação do aspirante em iniciado; b) Uso e reiteração do número 3. No Escotismo existem três princípios e três virtudes, enquanto que na Maçonaria se fala das três luzes e das três luzes menores. Os escoteiros basicamente têm três graus (Noviço, Segunda e Primeira Classe), enquanto que na Maçonaria existem os três graus simbólicos: Aprendiz, Companheiro e Mestre; c) Os escoteiros e os maçons apertam a mão de uma maneira especial e simbólica; d) É significativo o uso do termo “lobinhos” e toda uma mística inspirada no livro de conteúdo maçônico, igual que “Kim”; e) A ajuda ao próximo é uma particularidade de ambas as instituições; f) Utiliza-se o termo “Irmão Escoteiro” ou “Irmão Maçom”; g) A cadeia da fraternidade (as mãos apertadas) existe nas duas organizações em alguns momentos transcendentes.

No Brasil há algumas lojas maçônicas com o nome Baden Powell: Loja Baden Powell n.º 185, da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul, fundada em 4 de Novembro de 2004 e

com sede no Oriente de Porto Alegre. Existem ainda mais duas Lojas com o nome Baden Powell, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo. O Escotismo é também reconhecido pela GLESP - Grande Loja do Estado de São Paulo como Instituição Para-Maçônica.

Para finalizar, atente-se ao pronunciamento (maçônico?) de Baden Powell em um Congresso de Escotistas celebrado em Paris em 1922: "O Movimento Escoteiro representa uma união mundial de socorro fraternal, uma associação universal de amizade que não tem fronteiras. Educados na compreensão de que as nações são irmãs, de que formam parte de uma grande família humana, cujos membros devem ajudar-se e compreender-se mutuamente, os jovens cidadãos e cidadãs de todas as nações cessarão de olharem-se como rivais e não alimentarão mais que pensamentos de amizade e de estima mútuas".

3.14 Romão Gomes e a "Coluna Invicta"

Pelos seus feitos durante a Revolução constitucionalista de 32, o Coronel Romão Gomes é merecedor de atenção especial. Romão Gomes nasceu a 27 de junho de 1890, na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo. Filho de Antônio Gomes e de Tereza Munhoz, devido à sua origem humilde, foi obrigado a conciliar os estudos com a profissão. Concluiu o Ensino Médio enquanto desempenhava suas funções na Força Pública do Estado de São Paulo e, posteriormente, foi aprovado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, diplomando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em abril de 1932.

Ingressou na então Força Pública do Estado de São Paulo em 13 de julho de 1911 e, em 1914, juntou-se ao 2º Batalhão de Caçadores Paulistas. No ano seguinte foi promovido a Cabo, em 1916, a Furriel, e a 2º Sargento em 1917. Em 1921, tornou-se aluno do Curso Especial Militar do Corpo Escola, na atual Academia de Polícia Militar do Barro Branco, onde galgou o posto de Aspirante a Oficial em janeiro de 1923. Ainda em 1923, foi promovido a 2º Tenente, em 1924, a 1º Tenente e, no ano seguinte, a Capitão. Grande parte dessas promoções resultaram de sua atuação durante a

Revolução de 1924, na cidade de São Paulo. Também combateu os revoltosos na Revolução de 1930.

Em 10 de julho de 1932 era Capitão do 1º Batalhão Paulista de Milícia Civil - 1º BPMC, cujos integrantes eram, em sua maioria, civis voluntários para a causa Constitucionalista. Comandado por Romão, o 1º BPMC acumulou sucessivas vitórias nos campos de batalha durante o conflito. Inicialmente composto por cerca de 450 homens, apresentou apenas 15 baixas durante os combates, dentre as quais somente 3 mortos.

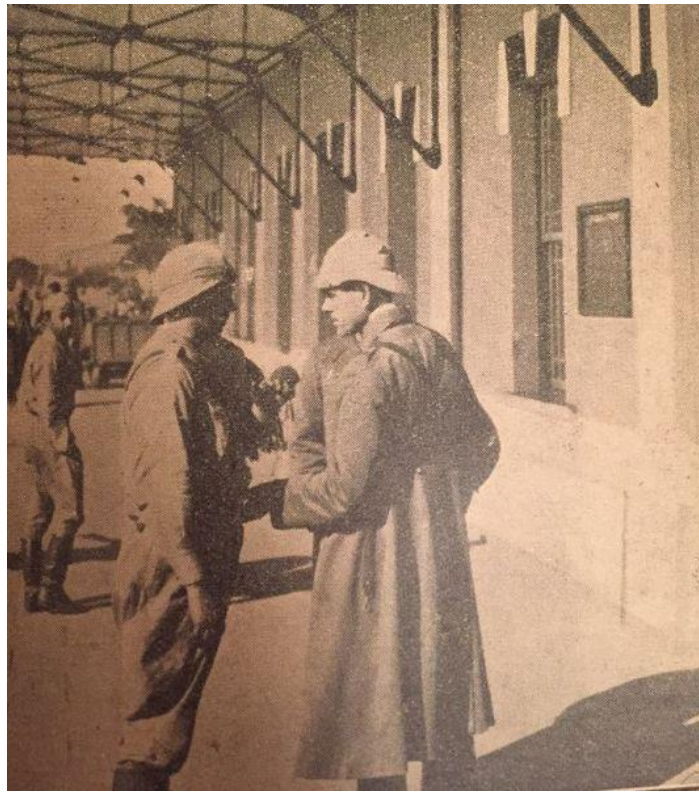
Ao seu batalhão incorporaram-se outros mais, resultando na lendária "Coluna Romão Gomes". Esse agrupamento de batalhões atuou no Setor Leste, na divisa de São Paulo com Minas Gerais, em cidades como São José do Rio Pardo, São João da Boa Vista, Águas da Prata, Caconde, São Sebastião da Grama, Casa Branca, entre outras. A coluna também recebeu a alcunha de "Coluna Invicta", tornando-se lendária por jamais ter perdido uma batalha ao longo daquela campanha militar.

A Coluna Romão Gomes chegou a combater contra as tropas federais no interior do território mineiro, onde construiu fama de liderança, bravura e invencibilidade, por acumular sucessivas vitórias em batalhas contra as tropas de Vargas. Somente retrocedeu suas linhas de defesa em cumprimento a ordens superiores. Pouco antes de findar o movimento constitucionalista, Romão Gomes atingiu a patente de Tenente-Coronel, graças aos méritos conquistados à frente da Coluna que liderou ao longo do conflito.

Próximo ao fim do conflito, quando do armistício, recebeu ordem do comandante da Força Pública para retrair-se com todas as suas forças para a capital. Recusou-se a dar chancela aos termos da rendição, pedindo confirmação várias vezes, informando ao final que só se retiraria com uma ordem formal por escrito (LEVY, 1967). Foi um dos últimos combatentes paulistas a depor as armas, em um momento em que não mais havia condições para a luta. Com o fim da Revolução Constitucionalista, exilou-se em Portugal por um ano, retornando ao Brasil pela anistia geral de 1934. Anistiado, recuperou seu posto e sua patente junto à Força Pública do Estado de São Paulo.

A Figura 3.39 a seguir mostra o Capitão Romão Gomes em um dos momentos da Revolução de 32.

Figura 3.39 – Capitão Romão Gomes.



Fonte: Autor desconhecido. **Capitão Romão Gomes na estação de trem de Casa Branca**, 1932. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rom%C3%A3o_Gomes_Casa_Branca_September_1932.JPG. Acesso em: 27 ago. 2017.

Com grande reputação de líder, dizia-se capaz de transformar qualquer jovem voluntário em um verdadeiro combatente a serviço da lei e da ordem. Durante a Revolução de 1932, os feitos de seu

batalhão chegavam dia a dia à capital, pelos jornais e pelo rádio, fazendo de Romão Gomes um dos mais conceituados líderes militares da Revolução. A esse respeito, disse ele após o conflito:

> Como é possível conseguir de uma tropa que conserve sempre o espírito ofensivo dos primeiros dias, ou melhor, a eficiência cada dia mais aumentada? Muito fácil. Apenas três coisas deve fazer o chefe. Alimentar os homens, fazer-lhes justiça, conduzi-los. O que tudo se pode resumir nesta expressão: comandar a tropa! (Romão Gomes, 1933).

Em 1935, foi eleito Deputado Estadual de São Paulo para Constituinte Estadual, tendo exercido o mandato até 1937. Também atuou na Campanha Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932, no Parque Ibirapuera. Presidiu a comissão formada, que se reuniu pela primeira vez em março de 1935. Posteriormente, assumiu a condição de vice-diretor.

Em 1937, foi indicado para magistrado no Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, tendo sido o primeiro militar a assumir o cargo. Lá, integrou a primeira turma de juízes do Tribunal em que foi presidente entre 1939 e 1944.

Romão Gomes faleceu na cidade de São José dos Campos, no dia 11 de janeiro de 1946. Após sua morte, Romão Gomes atingiu o posto de Coronel, em promoção *post mortem*. Ainda recebeu várias medalhas e honrarias, além de diversas homenagens. O presídio da Polícia Militar do Estado de São Paulo recebeu seu nome e, também na capital, há uma escola com seu nome - EMEF "Romão Gomes'" - , no Parque Novo Mundo, além de uma rua no bairro do Butantã e uma praça na Vila Paranaguá. Em sua cidade natal e também onde faleceu há praças que levam seu nome, bem como outros logradouros espalhados pelo Estado de São Paulo. Em 9 de julho de 1958, na celebração dos 26 anos da Revolução Constitucionalista, seus restos mortais foram trasladados para o monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista.

3.15 O poeta da Revolução

Alcunhado de "Poeta da Revolução", Guilherme de Andrade Almeida é um dos nomes mais lembrados na história da Revolução de 32. Nasceu em Campinas/SP, em 24 de julho de 1890, filho de Estevam de Araújo Almeida, professor de direito e jurisconsulto, e de Angelina de Andrade. Foi casado com Belkiss Barroso de Almeida, com a qual teve o filho Guy Sérgio Haroldo Estevam Zózimo Barroso de Almeida. Em Campinas, estudou no tradicional Colégio Culto à Ciência e, mais tarde, formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo.

Além de advogado, Almeida também foi um competente jornalista, sendo redator de "O Estado de São Paulo", diretor da "Folha da Manhã" e da "Folha da Noite". Também foi fundador do "Jornal de São Paulo" e redator do "Diário de São Paulo". Além disso, foi heraldista, crítico de cinema, poeta, ensaísta e tradutor brasileiro. Com seu irmão, Tácito de Almeida, foi um dos importantes organizadores da Semana de Arte Moderna de 22, tendo criado em 1925 uma conferência para difusão da poesia moderna, intitulada "Revelação do Brasil pela Poesia Moderna", que foi apresentada em Porto Alegre, Recife e Fortaleza. Também foi um dos fundadores da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde lecionou Ciência Política.

Em 1932, Guilherme de Almeida decidiu que ia ajudar São Paulo, atuando como combatente. Alistou-se e foi para as trincheiras de Cunha, interior de São Paulo. Tomou parte ativa na Revolução Constitucionalista, tendo, por isso, após o término do movimento, sido preso por 5 dias no Rio de Janeiro, partindo depois para Portugal em 5 de novembro de 32 (ULRICH, 2007).

Guilherme de Almeida desenhou o brasão de armas de São Paulo, bem como os brasões de várias outras cidades brasileiras. Escreveu os poemas: "Nossa Bandeira", "Moeda Paulista" e "Oração Ante a Última Trincheira". Além dos poemas, também escreveu a letra do "Hino Constitucionalista de 1932/MMDC". Exilou-se em Portugal após o fim do conflito e, anos depois, foi condecorado com a Medalha da Constituição, instituída pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Guilherme de Almeida também compôs a

belíssima letra da "Canção do Expedicionário" - com música de Espártaco Rossi – que tornou-se um belo hino de incentivo e louvor à Força Expedicionária Brasileira que participou da 2ª Guerra Mundial (RIBEIRO, 2003). A Figura 3.40 a seguir mostra Guilherme de Almeida com uniforme militar quando participou como voluntário da Revolução de 32.

Figura 3.40 – Guilherme de Almeida na Revolução de 32.

Fonte: Literalmeida. **Guilherme de Almeida na Revolução Constitucionalista,** 1932. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guilherme_de_Almeida_como_volunt%C3%A1rio_na_Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1932.jpg. Acesso em: 11 de ago. 2017.

Guilherme de Almeida faleceu em São Paulo, em 11 de julho de 1969. Como homenagem póstuma, foi sepultado no Mausoléu do Soldado Constitucionalista de 1932, no Parque do Ibirapuera. A Figura 3.41 a seguir mostra Guilherme de Almeida em seu escritório de trabalho e, no detalhe, o mapa da Revolução de 32.

Figura 3.41 - Guilherme de Almeida em sua mesa e o mapa da revolução sob o vidro.

Fonte: Acervo Casa Guilherme de Almeida.

Como já assinalado, dentre as inúmeras e belíssimas obras de seu legado literário, destaca-se o pungente poema que escreveu enaltecendo o levante paulista de 32.

"**Oração Ante a Última Trincheira**"

Agora é o silêncio...

É o silêncio que faz a última chamada...
É o silêncio que responde:

— “Presente!”
Depois será a grande asa tutelar de São Paulo,
asa que é dia, e noite, e sangue, e estrela, e mapa
descendo petrificada sobre um sono que é vigília.

E aqui ficareis Heróis-Mártires, plantados,
firmes para sempre neste santificado torrão de
chão paulista.

Para receber-vos feriu-se ele da máxima
de entre as únicas feridas na terra,
que nunca se cicatrizam,
porque delas uma imensa coisa emerge
e se impõe que as eterniza.

Só para o alicerce, a lavra, a sepultura e a trincheira
se tem o direito de ferir a terra.

E mais legítima que a ferida do alicerce,
que se eterniza na casa
a dar teto para o amor, a família, a honra, a paz.

Mais legítima que a ferida da lavra,
que se eterniza na árvore
a dar lenho para o leito, a mesa, o cabo da enxada,
a coronha do fuzil.

Mais legítima que a ferida da sepultura,
que se eterniza no mármore
a dar imagem para a saudade, o consolo, a benção,
a inspiração.

Mais legítima que essas feridas
é a ferida da trincheira,
que se eterniza na Pátria
a dar a pura razão de ser da casa, da árvore
e do mármore.

Este cavado trapo de terra,
corpo místico de São Paulo,
em que ora existis consubstanciados,
mais que corte de alicerce, sulco de lavra,
cova de sepultura,
é rasgão de trincheira.

E esta perene que povoais é a nossa última trincheira.

Esta é a trincheira que não se rendeu:
a que deu à terra o seu suor,
a que deu à terra a sua lágrima,
a que deu à terra o seu sangue!

Esta é a trincheira que não se rendeu:
a que é nossa bandeira gravada no chão,
pelo branco do nosso Ideal,
pelo negro do nosso Luto,
pelo vermelho do nosso Coração.

Esta é a trincheira que não se rendeu:
a que atenta nos vigia,
a que invicta nos defende,
a que eterna nos glorifica!

Esta é a trincheira que não se rendeu:
a que não transigiu,
a que não esqueceu,
a que não perdoou!
Esta é a trincheira que não se rendeu:
aqui a vossa presença, que é relíquia,
transfigura e consagra num altar
para o voo até Deus da nossa fé!

E pois, ante este altar,
alma de joelho a vós rogamos:

— Soldados santos de 32,

sem armas em vossos ombros,
velai por nós!;
sem balas na cartucheira,
velai por nós!;
sem pão em vosso bornal,
velai por nós!;
sem água em vosso cantil,
velai por nós!;
sem galões de ouro no braço,
velai por nós!;
sem medalhas sobre o cáqui,
velai por nós!;
sem mancha no pensamento,
velai por nós!;
sem medo no coração,
velai por nós!;
sem sangue já pelas veias,
velai por nós!;
sem lágrimas ainda nos olhos,
velai por nós!;
sem sopro mais entre os lábios,
velai por nós!;
sem nada a não ser vós mesmos,
velai por nós!;

sem nada senão São Paulo,
velai por nós!

Além de Guilherme de Almeida, também aderiram ao Movimento Constitucionalista os escritores Mario de Andrade e Menotti Del Picchia, este último também maçom.

3.16 Outro poeta em 32: o maçom Menotti Del Picchia

Paulo Menotti Del Picchia foi um escritor, poeta, jornalista, advogado e político brasileiro. Nasceu em São Paulo, a 20 de março

de 1892. Filho dos imigrantes italianos Luigi Del Picchia e Corinna Del Corso, com cinco anos de idade mudou-se para a cidade de Itapira/SP. Fez seus estudos ginasiais no Colégio São José, em Pouso Alegre/MG, e depois formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em 1913. Publicou "Poemas do Vício e da Virtude", "Moisés" e "Juca Mulato". Colaborou em vários jornais, entre os quais: "Correio Paulistano", "Jornal do Comércio" e Diário da Noite. Publicou vários romances, entre eles "Lama e Argila", "O Homem e a Morte", "República 3000" e "Salomé", além de livros de ensaios e de crônicas.

Menotti Del Picchia foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1942. Participou da Semana de Arte Moderna, juntamente com Oswald de Andrade e Mario de Andrade. Em 1960, recebeu o Prêmio Jabuti, concedido pela Câmara Brasileira do Livro.

No que diz respeito a sua participação política no período em estudo, consta que, após a Revolução de 1930, permaneceu ligado ao PRP, em constante oposição ao governo de Getúlio Vargas. Em 1932, quando ganhou proporções o conflito entre as lideranças paulistas e o governo federal, Menotti Del Picchia foi um dos signatários do Manifesto do PRP de 19 de janeiro de 1932, no qual o governo Vargas era duramente criticado e conclamado um novo governo, republicano, federalista e constitucional.

Iniciada a Revolução de 1932, Del Picchia fez parte, juntamente com Cassiano Ricardo e Cândido Mota Filho, do gabinete do interventor Pedro Toledo, líder civil do movimento. Sobre a Revolução de 1932, escreveu "A Revolução Paulista através de um testemunho de gabinete do governador" em 1932. Faleceu em São Paulo, a 23 de agosto de 1988.

Menotti Del Picchia foi iniciado maçom em 28 de outubro de 1915, na Loja Deus, Justiça e Caridade, nº. 493, do Oriente de Itapira. Na administração de 1917-1918, já empossado no Grau 18, exerceu o cargo de Orador na referida Loja.

Vale lembrar que, além da participação de Del Picchia e Guilherme de Almeida, aqui destacados, outros intelectuais também

aderiram à causa paulista. Entre eles, encontram-se a pintora Anita Malfatti, o cantor Francisco Alves e o escritor Monteiro Lobato.

Segundo Estrada (2002) essas pessoas ficaram responsáveis pela totalidade da produção iconográfica e fonográfica do movimento. Assim, ficaram a cargo delas os cartazes para propaganda, capas de livros e revistas, matrizes para impressão de selos postais, cédulas de dinheiro, cunhagem de medalhas, poesias , letras e músicas de hinos e canções e gravação de disco. A Figura 3.42 a seguir mostra Menotti Del Picchia em sua juventude.

Figura 3.42 – O maçom Menotti Del Picchia

Fonte: Autor desconhecido. **Menotti Del Picchia,** 1920. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Menotti_del_Picchia.jpg. Acesso em: 25 de ago. 2017.

3.17 Edgard Armond, mais um maçom na linha de frente

Edgard Armond nasceu em Guaratinguetá em 1894, alistando-se em 10 de maio 1915 na então Força Pública do Estado de São Paulo, hoje Polícia Militar do Estado de São Paulo. Quando comandante na cidade de Amparo/SP, foi iniciado na Maçonaria em 1921, na Loja Trabalho, nº. 238, galgando o grau de Mestre em apenas 3 meses de atividades maçônicas.

Além de militar, destacou-se no campo da Engenharia. Nessa área, em 1931, após estudos por ele realizados, apresentou um projeto para a abertura de uma estrada entre Paraibuna e São Sebastião, hoje conhecida por Rodovia dos Tamoios. Em abril daquele mesmo ano, com 15 soldados à frente, o empreendimento foi iniciado, estendendo-se até que eclodiu a Revolução de 32. No conflito, Armond assumiu o comando da defesa do litoral, entre a divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro, até a cidade de Santos, com a missão adicional de monitorar os navios da marinha.

Armond organizou e comandou tropas em Paraibuna e Caraguatatuba. Logo depois, no Sul do Estado, nas cidades de Itaí, Taquari, Avaré e até no Mato Grosso do Sul. Por onde passou, organizou batalhões, uma seção da Cruz Vermelha, abriu estradas, implantou linhas telefônicas e telegráficas, ligando os setores sobre seu comando. Sempre era chamado onde era necessária a disciplina, corrigir os desagregadores e conciliar interesses políticos.

Graças ao desempenho exemplar, Armond foi promovido a major em setembro de 1932. Dizendo que não fizera mais do que sua obrigação, recusou a promoção, no entanto seu pedido foi negado por seus superiores. Encerrado o conflito, foi nomeado Chefe de Polícia do Estado de São Paulo, vindo a compor a Casa Militar do Governador Militar do Estado, General Waldomiro Lima.

Dois meses após a nomeação, pediu demissão para prosseguir com os trabalhos de construção da rodovia que anteriormente iniciara. Assim, foi nomeado comandante de um Batalhão de Sapadores, criado especialmente para essa finalidade. Os trabalhos estenderam-se até agosto de 1934, quando foram então interrompidos por ordem superior, entregando a rodovia em estado adiantado ao Departamento

de Estradas de Rodagem (DER), com trânsito a veículos carroçáveis no trecho entre Paraibuna e Caraguatatuba. A Figura 3.43 a seguir mostra Edgard Armond.

Figura 3.43 – O militar, engenheiro e maçom Edgard Armond.

Fonte: Autor desconhecido. **Edgard Armond,** 19--. Disponível em: https://sites.google.com/site/espiritismoeae/biblioteca/espiritismo/edgard-armond. Acesso em: 12 de fev. 2018.

Em junho de 1938, aos 44 anos de idade, Armond sofreu um acidente de automóvel no Parque D. Pedro II ao colidir com um caminhão tanque. Depois de ter passado por várias cirurgias durante mais de 6 meses, em 1940 foi reformado do Serviço Militar.

Armond também conhecia o espiritualismo em geral. Desde 1910, em sua cidade natal, iniciara estudos sobre religiões e filosofias, demorando-se nos conhecimentos orientais. Fundou em 1947 a União Social Espírita, em 1950 criou as Escolas de Aprendizes do Evangelho e, em 1973, junto com outros espiritualistas fundou a Aliança Espírita Evangélica. Faleceu no Hospital Oswaldo Cruz em 29 de novembro de 1982, tendo sido sepultado no Cemitério da Vila Mariana.

3.18 O Tribuno da Revolução – Ibrahim Nobre

O maçom Ibrahim de Almeida Nobre foi um dos mais ativos homens da revolução de 32. Nobre nasceu em São Paulo, no dia 19 de fevereiro de 1888. Formou-se em Direito, em 1909, pela Faculdade de Direito de São Paulo, antes tendo estudado medicina, curso que não concluiu. Foi jurista, jornalista e escritor.

Seus conhecimentos em medicina, serviram de base para que Ibrahim pudesse atuar em Salesópolis, onde foi delegado de polícia, ajudando à população quando ocorreu um surto de varíola. Depois, mudou-se para Santos, onde foi titular da Delegacia Seccional do lugar, mostrando-se uma autoridade sensata e equilibrada.

Nesta cidade, Ibrahim Nobre foi iniciado maçom da Loja Fraternidade de Santos. Mais tarde, Ibrahim acabou assumindo a Delegacia da Ordem Política e Social de São Paulo, até 1927, quando foi nomeado Promotor Público da Capital, cargo no qual permaneceu até a Revolução de 32.

Ibrahim Nobre foi uma importante figura que participou dos comícios da Praça da Sé. No terrível dia 23 de maio de 1932, Ibrahim era um dos que discursava pelo retorno da igualdade e legalidade no Brasil. Quando a luta militar foi iniciada, Ibrahim lutou como simples soldado raso em um batalhão que levava seu nome. Junto com o comandante daquele batalhão, o Coronel Pedro Dias de Campos, ele combateu na Frente Sul, nas trincheiras de Ourinhos, Itahi, Fartura, Bernardino de Campos, Xavantes, Ipaussu e em vários outros lugares.

A Figura 3.44 a seguir mostra uma foto de Ibrahim Nobre, de 1910.

Figura 3.44 – Ibrahim de Almeida Nobre.

Fonte: Autor desconhecido. **Ibrahim de Almeida Nobre**, 1910. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ibrahim_Nobre.jpg. Acesso em: 26 de fev. 2018.

Preso no Rio de Janeiro após a Revolução, Ibrahim dividiu a cela com Pereira Lima, Aureliano Leite, Waldemar Ferreira, Cásper Líbero, Guilherme de Almeida, Júlio de Mesquita Filho e diversas outras personalidades da época. Quando foi aberto o inquérito sobre a revolta, Ibrahim manteve-se calmo, sereno, falando com muita honestidade aos seus interlocutores. Durante o seu depoimento, Ibrahim não atacou ninguém e nem mesmo entregou seus companheiros, dizendo apenas que: “o movimento tinha por finalidade o retorno do País à ordem legal”. Todos acabariam no exílio, sendo anistiados em 1934, quando foi convocada a Assembleia Constituinte.

Ibrahim de Almeida Nobre faleceu em 8 de abril de 1970, sendo sepultado no cemitério de São Paulo, com sua beca de Promotor, conforme sua vontade. Sete anos mais tarde, seus restos mortais foram depositados no Obelisco do Ibirapuera e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932. Por sua dedicação à causa paulista, ficou conhecido como o "Tribuno da Revolução". Para homenageá-lo, no Parque do Ibirapuera, próximo ao Obelisco, foi colocada uma estátua de bronze, feita por Luiz Morrone.

3.19 Ituanos na Revolução de 32

O município de Itu/SP é também conhecido como "O Berço da República". Essa denominação deve-se ao fato de ter acontecido nessa cidade o evento que ficou conhecido como "Convenção de Itu", a primeira convenção republicana do Brasil. O encontro foi realizado em 18 de abril de 1873, na residência de Carlos Vasconcellos de Almeida Prado, contando com a presença do então deputado Prudente de Morais, além de representantes republicanos das classes conservadora e liberal de várias cidades paulistas.

Assim, em homenagem ao seu passado histórico e também levando-se em conta o fato de ser a cidade onde se localiza a Loja Regente Feijó III, representada por esse escrito no Concurso Literário 2017 do Grande Oriente de São Paulo – GOSP/GOB, a seguir são feitas algumas considerações sobre os ituanos participantes do Movimento de 32.

Em Itu, cidade com características políticas marcantes, que fora liderança do PRP na geração anterior e contava com uma unidade do exército nacional, o movimento de 32 foi expressivo. Muitos jovens alistaram-se como voluntários, formando o 3º Batalhão de Caçadores Voluntários (BCV), com quartel e sede no prédio do Grupo Escolar Dr. Cesário Motta, na rua Paula Souza. Ali foi feito treinamento para que os jovens paulistas, cheios de ideais, estivessem aptos a marchar contra o exército da federação.

Lembrado como um dos mais valentes braços da Brigada do Sul, o 3º BCV, comandado pelo tenente coronel Sylvio de Almeida Sampaio, era constituído por soldados voluntários de Itu e de outras

34 cidades do interior paulista. Entre as mais próximas estavam: Porto Feliz, Salto, Cabreúva, Campinas, Indaiatuba, Monte Mor, Rafard, Capivari, Mairinque e Boituva.

Sob o comando do então senador e general Ataliba Leonel, influente político de Itapetininga (SP), 599 homens - a maioria jovens entre 18 e 25 anos - fizeram parte da Brigada Sul. Desse total, registros oficiais indicam que 263 eram ituanos, ou seja, cerca de 43% do Batalhão.

Vale lembrar a participação da sociedade ituana, como aconteceu em outros municípios, doando ouro, mantimentos, remédios e abrindo espaço de suas vidas ao voluntariado. Mais ainda os soldados, nem todos jovens, que deram parte de sua energia à causa da revolução. Destacam-se histórias como a do carioca Tenente Sylvio Fleming (1905 – 1932), morto no fronte, que veio servir o exército no quartel local e aqui se casou com a Sra. Nair Xavier. Outros foram voluntários, como Antônio Ignácio dos Santos (Tunha), que já contava quase 40 anos e mesmo assim serviu ao lado de jovens como José Sampaio Pereira Mendes (Zito Pereira).

Outro ituano notável foi o médico Deodoro de Moraes Lima (1892 – 1963), também voluntário, que atuou como profissional de saúde nas frentes da revolução. Seu acervo está preservado no Museu da Música – Itu, na coleção de sua viúva, a pianista Anna Escobar.

Mulheres atuaram também como voluntárias. Francisca das Chagas Oliveira (Nhá Chica Messias), por exemplo, trocou o vestido pela farda, para instrução de soldados. Muitas jovens ofereceram a força de sua juventude por uma causa política importante ao país. Segundo Francisco, L. R. (2013), vários foram os depoimentos de suas tias Laurinda de Francisco (1914-1998), Maria José de Arruda de Francisco (1915 – 2009) e Ruth de Arruda, esta última a única sobrevivente entre as mulheres. Para elas a participação foi pequena, alguns serviços de costura e cozinha no Instituto Borges, onde estudavam, servindo os voluntários e oficiais paulistas. Talvez não tivessem noção do tamanho de sua atitude por essa causa importante para a história paulista.

3.20 Memórias de um ituano revolucionário

O ituano José Sampaio Pereira Mendes foi um dos combatentes em 32. Seu Zito, como era conhecido na cidade, faleceu em 31 de maio de 2016. Alguns anos antes, mais especificamente em 10 de julho de 2010, seus depoimentos sobre o episódio foram registrados pela jornalista Camila Bertolazzi, do site itu.com.br, cujos fragmentos são registrados a seguir. A Figura 3.45 mostra Seu Zito dois anos antes de seu falecimento.

Figura 3.45 – José Sampaio Pereira Mendes - Seu Zito.

Fonte: Ricardo Yamamoto Madeira. **José Sampaio Pereira Mendes,** 2014. Acesso em: 28 ago. 2017.

Na entrevista, Seu Zito registrou que percorria as fazendas de Itu, dirigindo um caminhão, a procura de jovens revolucionários que lutassem contra a ditadura instaurada por Getúlio Vargas no

"Governo Provisório". Com espírito de luta, mas sem saber ao certo por que estavam lutando, 300 jovens ituanos uniram-se e formaram o 3º Batalhão de Caçadores Voluntários Paulistas.

Nas palavras dele: "Nós não sabíamos o que era um fuzil. Nós não sabíamos o que era fila, marcha, para frente, para trás, meia volta. Nós não sabíamos nada disso. Mesmo assim o movimento foi fantástico. Era tudo por São Paulo".

A Figura 3.46 a seguir mostra o fardamento completo do ex-combatente ituano José Sampaio Pereira Mendes, hoje pertencentes ao acervo pessoal do Irmão Ricardo Yamamoto Madeira.

Figura 3.46 – Fardamento do ex-combatente Zito Pereira Mendes.

Fonte: Rubens Pantano Filho. **Fardamento completo do ex-combatente Sampaio Pereira Mendes,** 2017.

Mesmo sem experiência, os ituanos partiram para a "guerra". Antes de embarcarem no trem de carga para Sorocaba, eles desfilaram nas principais ruas da cidade. "Durante o desfile, moças bonitas jogavam flores para gente", lembra seu Zito. De Sorocaba partiram para Itapetininga, também de trem, e depois para Capão Bonito, nas carrocerias de caminhões. Lá permaneceram até o dia 02 de outubro, quando oficialmente os paulistas se renderam. Sem armas, sem munição e sem o apoio de outros Estados, São Paulo foi obrigado a render-se às forças de Vargas.

"Infelizmente só com boa vontade não se faz revolução", afirmou o ituano. A precariedade era tamanha que seu Zito, mesmo sem nenhum preparo, tornou-se Chefe da Sessão de Metralhadoras. "Na falta de alguém experiente, eu fui o escolhido". Seu Zito também contou que um italiano se apresentou para trabalhar como barbeiro, mas logo que chegou lhe foi dado um fuzil.

Para o revolucionário, o pior foram as más condições pelas quais eles tinham que passar. "Nós fomos maltratados pela chuva, pelo sol e pela péssima comida". E completa: "Tudo era improvisado". Apesar de todos os problemas, seu Zito garante que não sentiu medo. "O medo existe quando não se tem motivação, e nós tínhamos uma motivação muito grande, queríamos ver São Paulo brilhar novamente", conta o ituano.

Para concluir os registros sobre a participação dos ituanos, há uma história pitoresca, acontecida na cidade por ocasião da Revolução de 32, e que merece ser registrada.

Numa segunda entrevista do ex-combatente José Sampaio Pereira Mendes, esta dada ao jornalista Dalton Júnior (2002), para a revista Campo & Cidade, esse episódio foi revelado pelo entrevistado. A história é sobre um anão negro e forte chamado Abelardo, que teria ido para o combate vítima de uma brincadeira de Décio Geribello, filho do médico ituano Dr. Graciano Geribello.

Em despedida na estação férrea, Abelardo aproximou-se dos vagões do trem de carga, que transportaria os voluntários, para despedir-se dos amigos que partiam. Décio, que era uma figura brincalhona e engraçada, segurou a mão do anão como se fosse saudá-

lo e acabou puxando-o para dentro do vagão. Naquele exato momento, o trem partiu e Abelardo tornou-se um soldado por acaso. No fim das contas, de acordo com as lembranças de Zito, o anão entusiasmou-se com a ideia de lutar na revolução e, inclusive, participou todo orgulhoso de um desfile ao lado da Força Pública, pela Rua Líbero Badaró, na capital paulista.

A Figura 3.47 a seguir mostra a bandeira paulista, o capacete e a baioneta do ex-combatente ituano José Sampaio Pereira Mendes, também pertencentes ao acervo pessoal do Irmão Ricardo Yamamoto Madeira.

Figura 3.47 – Bandeira de São Paulo, capacete e baioneta.

Fonte: Rubens Pantano Filho. **Bandeira paulista, capacete e baioneta do ex-combatente Sampaio Pereira Mendes,** 2017.

3.21 O Batalhão Limeirense

Segundo relato de Lacerda (2016), a cidade de Limeira/SP contou com dois batalhões, com cerca de 300 homens que eram identificados por flâmulas que continham o nome da cidade e uma laranja desenhada. As mulheres também tiveram participação ativa, como na confecção de uniformes, além dos cuidados médicos com o

treinamento de enfermeiras e médicos da Santa Casa que acompanharam os combatentes.

Em Limeira encontra-se o Museu Histórico-Pedagógico Major José Levy Sobrinho, que concentra itens relativos à Revolução de 32, tais como um uniforme, um capacete, pinturas, reproduções de retratos e talheres utilizados pelos combatentes. No acervo pode-se observar que eles usavam calças curtas, devido às longas botas que quase chegavam ao joelho, sendo desnecessário que as calças fossem mais compridas. O museu está situado na praça Coronel Flamínio Ferreira de Camargo, no centro da cidade.

Ainda segundo o mesmo autor, dois combatentes de Limeira morreram em batalha: o sargento Alberto Pierroti e Adolfo Nenholdi. Outra personagem limeirense, já citada anteriormente, é Maria Soldado, como era conhecida Maria José Bezerra, enfermeira que se alistou em São Paulo e acabou indo para os campos de batalha.

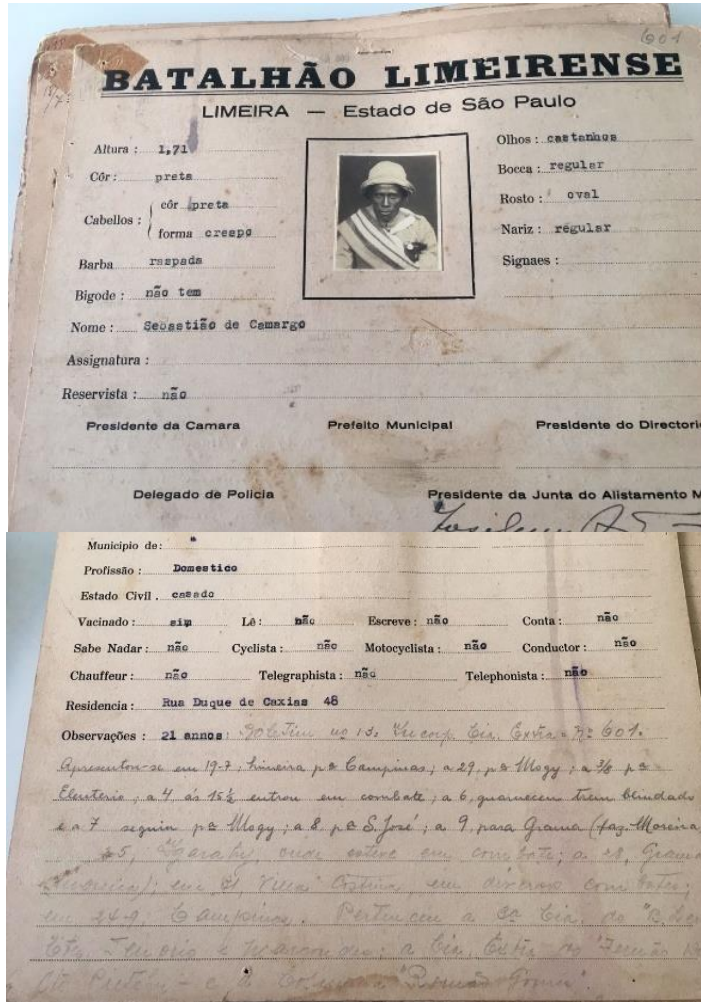
Limeira perdeu o último combatente em março de 2012. Ulysses Rodrigues de Oliveira morreu aos 99 anos e, em sua última entrevista, no ano anterior, resumia seu patriotismo dizendo que “o homem que luta pelo ideal não teme nada”.

No acervo pessoal do Irmão Ricardo Yamamoto Madeira, ainda foram encontradas 27 fichas de cadastros de voluntários limeirenses, combatentes em 1932, junto ao Batalhão Limeirense. As 27 fichas, adquiridas pelo colecionador em uma feira de antiguidades realizada na cidade de Itu/SP contêm informações sobre as características dos voluntários, bem como todos os locais onde os mesmos combateram durante o movimento revolucionário.

A análise dessas fichas permitiu perceber como foi amplo o espectro da população paulista engajada naquele período. Nas fichas dos 27 inscritos no Batalhão Limeirense havia 20 brancos e 7 negros. No que diz respeito às profissões dos voluntários, foram encontradas as seguintes declarações: 3 trabalhadores, 2 pedreiros, 1 auxiliar de laboratório, 1 operário, 2 guarda-livros, 1 pintor, 1 sapateiro, 2 condutores, 2 mecânicos, 1 farmacêutico, 1 alfaiate, 1 criador, 1 doméstico, 4 lavradores, 1 guarda noturno e 3 trabalhadores do comércio.

A Figura 3.48 a seguir mostra uma das fichas (frente e verso) de cadastro de um voluntário do Batalhão Limeirense.

Figura 3.48 – Ficha de voluntário do Batalhão Limeirense.



601

BATALHÃO LIMEIRENSE

LIMEIRA — Estado de São Paulo

Altura : 1,71
Côr : preta
Cabellos : côr preta / forma crespo
Barba raspada
Bigode : não tem
Olhos : castanhos
Bocca : regular
Rosto : oval
Nariz : regular
Signaes :
Nome : Sebastião de Camargo
Assignatura :
Reservista : não

Presidente da Camara — Prefeito Municipal — Presidente do Directorio

Delegado de Policia — Presidente da Junta do Alistamento Mil

Municipio de :
Profissão : Domestico
Estado Civil . casado
Vacinado : sim — Lê : não — Escreve : não — Conta : não
Sabe Nadar : não — Cyclista : não — Motocyclista : não — Conductor : não
Chauffeur : não — Telegraphista : não — Telephonista : não
Residencia : Rua Duque de Caxias 48
Observações : 21 annos : Boletim no 1.º Regim. Cia. Extra nº 601.
Apresentou-se em 19-7; Primeira p.º Campinas; a 29 p.º Mogy; a 30 p.º Esperitorio; a 4 ás 15½ entrou em combate; a 6 guarnecem trem blindado e a 7 seguiu p.º Mogy; a 8 p.º S. José; a 9 para Guaxa (faz. Moreira); a 5, Zarabi, onde esteve em combate; a 28, Guaxa (Moreira); em 31 Villa Cotia, em diversos combates; em 26-9 Campinas. Pertencem a 2ª Cia. do "B. Lemos Ferreira" e foram dos: a Cia. Extra do "Batalhão Limeirense" e a 3ª Companhia "Polícia Civil".

Fonte: Rubens Pantano Filho. **Ficha de voluntário do Batalhão Limeirense,** 2017.

A Figura 3.49 a seguir mostra parte da coleção de 27 fichas de cadastros de voluntários do Batalhão Limeirense.

Figura 3.49 – 27 fichas de voluntários do Batalhão Limeirense.

Fonte: Rubens Pantano Filho. **Fichas de voluntários do Batalhão Limeirense,** 2017.

3.22 Joaquim Bueno de Campos - Itatiba em 32

Seguramente, em todas as cidades do Estado de São Paulo há muita história registrada ou ainda para ser contada sobre a Revolução Constitucionalista. Nesse segmento, escolheu-se registrar um pouco sobre o movimento insurgente na cidade de Itatiba/SP. Naquele ano, quando eclodiu a Revolução de 32, Joaquim Bueno de Campos, avô materno do autor e também maçom, estava à frente da administração municipal da localidade.

Um pouco sobre a atuação do Nhô Quim, como era lá conhecido, no Movimento Constitucionalista está registrado na primeira página do extinto jornal local “A Tribuna”, de 8 de julho de 1973, quando da comemoração de mais um aniversário da Revolução de 32. No jornal pode-se ler:

> [...]Quando foi deflagrado o Movimento Constitucionalista, achava-se à frente do governo municipal o senhor Joaquim Bueno de Campos, de saudosa memória. Coube a esse honrado itatibense dirigir toda a ação civil nesta cidade, para o que contou com a colaboração de muitas pessoas. Itatiba também se apresentava unida em torno dos ideais revolucionários. Assim, foram tomadas medidas visando a manutenção da ordem, o alistamento de voluntários e a assistência aos combatentes, com a instalação da "Casa do Soldado". No final da Revolução foram travados combates em nosso município, tendo Itatiba se transformado em "praça de guerra". Aureliano Leite, insigne historiador e combatente de 32, em seu livro "Martírio e Glória de São Paulo", fala-nos do "Setor de Morungaba", onde os próprios paulistas tiveram que destruir uma ponte sobre o rio Jaguari, de cuja missão foi incumbido, juntamente com outros elementos, o farmacêutico Benedito Gonçalves Dutra [...] (A TRIBUNA, 1973).

Na mesma edição do referido jornal itatibense, pode-se encontrar uma entrevista com o soldado constitucionalista Pedro Machado, que fala sobre os acontecimentos e os fatos ocorridos em Itatiba e na região:

> [...] A reportagem de "A Tribuna"' esteve na manhã de ontem na residência do ex-combatente Pedro Machado, sita na Praça da Bandeira nº 115, mantendo animada e interessante palestra com esse valoroso itatibense. Interrogado sobre sua participação no Movimento Revolucionário, disse-nos Sua Senhoria: - "Integrei-me num batalhão de voluntários aqui em Itatiba. Seguimos para São Paulo, ficando aquartelados no MMDC, instalado no prédio do Instituto de Educação Caetano de Campos, na Praça da República, de onde fomos para Itu, a fim de incorporarmos ao 3º BCV. Dali seguimos para frente de combate, no setor sul, onde foram travados violentos combates, em Buri, Guapiara e Capão Bonito." Indagado sobre os nomes dos outros itatibenses que participaram da

> Revolução de 32, Pedro Machado faz um esforço de memória: - "João Paulista, Joaquim Guimarães, Etore Andretta, Sebastião Fascione, Francisco Gomes Bistulfi, Irineu Lopes de Lima, João Evangelista Machado, José Gonçalves Machado, João Domingues Paes (Belquior), João Lúcio (Tangará), Rosáuro Casagrande, José Rinaldi, todos já falecidos; Gentil Rangel, Antonio Gotardo, João Moraes (Joãozinho), que pertenceram ao 3º BCV. Em outras frentes combateram: Napoleão Godoy, Paulo Adão, Otaviano Lazzarini, Antonio Oscar Nader (Asca), Dr. José Luiz Zorzi, João B. Ferraz, Plínio Gandolfo, Florentino Soares, Paulo Silva, Argemiro Pellizzer, Adolfo Papa, Luiz Guimarães, Lázaro Siqueira, Sebastião Salles, Albano de Godoy, Paulo de Godoy, Breno Silva, José Soares, Sebastião Marciano, João B. de Lima, Sebastião Silveira, Amâncio Oliveira e Ferdinando Nicola." Pedro Machado contou que seu batalhão era comandado por Sílvio Sampaio, tendo como subcomandante o major Garrido. Interpelado sobre um grande feito de voluntários itatibenses, nosso interlocutor disse que seu irmão José e o Tangará, com uma metralhadora, conseguiram cobrir a retirada do 3º BCV de Capão Bonito, fato esse que levou o comando a promover o primeiro ao posto de tenente e o segundo ao de sargento [...] (A TRIBUNA, 1973).

Encerrado o conflito, no período de 1932 e 1935, Itatiba continuou sob o comando de Joaquim Bueno de Campos, em períodos de alternância com José Gonçalves Machado, então funcionário municipal. Com a volta à normalidade do país e os ânimos um pouco menos exaltados, uma nova onda de paz pairou na pacata cidade do interior paulista.

Joaquim Bueno de Campos, nasceu em 06 de fevereiro de 1884, em Morungaba, então Distrito de Itatiba, e faleceu em 16 de janeiro de 1962. Dos familiares e também dos amigos que com ele conviveram, ainda pode-se ouvir altivos relatos sobre sua dignidade, retidão de caráter, seriedade no trabalho, dedicação à Santa Casa de Misericórdia da cidade, entre outras tantas honrosas considerações.

Um feito de Joaquim Bueno de Campos, digno de admiração, é que, uma vez casado com Georgina Bueno de Campos, após ela ter ficado viúva, ele adotou os cinco filhos dela, gestados no casamento anterior. Acolheu-os todos, cuidou deles e os educou com a mesma dedicação e carinho que dispensou às duas filhas biológicas, uma delas a mãe do autor. Tanto é fato que todos os cinco o tratavam e dirigiam-se a ele como pai, atitude mais do que correta, tendo em vista que pai e mãe verdadeiros são os que criam e não, necessariamente, os que geram. A Figura 3.50 a seguir mostra Joaquim Bueno de Campos e Georgina Bueno de Campos.

Figura 3.50 – Joaquim e Georgina Bueno de Campos.

Fonte: Acervo do autor.

Na Maçonaria, Joaquim Bueno de Campos foi iniciado na Loja Amor à Justiça, em Itatiba. Seu pai, Manoel Joaquim de Araújo Campos também foi maçom pertencente à mesma Oficina. A Loja foi fundada em 8 de Novembro de 1900, abateu colunas depois de 1914,

sendo reerguida posteriormente em 31 de Agosto de 1988, sob a liderança de José Maria Sólido, Gentil de Souza Coelho, Francisco Assis de Oliveira e Cláudio Luiz Pereira de Souza. A Figura 3.51 mostra o estandarte da Loja Amor à Justiça.

Figura 3.51 – Estandarte da Loja Amor à Justiça.

Fonte: Antonio Carmelito Marassato. **Estandarte da Loja "Amor à Justiça"**, 2018.

Joaquim Bueno de Campos, como bom maçom, era portador de qualidades éticas e humanas. A ética que se refere aos valores que regem a vida do indivíduo, seus relacionamentos interpessoais, seu posicionamento perante a vida e a forma harmoniosa do sujeito perante os outros que o rodeiam.

3.23 A moeda paulista

No período revolucionário, São Paulo criou sua própria moeda, lastreada pelo ouro arrecadado na campanha "Ouro para o bem de São Paulo". Foi criado o "Bônus do Thesouro do Estado de São Paulo – Brasil", moeda corrente durante os meses da Revolução de 1932.

Um dos problemas do Estado de São Paulo decorrente da situação bélica foi a falta momentânea de meio circulante. Tendo em vista tratar-se de uma situação excepcional, o Tesouro do Estado emitiu uma série de bônus da dívida, no formato de cédulas.

O Decreto nº 5.585, de 14 de julho de 1932, autorizou a emissão de Rs. 100.000:000$ (cem mil contos de réis), para circulação em 90 dias, visando substituir as disponibilidades dos bancos da capital e do interior, agências e filiais do Banco do Brasil, no Estado de São Paulo, uma vez que as cédulas paulistas foram falsificadas pela ditadura varguista e distribuídas na capital de São Paulo com a finalidade de desestabilizar a economia do estado.

É interessante ressaltar que nas bordas inferiores das cédulas pode-se ler: "Companhia Melhoramentos de São Paulo", editora hoje bem conhecida pelas inúmeras obras por ela publicadas. A Melhoramentos começou a produzir as cédulas em 1931, funcionando como uma espécie de Casa da Moeda Paulista durante a revolução.

As cédulas tiveram duas estampas, ambas impressas em tempo recorde. A primeira família trazia as efígies de Domingos Jorge Velho e Fernão Dias, ambos bandeirantes. A Figura 3.52 mostra imagens das cédulas constitucionalistas.

Figura 3.52 – Cédulas constitucionalistas.

Fonte: Autor desconhecido. **Cédula de 5 Mil-Réis emitida pelo Tesouro (Fazenda) do Estado de São Paulo devido à escassez monetária durante a revolução de 1932,** 1932. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazil.PS0861b_f.Sao-Paulo-Revolution-Bonus.jpg. Acesso em: 11 de fev. 2018.

Na sequência, segue o decreto original que autorizou a emissão de bônus por ocasião do Movimento de 32.

DECRETO N. 5.628, DE 10 DE AGOSTO DE 1932

Autoriza a ampliação da emissão de BONUS "Pró-Constituição", para atender aos Bancos da Praça, e dá outras providencias sobre BONUS divisionários.

O DOUTOR PEDRO DE TOLEDO, Governador, por reclamação do Estado de São Paulo, atendendo ao que lhe representou o Secretário da Fazenda e do Tesouro, por solicitação dos estabelecimentos de crédito deste Estado, e considerando:

1.°) ser indispensável, para Provimento das necessidades bancárias, o aumento da emissão de bônus "Pró-Constituição", autorizada pelos decretos n.ºs 5.585 e 5.615, respectivamente, de 14 e 29 de julho último, até ao limite do total das disponibilidades no Banco do Brasil;

2.°) ser também de mister com a ampliação ora autorizada, aplicar-se, em bônus divisionários, uma importância maior do que a estabelecida para tal efeito, visto estarem o Comércio, a Indústria e as demais classes, embaraçados com a falta de trocos.

Decreta:

Art. 1.º - Fica o Secretário da Fazenda e do Tesouro autorizado a providenciar para que seja elevado até ao limite do total das disponibilidades no Banco do Brasil, a emissão de que tratam os decretos nºs. 5.585 e 5.615, respectivamente, de 14 e 29 de julho último, na mesma forma, termos e condições neles estabelecidos.

§único - Os títulos da emissão ora ampliada terão os mesmos característicos dos da parte já emitida, e serão numerados nesta conformidade:

De 10:000$000 a partir do n. 4801;

De 5:000$000 a partir do n. 6001;

De 1:000$000 a partir do n. 24001;

De 500$000 a partir do n. 36001.

Art. 2.º - Os bônus do valor de 5:000$000 e..... 10:000$000 poderão ser trocados pelos bônus divisionários, até ao limite de 75 % do total emitido naqueles valores, sendo essa troca facultada

exclusivamente a bancos e estabelecimentos de crédito, dentro das parcelas por eles recebidas em tais valores.

Art. 3.º - Os cheques e os demais documentos comprobatórios das disponibilidades no Banco do Brasil, apresentados ao Tesouro como base para a emissão de bônus "Pró-Constituição", serão entregues a uma comissão de bancos da Capital, constituída a Juízo do Secretário da Fazenda, comissão essa que terá a seu cargo:

a) a guarda dos cheques e documentos que lhe forem entregues;

b) o resgate, oportunamente, por intermédio do Banco ou bancas de sua escolha, dos bônus vencidos.

§1º - Depois de expirado o prazo da emissão dos bônus "Pró-Constituição", começará o resgate destes, sendo para tal fim utilizados os cheques contra o Banco do Brasil ou outros bancos, em ordem cronológica, e na medida das necessidades de cada dia.

§2º - Esgotado o último prazo concedido para o recolhimento dos bônus o saldo dos não resgatados, por ventura existentes, reverterá a favor do Tesouro, ao qual será entregue pela comissão depositária dos cheques.

Art. 4.º - O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos dez de agosto de 1932.

PEDRO DE TOLEDO

Paulo de Moraes Barros.

Publicá-lo na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e do Tesouro do Estado, aos dez de agosto de 1932.

V. Freitas,

Diretor Geral.

Outro fato merecedor de destaque é a questão da marcação das moedas, ao fim daquele período, com uma imagem representativa da Campanha do Ouro.

Em meados de 1935, já na fase final da distribuição do espólio dos bens adquiridos e não utilizados na Campanha do Ouro, pelos encarregados da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, teve-se a ideia de marcar as moedas antigas para a posteridade. A marca - um carimbo com capacete e a legenda "1932 C.O." (1932, Campanha do Ouro) - ficou conhecida como o "Carimbo do Capacete" ou o "Carimbo da Campanha do Ouro" e, desde sua criação, gera uma enorme polêmica sobre quantas foram carimbadas e em quais circunstâncias, sendo que alguns afirmam que moedas circulantes chegaram a ser carimbadas posteriormente e muitas delas são falsas. De todo modo tratam-se de moedas muito escassas atualmente e com um enorme significado histórico.

A Figura 3.53 a seguir mostra imagens das moedas carimbadas como lembrança da Revolução de 32.

Figura 3.53 – Moedas com estampa do capacete constitucionalista.

Fonte: Autor desconhecido. **Moedas com estampa da Campanha do Ouro,** 1932. Disponível em: http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/revolucao32.asp. Acesso em: 11 de fev. 2018.

3.24 O correio revolucionário MMDC

Quando eclodiu o Movimento Revolucionário de 1932, as cartas e os telegramas ainda eram, para a grande maioria da população, a principal forma de comunicação de um lado para outro. Neste contexto, controlar os serviços de correios e telégrafos era também fator importante para o sucesso do movimento. Assim, tão logo iniciada a revolução, as forças revolucionárias tomaram as repartições dos Correios e Telégrafos, suspendendo os respectivos serviços públicos.

Alguns dias depois, em 14 de julho, o Governo Provisório assinou o Decreto nº 5.586, incorporando à Administração Pública do Estado todos os serviços, departamentos, agências, delegacias e repartições públicas, entre eles: os serviços de correios, telégrafos e transportes em geral, de administração federal, que a partir de então passaram à superintendência da Secretaria da Viação e Obras Públicas.

Paralelamente, foi criado o Correio Militar M.M.D.C., um dos Departamentos Especializados da Administração, com o objetivo de prestar serviço de correspondência entre os voluntários na zona de operações e suas famílias. Assim, durante o período de duração da Revolução Constitucionalista, coexistiram no Estado de São Paulo dois serviços postais: o Correio Militar M.M.D.C., voltado exclusivamente para a correspondência militar, e o Correio Federal, incorporado à administração pública paulista.

O Correio Militar M.M.D.C. foi instalado inicialmente no andar superior do edifício que anteriormente sediara o Fórum Civil, à rua do Tesouro, sendo depois transferido para um sobrado localizado na rua da Quitanda. A comissão central encarregada do Correio Militar era chefiada pelos advogados Aureliano Leite e Prudente de Moraes Netto.

Entre os serviços realizados pelo Correio Militar M.M.D.C. estavam a expedição e recebimento de correspondências, encomendas, impressos e envio de valores, em alguns casos até mesmo com intercâmbio com os Correios e Telégrafos do Governo Federal. Além das funções convencionais do serviço, o Correio

Militar teve papel fundamental ao levar apoio moral e minimizar o isolamento e abatimento dos soldados nas frentes de batalha, distantes das cidades. Por meio das correspondências, familiares e amigos enviavam e recebiam informações dos soldados, seja lá qual fosse a zona na qual estavam.

A primeira mala postal seguiu para a zona norte do Estado (São José do Rio Pardo, Itararé e Igarapava), na sexta-feira, dia 15, conduzida por Prudente de Moraes Netto e Nery da Siqueira e Silva, que colocou seu automóvel à disposição do movimento revolucionário para a realização do serviço. Nesse dia foram transportadas 33 cartas. Ao final da primeira semana de serviço, o Correio Militar expediu 6.478 correspondências e 2.042 volumes de diversos tamanhos, em um total de 8.520 expedições. Cerca de metade delas teve como destino a zona Norte do Estado, seguindo pelas seguintes linhas: Mogi-Igarapava, Sul, Santos, Quitaúna, Diversos e Capital.

Durante todo o período de conflito armado, os *fronts* foram servidos pelas malas postais. Entre as localidades para as quais eram despachadas as correspondências e encomendas a partir da Capital estão: Barueri, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão (MG), Cruzeiro, Guaxupé (MG), Igarapava, Itapira, Itararé, Jaguari, Mococa, Mogi Mirim, Pouso Alegre (MG), Quitaúna, Ribeirão Preto, Santa Rita da Extrema, Santos e São José do Rio Pardo.

Todas as cartas e volumes recebidos pelo Correio Militar M.M.D.C., exceto a correspondência oficial militar ou civil, sofriam rigorosa censura, a qual ficava a cargo de pessoas de reconhecida idoneidade, de preferência idosas, para este fim convidadas pelos agentes ou por seus auxiliares. A determinação oficial era para que fossem censuradas notícias sobre operações militares, escritas em língua estranha ou com sinais e as que contivessem cunho alarmante, ainda que verídicas, exageradas, derrotistas ou, que de qualquer modo concorressem para abater o ânimo do soldado.

Para facilitar a censura, as correspondências deveriam ser entregues abertas. Da mesma forma, o Governo Federal também estabeleceu, inicialmente em caráter transitório, face ao conflito em andamento, censura nas correspondências, procedimento que só seria

descartado em 1935. A Figura 3.54 a seguir mostra imagens de uma agência do correio militar M.M.D.C.

Figura 3.54 – Agência do correio militar em Silveiras/SP.

Fonte: Autor desconhecido. **Agência do correio militar em Silveiras/SP,** 1932. Extraída de JAVARONI, Marcio. Monografia "Correio Militar MMDC", 2017. Acesso em: 12 de fev. 2018.

Na segunda quinzena de setembro, segundo dados do Boletim Diário editado pela Milícia Civil M.M.D.C., o Correio Militar movimentara um total de 74.915 correspondências recebidas: 36.998 na Capital e 37.917 no Interior, além de outras 55.265 expedidas, o que correspondia às médias de 3.000 e 4.000 por dia, respectivamente.

Inicialmente houve uma intensa atividade dos chamados "correios particulares". Na verdade, tratavam-se de voluntários que ofereciam seus serviços para receber, transportar e entregar correspondências e encomendas a determinados batalhões ou regiões. A entrega das correspondências era feita nas agências do Correio

Militar e, principalmente, por estafetas, das mais diversas maneiras: a pé, a cavalo, de trem, carro ou da forma como fosse possível. Na maioria das vezes os estafetas eram voluntários, mas mesmo assim estavam sujeitos às leis militares de então. Tais práticas, porém, logo acabaram abolidas. Inicialmente tolerados pelo comando revolucionário, os correios paralelos foram suprimidos na segunda quinzena de agosto, unificados com os serviços postais passando a ser realizados exclusivamente pelo Correio M.M.D.C.

Para facilitar a comunicação com os soldados paulistas foram impressos e distribuídos gratuitamente à população milhares de cartões postais com imagens alusivas à batalha. As empresas Gordinho Brauno S/A e P. Sarcinelli & Cia foram responsáveis pela doação de 100.000 postais. A primeira forneceu o papel cartão e a segunda realizou a impressão artística dos postais. A Figura 3.55 a seguir mostra alguns cartões postais utilizados durante a revolução.

Figura 3.55 – Postais de correio de 1932.

Fonte: Autor desconhecido. **Cartões Postais da Revolução Constitucionalista de 32,** 1932. Disponível em: https://reliquiano.com/2017/10/30/uma-bela-colecao-de-militaria/. Acesso em: 12 de fev. 2018.

Esses cartões até hoje são bastante procurados por colecionadores. Por meio desses cartões postais, principalmente, é que os soldados recebiam notícias de seus familiares, amigos e conhecidos. Nos cartões postais distribuídos à população eram impressas frases de incentivo, tais como: “Escrevei aos vossos irmãos despertando-lhes o entusiasmo” e “Pais, mães, irmãos, amigos escrevei aos vossos soldados queridos despertando-lhes o entusiasmo”.

Com a intervenção no Correio Federal, o Estado de São Paulo deixou de receber suprimentos para o serviço postal. Dessa maneira, o estoque dos selos que continuavam a ser usados nas correspondências civis não foi reposto. Para evitar a falta, o Governo Provisório optou pelo lançamento de selos próprios, a pedido do então Inspetor Geral dos Correios de São Paulo e Mato Grosso.

A Sociedade Philatelica Paulista - SPP, então, realizou um concurso para a escolha das ilustrações dos selos, os quais deveriam seguir a recomendação de serem “unicolores, conter desenhos exclusivamente alegóricos, evitando qualquer homenagem e reprodução de qualquer pessoa” e com os dizeres “Brasil - Correio - Pró-Constituição”. Iniciado em 06/08/1932, o concurso, em apenas cinco dias, teve cerca de 90 desenhos apresentados, produzidos por 45 artistas diferentes.

A comissão julgadora, formada por Afonso de Taunay, Alexandre de Albuquerque, Ricardo Severo, Nestor Barreto (então chefe do Tráfego Postal) e Edgar Conceição (presidente da SPP) escolheu então as obras de Theodoro Braga, José Wasth Rodrigues, A. Minchillo, Aldo Cadarelli e Theophilo Dabague.

O Governo Provisório, por meio do Decreto Estadual nº 5.660, de 02/09/1932, criou 11 selos postais e três de depósito (para uso em vales postais), todos impressos pela Litografia Ypiranga, de São Paulo. Importante ressaltar o caráter estritamente operacional dessas emissões que, ao contrário de comemorar o evento, tiveram como objetivo apenas suprir a falta de selos nos estoques das agências.

Inicialmente os selos foram utilizados até 05/10/1932 - apenas nos estados de São Paulo e Mato Grosso. Entretanto, com a falta de "selos federais" nesses territórios, foi autorizada sua aplicação até o final de outubro, conforme telegrama enviado pelo Diretor Geral dos Correios, Furtado Reis, às Diretorias Regionais do órgão em São Paulo, Ribeirão Preto, Botucatu, Corumbá e Cuiabá. Assim, por um curto período, de 19 a 31 de outubro de 1932, os selos tiveram seu uso oficializado e autorizado em todo território nacional, inclusive para cartas ao exterior. A Figura 3.56 a seguir mostra dois dos selos utilizados nas correspondências durante a revolução.

Figura 3.56 – Selos postais de 1932.

Fonte: Autor desconhecido. **Selos do período da Revolução de 32,** 1932. Disponível em: http://fotos.noticias.bol.uol.com.br/imagensdodia/2013/07/09/selos-ilustram-o-periodo-da-revolucao-constitucionalista-de-1932.htm. Acesso em: 12 de fev. 2018.

Embora a correspondência militar estivesse isenta de porte, foram produzidas na época etiquetas sem valor de postagem para uso "decorativo" ou até mesmo finalidade benemérita nas correspondências.

Uma dessas séries foi impressa pela empresa "A Relevographica Ltda.", encomendas por um particular sem nenhuma ligação com o Correio Militar e, aparentemente, com interesses meramente comerciais. Tratavam-se de etiquetas coloridas com os dizeres "Exército Constitucionalista - Correspondência Militar – Forças Militares - Porte Franco - São Paulo", com variações nas cores das colunas laterais, formando três tipos diferentes, das quais teriam sido impressas um total de 20.000 dessas etiquetas.

A Figura 3.57 a seguir mostra etiquetas postais utilizadas nas correspondências durante a revolução.

Figura 3.57 – Etiquetas postais de 1932

Fonte: Autor desconhecido. **Etiquetas postais do período da Revolução de 32,** 1932. Disponível em: http://www.abrafite.com.br/artigo59.htm. Acesso em: 12 de fev. 2018.

Além delas foi impresso ao menos um outro tipo, em cinco cores, idealizado por Alfredo Colombo e impresso pela "Litographia P. Sarcinelli". Essa etiqueta tinha estampada a frase "São Paulo quer Constituição ou Morte" e era vendida como "sello allegórico beneficente", em prol dos órfãos e viúvas de combatentes mortos.

Foram impressas um total de 40.000, sendo 5.000 destinadas à Cruz Vermelha e o restante à Liga de Defesa Paulista. As vendas eram feitas tanto no Correio Central da Capital Paulista, quanto nas lojas do centro da cidade e até mesmo no Correio Militar M.M.D.C.

Outra característica marcante do Correio Militar M.M.D.C. são os carimbos que, na ausência dos selos, atestavam que as

correspondências ou encomendas haviam sido regularmente despachadas. Os carimbos passam a ter um destaque especial, tanto pela diversidade dos locais, bem como pelos seus variados tipos. Há dezenas deles com nomes de diferente cidades, bem como há cidades com mais de um modelo de carimbo.

São conhecidos diversos tipos de carimbos, em geral reconhecidos pelas palavras Correio Militar M.M.D.C e o nome da cidade. Algumas, como Ribeirão Preto, têm conhecidos mais de um modelo de carimbo. Os carimbos foram elaborados tanto pela administração do Correio Militar quanto pelos próprios agentes.

Conhecido filatelista, Domingos Paladino, teria recebido do diretor do Correio Militar M.M.D.C., Prudente de Moraes Netto, a incumbência de mandar confeccionar carimbos para 20 cidades: Avaré, Barretos, Bragança Paulista, Caçapava, Cachoeira, Campinas, Cruzeiro, Guaratinguetá, Itapetininga, Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Pindamonhangaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Santos e Taubaté.

A Figura 3.58 a seguir mostra vários tipos de carimbos utilizados nas correspondências durante a revolução.

Figura 3.58 – Carimbos postais de 1932.

Fonte: Autor desconhecido. **Carimbos postais do período da Revolução de 32,** 1932. Disponível em: http://www.abrafite.com.br/artigo55.htm. Acesso em: 12 de fev. 2018.

Desses carimbos, que ficaram conhecidos como “tipo Paladino”, alguns jamais foram registrados, uma vez que naquelas cidades sequer foi instalada agência do Correio Militar, casos de Presidente Prudente, Barretos, Mogi das Cruzes, Jacareí e São José dos Campos.

Durante o período de batalha, ainda que com bem menos intensidade, continuou coexistindo o Correio Federal. Por meio da Portaria nº 855, de 13/08/1932, assinada pelo diretor-geral do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), o Estado de São Paulo foi dividido em três áreas durante a Revolução, cada uma sob interferência de uma Diretoria Regional (DR) dos Correios: a região norte passou a ser administrada pela DR de Uberaba, a região leste (Serra da Mantiqueira e Vale do Paraíba) pela DR do Rio de Janeiro e a região sul pela DR do Paraná.

Embora as lutas tenham cessado em 02 de outubro de 1932, com a assinatura da rendição do Exército Constitucionalista, ainda no dia 05/10 os jornais estampavam em suas páginas listas com a “Posta Restante” do Correio Militar M.M.D.C., isto é, a relação com os nomes dos destinatários não encontrados. Dois dias depois, porém, tais anúncios já eram substituídos por avisos com os horários de fechamento das malas postais para destinos nacionais e internacionais, inclusive pelo correio aéreo e vapores.

4 FIM DO CONFLITO

4.1 Término da Revolução

A luta armada dos constitucionalistas, que a princípio contaria com o apoio das lideranças do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso, ficou restrita ao estado de São Paulo, que contou com poucas alianças em algumas regiões isoladas. A falta de apoio dos demais estados, a falta de preparo dos voluntários e de armas, resultou na impossibilidade de se manter a revolução por muito tempo. Em meados de setembro, as condições paulistas eram bastante precárias. O interior do Estado era invadido pelas tropas federais e a capital paulista ameaçada de ocupação. O bloqueio do porto de Santos asfixiou a economia de São Paulo, que sobrevivia graças às contribuições em ouro feitas pelos paulistas.

Após um período de quase três meses de sangrentas batalhas, diversas cidades do Estado de São Paulo já haviam sido tomadas dada à superioridade das forças federais. Tendo em vista que a derrota era questão de tempo, a então Força Pública de São Paulo, comandada pelo Coronel Herculano de Carvalho e Silva, juntamente com o comandante supremo do Exército Constitucionalista, o General Bertoldo Klinger, obtiveram um armistício e engajaram-se na negociação junto ao General Pedro de Aurélio de Góis Monteiro para o fim definitivo do conflito. Assim, a Revolução foi encerrada em 28 de setembro de 1932.

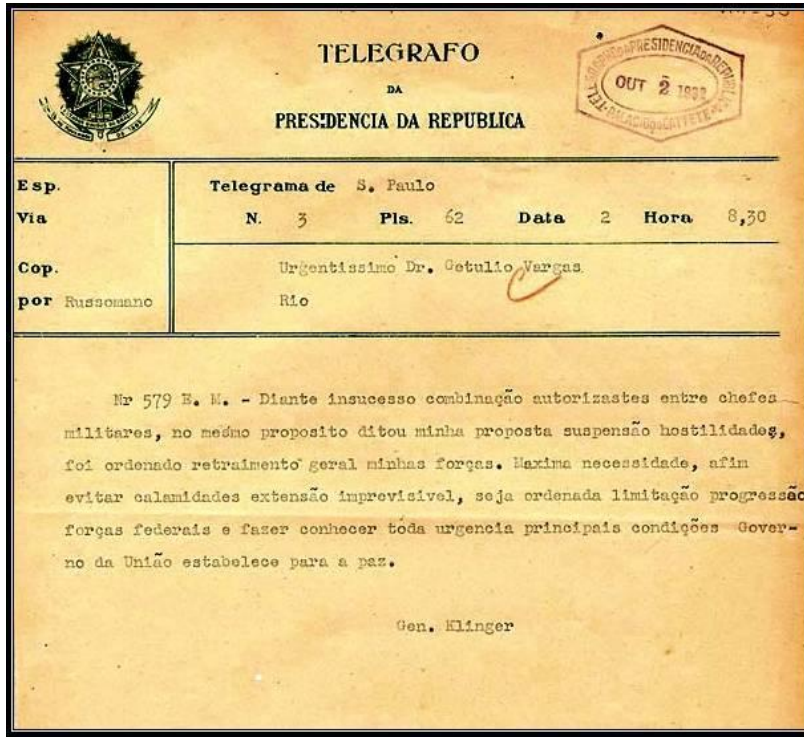
Com o colapso da defesa paulista, e com a prevalecente superioridade das tropas federais, em 2 outubro de 1932 as frentes constitucionalistas assinaram a rendição na cidade de Cruzeiro para as forças chefiadas por Góis Monteiro. Sobre esse tema, Fausto (2013, p. 299) registra:

> […] de meados de setembro em diante, a situação dos revolucionários tornou-se cada vez mais precária. Os mineiros ocuparam Jundiaí e Itu e, no Vale do Paraíba, as tropas federais ganharam terreno, entre marchas e contramarchas. A ameaça de ocupação da cidade de

> São Paulo tornara-se real. Por fim, representantes da força pública paulista reuniram-se em 1º de outubro de 1932 com o general Góis Monteiro, em seu quartel-general de Cruzeiro, no Vale do Paraíba. A Força Pública decidiu render-se, em um gesto que poupou vidas e pôs fim às últimas esperanças de resistência.

A Figura 4.1 a seguir mostra o telegrama do General Klinger, comunicando o fim do movimento.

Figura 4.1 – Telegrama comunicando o fim do conflito.



TELEGRAFO
DA
PRESIDENCIA DA REPUBLICA

OUT 2 1932

Esp.
Via
Cop.
por Russomano

Telegrama de S. Paulo
N. 3 Pls. 62 Data 2 Hora 8,30

Urgentissimo Dr. Getulio Vargas
Rio

Nr 579 E. M. - Diante insucesso combinação autorizastes entre chefes militares, no mesmo proposito ditou minha proposta suspensão hostilidades, foi ordenado retraimento geral minhas forças. Maxima necessidade, afim evitar calamidades extensão imprevisivel, seja ordenada limitação progressão forças federais e fazer conhecer toda urgencia principais condições Governo da União estabelece para a paz.

Gen. Klinger

Fonte: **Telegrama comunicando o fim do movimento,** 1932. Disponível em: http://netleland.net/hsampa/epopeia1932/revolucao1932.html/. Acesso em: 02 ago. 2017.

Após a rendição dos paulistas, o saldo foi a morte de 934 pessoas, de acordo com os números oficiais. Contudo, estima-se que até 2200 tenham morrido. Para se ter uma ideia de alguns outros números que caracterizam o conflito, a Figura 4.2 ilustra a disparidade de forças no episódio. Há que se ressaltar que existem outras versões que indicam números diferentes desses mostrados na figura a seguir.

Figura 4.2 – Comparativo das forças na Revolução de 32.

Fonte: Folha de S. Paulo. **Linhas de Combate em 1932,** 2002. Disponível em: http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/07/09/2/. Acesso em: 02 de ago. 2017.

4.2 Consequências

Apesar da rendição dos paulistas, do ponto de vista político, o que se verificou foi o fortalecimento do projeto constitucionalista,

pois, findo movimento revolucionário, mesmo sendo derrotados, os paulistas têm sua aspiração materializada no mês de novembro de 1933, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e a Constituição sendo promulgada em julho de 1934, substituída posteriormente por uma nova Constituição, a denominada "Polaquinha", decretada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 e que vigorou até 1946. Além disso, em agosto de 1933, um civil paulista volta a chefiar o governo do estado, com a indicação de Armando de Sales Oliveira, em substituição ao general Valdomiro Lima (MOREIRA, 2017).

Em relação à economia, São Paulo continuou sendo o principal fornecedor de divisas do país ,mesmo com a queda do preço do café no mercado internacional. Sob pressão ,o Governo Vargas manteve a política de valorização do café, comprando e mantendo estoques e também permitiu o reescalonamento das dívidas dos cafeicultores, entre outras medidas (MOREIRA, 2017).

Registre-se ainda que o movimento revolucionário propiciou uma mudança de paradigma da elite dirigente paulista: o modelo econômico agrícola, centrado basicamente na cafeicultura, é então superado por um processo de forte industrialização. Essa mudança estratégica reverberou em outros setores do estado, tal como na área científica e educacional. A fundação da Universidade de São Paulo é o principal exemplo dessa afirmativa.

O fim da Revolução de 1932 marcou o início do processo de democratização do país. O direito ao voto feminino foi reconhecido. A permissão era restrita às mulheres casadas que tivessem a autorização do marido e às solteiras e viúvas, desde que com renda própria.

4.3 A Constituinte de 1933/1934 – as mulheres votando

Com o fim da Revolução, a questão do regime político veio à tona, forçando desta forma as eleições para a Assembleia Constituinte em maio de 1933, que aprovou a nova Constituição substituindo a Constituição de 1891. A Constituição de 1934 foi uma consequência direta da Revolução Constitucionalista de 1932.

Em maio de 1933, o direito ao voto foi reassegurado, mas apenas àquelas mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos. Foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, quando as mulheres votaram pela primeira vez no Brasil em eleições nacionais. O voto pleno e obrigatório como direito de todas as mulheres foi instituído pela Constituição de 1946.

Devido à a popularidade conquistada durante a Revolução de 1932, Carlota de Queiroz foi incluída na Chapa Única por São Paulo para concorrer às primeiras eleições em que foi permitido o voto feminino, sendo eleita Deputada em 1933 e reeleita em 1934, rompendo com uma divisão histórica entre os sexos no Brasil, colocando lado a lado no parlamento o direito da livre expressão garantida pelo voto popular à uma mulher.

Em seu discurso inaugural, Carlota de Queiroz, após afirmar que estava vencida mais uma etapa da vida parlamentar brasileira com a eleição da primeira deputada mulher, disse:

> se nem uma voz feminina, interpretando os trechos clássicos da política nacional atingir as profundezas e a gravidade das vozes que tem ecoado neste recinto, produzirá ao menos vibrações novas, alcançando, na sua agudeza, notas inéditas para ouvidos habituados a estas sessões. E será assim, o complemento de uma escala, uma simples ampliação de coros, porque não queremos assumir um papel de meras solistas. (Jornal Folha da Manhã, 14/03/1934, pp. 2-3).

Carlota de Queiroz enfatizou inicialmente o papel desempenhado por mulheres na história do país e também passou a cobrar dos constituintes uma ampliação na assistência à criança pobre e abandonada.

A Figura 4.3 ilustra a abertura da Constituinte, com destaque para a participação da Deputada Carlota Pereira de Queiroz, ex-combatente da Revolução de 32.

Figura 4.3 - Dep. Carlota P. de Queiroz na Constituinte de 1934.

Fonte: Autor desconhecido. **Deputada Carlota Pereira de Queiroz na Constituinte,** 1934. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Menotti_del_Picchia.jpg. Acesso em: 25 ago. 2017.

4.4 Cronologia do período

- 01 mar. 1930 - Júlio Prestes vence nas urnas a disputa contra Getúlio Vargas.
- 10 mai. 1930 - Morre Siqueira Campos.
- 29 mai. 1930 - Carlos Prestes divulga manifesto de adesão ao comunismo.
- 26 jul. 1930 - João Pessoa é assassinado pelo coronel João Dantas.
- 03 out. 1930 - Uma revolução é deflagrada no Rio Grande do Sul.
- 03 nov. 1930 - Getúlio Vargas assume a Presidência da República.

- 18 nov. 1930 - Um decreto cria a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.
- 26 nov. 1930 - É criado o ministério do Trabalho.
- 09 mar. 1931 - O governo decreta a Lei de Sindicalização.
- 13 jul. 1931 - O interventor de São Paulo, João Alberto, se demite.
- 13 jan. 1932 - O Partido Democrático de São Paulo rompe com Getúlio.
- 25 jan. 1932 - É realizado um comício pró-Constituinte, na praça da Sé, em São Paulo.
- 16 fev. 1932 - É formada a Frente Única Paulista - aliança entre o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista - para se opor ao governo Vargas.
- 24 fev. 1932 - Getúlio Vargas, por meio de um decreto, cria o Código Eleitoral que concede o direito de voto a mulher e o voto secreto.
- 01 mar. 1932 - Pedro de Toledo é nomeado interventor de São Paulo.
- 02 mai. 1932 - Os ferroviários paulistas entram em greve. A greve se alastra e envolve cerca de 200 mil trabalhadores que passam a ser reprimidos violentamente pelo governo.
- 04 mai. 1932 - Decreto estabelece jornada de oito horas nas indústrias.
- 17 mai. 1932 - Decreto concede a licença-maternidade de 12 semanas.
- 23 mai. 1932 - Manifestação contra Vargas, em São Paulo. Os manifestantes exigem o retorno à autonomia estadual. São mortos Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.
- 09 jul. 1932 - Começa a Revolução Constitucionalista. O comando militar é formado pelos generais Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger e coronel Euclides Figueiredo.
- 21 ago. 1932 - É decretada lei marcial.

- 13 set. 1932 - O ex-presidente Artur Bernardes é preso.
- 02 out. 1932 - O governo Vargas e os paulistas assinam um armistício pondo fim à Revolução Constitucionalista, depois de quase três meses da morte de 633 paulistas.
- 03 mai. 1933 - Eleição para a Assembleia Nacional Constituinte.
- 14 jul. 1933 - Armando Sales de Oliveira é nomeado interventor em São Paulo.
- 15 nov. 1933 - Começam os trabalhos da Constituinte. Entre os deputados há uma única mulher, Carlota Pereira de Queiróz, eleita por São Paulo.
- 03 jan. 1934 - É criado o programa a “Hora do Brasil”.
- 16 jul. 1934 - É promulgada a nova Constituição.
- 17 jul. 1934 - A Constituinte elege formalmente Getúlio Vargas presidente da República.

5 MEMÓRIAS

5.1 Homenagem aos quatro mártires

Os quatros estudantes que morreram no dia 23 de maio de 1932: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo deram seus nomes para a sigla MMDC, que passou a designar uma importante organização civil que deu sustentação ao movimento.

A sociedade civil MMDC foi criada aos 24 de maio de 1932 e oficializada pelo decreto nº 5.627-A de 10 de agosto do mesmo ano. Seus nomes, bem como o da sigla, foram imortalizados e hoje são parte importante da história daquele movimento. Os quatro mártires do movimento tiveram, pela Lei Federal de nº 12.430, de 20 de junho de 2011, seus nomes inscritos no Livro dos Heróis da Pátria, existente no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Euclydes Bueno Miragaia, filho de José Miragaia e Emília Bueno Miragaia, nasceu no dia 21 de abril de 1911, em São José dos Campos. Ele cursou a Escola de Comércio Carlos de Carvalho até o terceiro ano e transferiu-se para a Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo. Miragaia trabalhava como auxiliar de cartório quando morreu, aos 21 anos.

Mário Martins de Almeida, filho do coronel Juliano Martins de Almeida e Francisca Alves de Almeida, nasceu na cidade de São Manuel, no interior de São Paulo, em 8 de fevereiro de 1901. Estudante do Colégio Mackenzie, Martins morreu aos 31 anos e foi sepultado no cemitério da Consolação.

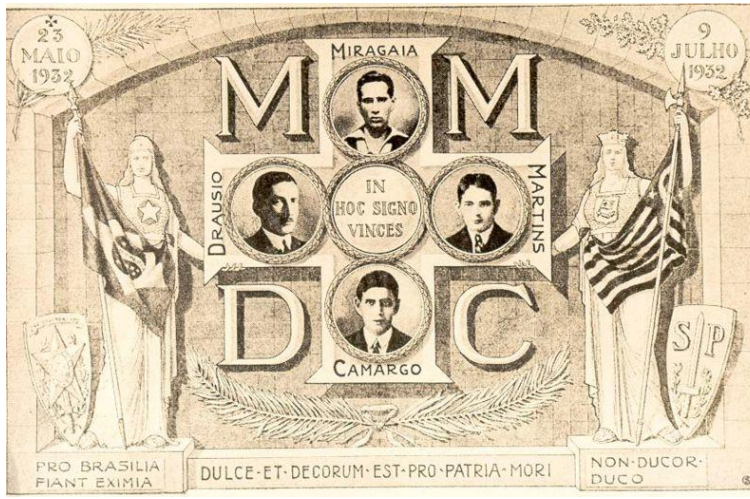
Dráusio Marcondes de Souza tinha 14 anos quando morreu. Ele nasceu em São Paulo, no dia 27 de setembro de 1917, era filho de Manuel Octaviano Marcondes de Souza e Ottília Moreira da Costa Marcondes. Depois de ser atingido no conflito, Dráusio passou quatro dias no hospital. Morreu em 28 de maio e foi sepultado no cemitério da Consolação.

Antônio Américo de Camargo Andrade, filho de Nabor de Camargo Andrade e Hermelinda Nogueira de Camargo, morreu aos

31 anos. Ele era casado com Inaiah Teixeira de Camargo e deixou três filhos: Clesio, Yara e Hermelinda.

A Figura 5.1 a seguir mostra um postal do MMDC homenageando os quatro mártires do movimento.

Figura 5.1 – Cartão postal do MMDC.



Fonte: Autor desconhecido**. Cartão Postal do MMDC,** 1932. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cart%C3%A3o_Postal_do_MMDC.jpg. Acesso em: 11 de ago. 2017.

Na cidade de São Paulo, em suas ruas e praças há homenagens a nomes e datas da Revolução. As ruas Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo, Alvarenga e MMDC intercruzam -se no bairro do Butantã, onde nas proximidades existe um monumento na praça Waldemar Ortiz.

Duas importantes avenidas que partem da Praça da Bandeira, no centro da cidade, rendem homenagens às datas mais importantes do movimento: 23 de Maio e 9 de Julho. Além dessas, há também

uma escola, situada no bairro da Mooca, que tem em seu nome as iniciais dos quatro heróis do movimento revolucionário.

Ademais, em várias outras cidades paulistas há ruas e praças homenageando Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo, tais como Bauru, Campinas, Cotia, Franca, Itaquaquecetuba, Jundiaí, Leme, Lorena, Piracicaba, São Bernardo do Campo, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Vicente, Sorocaba e Votorantim.

5.2 Um monumento aos que tombaram

Em 1933, por iniciativa da Sociedade Cívica de Veteranos de 32, um grupo de ilustres paulistas se reuniu com o objetivo de estudar como poderia ser construído um Monumento Mausoléu em homenagem aos heróis que tombaram em 1932. Assim nasceu o Obelisco Mausoléu aos Heróis de 32, um monumento que foi construído em homenagem aos estudantes e ex-combatentes mortos durante a Revolução Constitucionalista de 1932.

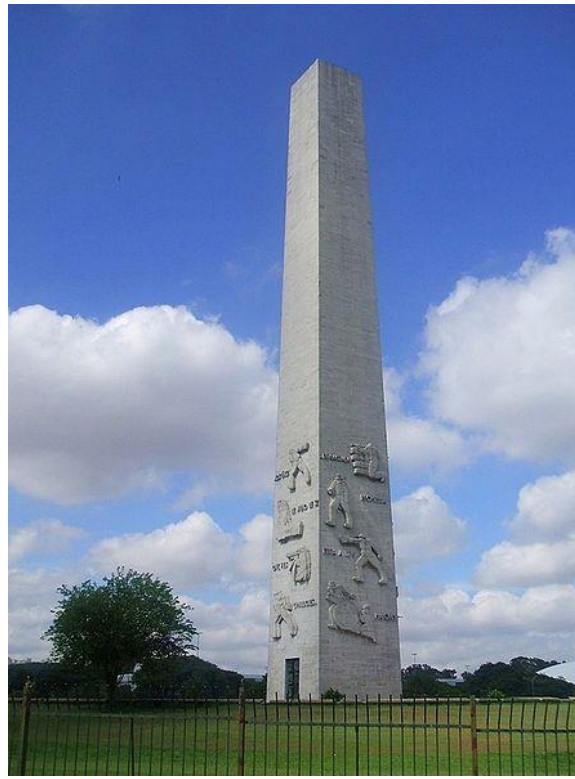
Conhecido também por Obelisco do Ibirapuera, o monumento é um projeto do escultor ítalo-brasileiro Galileo Ugo Emendabili e foi construído em puro mármore travertino pelo engenheiro alemão Ulrich Edler.

O Obelisco começou a ser construído em 1947, foi inaugurado em 9 de julho 1955, porém só foi finalizado em 1970. Com 72 m de altura e 1932 m^2 é considerado o maior monumento da cidade de São Paulo. Para preservar a memória da rebelião, cenas bíblicas e passagens da história paulista foram feitas com pastilhas de mosaico veneziano.

Galileu Emendabili projetou a obra em torno do no número 9, em referência ao 9 de Julho de 1932, data de início da Revolução Constitucionalista. Pode-se constatar isso observando que: são 9 os degraus que conduzem ao acesso à Cripta, o Obelisco mede 72 m de altura, sendo a soma 7 + 2 = 9, do fundo da Cripta até o ponto mais alto do Monumento tem-se 81 m, cuja soma 8 +1 = 9. A raiz quadrada da medida da altura do Monumento, ou seja, 81 m, tem 9 como resultado, a diferença das duas alturas resulta em 9 (81 – 72 = 9 m).

A base quadrangular maior, situada junto ao solo, mede 9 m de cada um dos lados, a base quadrangular menor, situada junto ao vértice do Obelisco trapezoidal, mede 7 m de cada um dos lados, a largura da Cripta em cruz, medindo-se o braço menor, mede 32 m, observando-se da frente, o Obelisco apresenta 32 projéteis em mármore, ligados entre si por barras circulares de bronze, para figurar a coesão. Tem-se assim a relação numérica 09/07/32 – de Nove de Julho de 1932, ou seja, a data inicial do Movimento. A Figura 5.2 a seguir mostra uma vista do Obelisco.

Figura 5.2 – Obelisco de São Paulo



Fonte: Dornicke. **Obelisco de São Paulo**, 2009. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Obelisco_de_S%C3%A3o_Paulo_05.JPG. Acesso em: 11 ago. 2017.

O obelisco contém várias inscrições acompanhadas de ícones em suas quatro faces, com início pela face norte, seguindo pela face oeste, sul, e finalmente leste. Uma das inscrições do monumento consiste em um poema de autoria de Guilherme de Almeida, o Poeta da Revolução, escrito em homenagem aos revolucionários de 1932.

"Aos épicos de julho de 32, que,

fiéis cumpridores da sagrada promessa

feita a seus maiores - os que

moveram as terras e as gentes por

sua força e fé - na lei puseram sua

força e em São Paulo sua Fé."

5.3 O MMDC em tempos atuais

Hoje, representa legitimamente o MMDC revolucionário de 1932 a Sociedade Veteranos de 32 – MMDC. A entidade foi fundada a 07 de Julho de 1954, com personalidade jurídica de Associação Civil, sem fins lucrativos, com propósitos cívicos e patrióticos junto à Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo. A associação sediada no Monumento Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 32, Praça Ibrahim Nobre, s/nº, Vila Mariana – São Paulo/SP, CEP 04008-140, Telefone (11) 3105 8541, CNPJ 46.381.083/0001-07, é reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 5530 de 14 de janeiro de 1960 e pelo Decreto Municipal nº 8790 de 23 de maio de 1970. A Sociedade Veteranos de 32 – MMDC tem por fim precípuo preservar, na memória do povo paulista, a dignidade e a grandeza do Movimento Constitucionalista de 32.

A presidência da entidade, com mandato de 2 anos, conta com 3 presidentes: Presidente da Diretoria Executiva, Presidente do Conselho Deliberativo e Presidente do Conselho Fiscal.

Com a finalidade de preservar a memória daquele importante movimento paulista, a Sociedade Veteranos de 32 – MMDC criou diversas honrarias especiais para homenagear pessoas físicas ou

jurídicas que tenham contribuído para com a Revolução e/ou para com a preservação de sua memória.

Medalha MMDC – honraria não exclusiva para participantes do movimento, ela destina-se tanto aos que lutaram em 32, quanto àqueles que, por suas ações, mantiveram viva a lembrança do movimento.

Medalha Constitucionalista – tem o fim de galardoar pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que por seus méritos e relevantes serviços prestados a São Paulo e ao culto da Revolução Constitucionalista de 1.932, tenham-se tornado pessoas dignas de especial distinção. A Figura 5.3 a seguir mostra uma imagem da Medalha Constitucionalista.

Figura 5.3 – Medalha da Constitucionalista.

Fonte: **Medalha Constitucionalista**, 1989. Disponível em: http://www.mmdc.org.br/. Acesso em: 10 ago. 2017.

Medalha Governador Pedro de Toledo - foi criada pelo Decreto nº 814, de 26 de dezembro de 1972 na Assembleia Legislativa de São Paulo pelo governador Laudo Natel e Henri Couri Aidar, Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo em 1972 e instituída pela Sociedade Veteranos de 32 - M.M.D.C. A medalha tem por objetivo homenagear personalidades civis e militares, nacionais e estrangeiras, por seus méritos e serviços de excepcional relevância prestados ao culto da Epopeia Cívica de 9 de Julho de 1932 e a São Paulo. A Figura 5.4 a seguir mostra uma imagem a referida medalha.

Figura 5.4 – Medalha Pedro de Toledo.

Fonte: Governo do Estado de São Paulo. **Medalha Pedro de Toledo**, 2009. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MedalhaPedroToledo.jpg. Acesso em: 11 ago. 2017.

Medalha Dráusio - tem por objetivo galardoar as personalidades civis e militares, bem como instituições públicas e privadas, que tenham prestado relevantes serviços à Sociedade Veteranos de 32 - MMDC, contribuindo desta forma para a preservação e memória dos ideais dos jovens constitucionalistas de 1932. A Figura 5.5 a seguir mostra uma imagem a referida medalha.

Figura 5.5 – Medalha Dráusio.

Fonte: **Medalha Dráusio**, 2014. Disponível em: http://www.mmdc.org.br/. Acesso em: 10 ago. 2017.

Colar da Vitória – tem o objetivo de premiar e reconhecer o mérito de personalidades que tenham prestado serviços de alta relevância ao Ideal de Direito que foi o maior motivo da Epopeia de 32. A Figura 5.6 a seguir mostra uma imagem da referida comenda.

Figura 5.6 – Colar da Vitória.

Fonte: **Colar da Vitória**, 2012. Disponível em: http://www.mmdc.org.br/. Acesso em: 10 ago. 2017.

5.4 Um maçom na Sociedade Veteranos de 32 - MMDC

O Cel. Antonio Carlos Mendes, nasceu em 10 de março de 1942, em São Paulo. É casado com Oçaine Maria Mendes. Ingressou na Academia da Polícia Militar do Barro Branco em 11/02/1959, galgando o posto máximo em 10/03/1988. É formado, ainda, em Educação Física (1966) e também é jornalista com registro profissional.

Foi iniciado na Maçonaria em 17/07/1971 e Exaltado em 17/09/1972, na Loja Beit-E n.º 1788. Foi Instalado em 02/02/1990. É membro efetivo, remido e ativo da Loja Perpétuo Segredo n.º 2180, da qual foi fundador em 27/08/1976. Cursou todos os graus da Perfeição, Capítulo, Kadosh e Consistório, chegando ao grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito em 02/07/1988. Ocupou vários cargos em Loja, no Grande Oriente de São Paulo, no Grande Oriente do

Brasil, bem como no Supremo Conselho. Além disso, também foi Exaltado ao Grau 33, Patriarca Inspetor Geral, o mais alto grau do Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita, em 15/03/2003. Ademais, galgou o Sumo Grau 33, grau máximo do Supremo Conclave do Brasil do Rito Brasileiro de Maçons Antigos, Livres e Aceitos, em 20/06/2003. Em 17 de julho de 2021, completou 50 anos de Maçonaria, sem ter apresentado qualquer pedido licença no período.

Na Figura 5.7 a seguir o Coronel Antonio Carlos Mendes discursa em solenidade da Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.

Figura 5.7 – Coronel Antônio Carlos Mendes.

Fonte: Autor desconhecido. **Coronel Antonio Carlos Mendes**, 2017. Disponível em: http://ventura-memriasdoventura.blogspot.com.br/2017/01/19-de-janeiro-de-2017-quinta-feira.html. Acesso em 25 fev. 2018.

Detém diplomas de Membro Honorário e de Venerável de Honra de várias Lojas Maçônicas. É portador de várias homenagens e condecorações maçônicas, dentre as quais destacam-se: Medalha da

"Cruz da Perfeição Maçônica", conferida pelo Grande Oriente do Brasil, Medalha "Gonçalves Ledo", a mais alta condecoração do Grande Oriente de São Paulo, Medalha Mérito Montezuma, a mais alta condecoração do Supremo Conselho do Brasil do Grau 33 para o Rito Escocês Antigo e Aceito e a Medalha Montezuma, a mais alta condecoração do Supremo Conselho de Jacarepaguá - Grandes Lojas.

Atualmente, o Coronel Antônio Carlos Mendes exerce o cargo de Oficial de Gabinete do Eminente Grão-Mestre Estadual, tendo já servido a onze Grão-Mestres do GOSP. Nesse cargo, foi o idealizador do Concurso Literário 2017 do Grande Oriente de São Paulo, cujo tema foi a Revolução Constitucionalista de 1932. Na Sociedade Veteranos de 32 – MMDC ocupa o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Federalismo x Centralismo

Define-se Federação ou Estado Federal a um Estado constituído por diversas entidades territoriais autônomas dotadas de governo próprio. Sendo autônomas, as unidades possuem um conjunto de competências ou prerrogativas garantidas pela constituição que não podem ser abolidas ou alteradas de modo unilateral pelo governo central. No entanto, o Estado federal é considerado soberano, sendo que apenas ele possui personalidade internacional. O sistema político assim descrito chama-se federalismo.

No sistema federalista, os estados que o integram mantém a autonomia. Assim, pode-se dizer então que é uma forma de governo que se contrapõe diretamente à noção de centralismo, ou seja, um sistema de organização política dos estados em que o poder aparece centralizado nas mãos de um único grupo governante. No federalismo, os estados componentes do Estado Federal não se submetem inteiramente ao poder central. São sim coparticipantes3 das decisões relevantes para o país e soberanos no que diz respeito aos seus próprios interesses regionais.

No caso da “Revolução Constitucionalista de 1932 ,”pode-se dizer que São Paulo foi o defensor do federalismo, contrapondo-se ao centralismo de Vargas, que deslocou a totalidade do poder decisório – político e econômico – para as mãos do governo federal.

Na verdade, de 1889 a 1930, ou seja, durante a Primeira República, o Brasil era mais federalista que centralista. A partir de 1930, com a intenção de se ampliar a representação dos demais estados, adotou-se um modelo político mais centralista na condução da política brasileira.

6.2 Separatismo x Retorno à legalidade

Unidade nacional foram palavras de ordem durante os eventos de 1932. De um lado, o governo federal alegava que São

Paulo pretendia separar-se da federação brasileira. De outro, os constitucionalistas desdobravam-se em demonstrar que a luta era antes de tudo pelo bem do Brasil, embora encabeçada pelos paulistas.

Para Vargas, o confronto de 32 não foi mais do que uma reação infeliz e isolada de um grupo, desmontada pela superioridade bélica do aparato militar nacional. A imprensa de Getúlio descrevia a Revolução Constitucionalista como uma revolta da elite paulista, que pretenderia separar São Paulo do Brasil. O separatismo foi uma das teclas das acusações da ditadura contra os revolucionários.

Pode-se considerar, como defendem alguns historiadores, que entre os paulistas havia também interesses "separatistas". Apesar dessa visão, outros estudiosos do tema refutam a ideia de que era esse o princípio do movimento de 1932. Na verdade, no movimento, são vários outros pontos que merecem maior atenção: as dimensões da adesão popular, o sentimento de patriotismo e de compromisso cívico com o Brasil, o respeito à democracia e a luta pelo retorno do país à legalidade.

Embora houvesse críticas à época de que esta luta tinha contornos separatistas, que o estado de São Paulo desejava separar-se do restante do país, pelo menos notoriamente o que se desejava é que seus interesses e objetivos fossem respeitados, absorvidos e incorporados ao poder central que, por consequência, deveria se guiar por preceitos mais pluralistas.

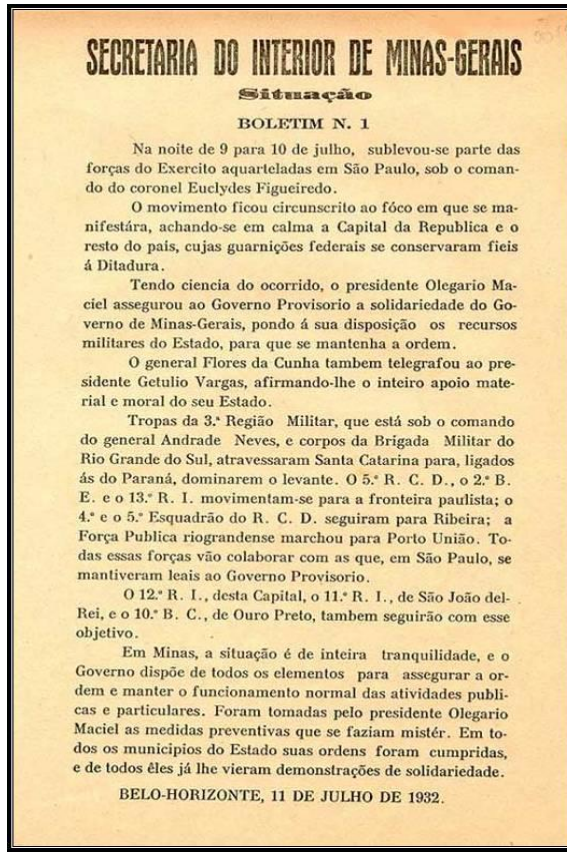
No que diz respeito a essas discussões, destacam-se as palavras de Feijó e Gertel (1998, p. 45).

> Que as elites de São Paulo queriam de volta o poder que haviam tido por mais de trinta anos, parece claro. Mas a profunda e entusiasmada participação popular aponta para outras motivações. O povo não foi às ruas e os jovens não foram à luta simplesmente para defender os interesses da oligarquia. Também não tinham como objetivo central o separatismo, embora isso estivesse na mente de muitas lideranças. Havia alguma coisa a mais que mobilizava as massas e empolgava os jovens: a ideia de uma democracia moderna e urbana, sem tiranos, com respeito às leis e

repúdio aos golpes políticos ou militares como solução para os conflitos sociais.

A Figura 6.1 ilustra uma peça de propaganda da federação contra São Paulo, minimizando a ação do levante paulista.

Figura 6.1 – Boletim do governo de Minas Gerais.



SECRETARIA DO INTERIOR DE MINAS-GERAIS

Situação

BOLETIM N. 1

Na noite de 9 para 10 de julho, sublevou-se parte das forças do Exercito aquarteladas em São Paulo, sob o comando do coronel Euclydes Figueiredo.

O movimento ficou circunscrito ao fóco em que se manifestára, achando-se em calma a Capital da Republica e o resto do país, cujas guarnições federais se conservaram fieis á Ditadura.

Tendo ciencia do ocorrido, o presidente Olegario Maciel assegurou ao Governo Provisorio a solidariedade do Governo de Minas-Gerais, pondo á sua disposição os recursos militares do Estado, para que se mantenha a ordem.

O general Flores da Cunha tambem telegrafou ao presidente Getulio Vargas, afirmando-lhe o inteiro apoio material e moral do seu Estado.

Tropas da 3.ª Região Militar, que está sob o comando do general Andrade Neves, e corpos da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, atravessaram Santa Catarina para, ligados ás do Paraná, dominarem o levante. O 5.º R. C. D., o 2.º B. E. e o 13.º R. I. movimentam-se para a fronteira paulista; o 4.º e o 5.º Esquadrão do R. C. D. seguiram para Ribeira; a Força Publica riograndense marchou para Porto União. Todas essas forças vão colaborar com as que, em São Paulo, se mantiveram leais ao Governo Provisorio.

O 12.º R. I., desta Capital, o 11.º R. I., de São João del-Rei, e o 10.º B. C., de Ouro Preto, tambem seguirão com esse objetivo.

Em Minas, a situação é de inteira tranquilidade, e o Governo dispõe de todos os elementos para assegurar a ordem e manter o funcionamento normal das atividades publicas e particulares. Foram tomadas pelo presidente Olegario Maciel as medidas preventivas que se faziam mistér. Em todos os municipios do Estado suas ordens foram cumpridas, e de todos êles já lhe vieram demonstrações de solidariedade.

BELO-HORIZONTE, 11 DE JULHO DE 1932.

Fonte: **Boletim do Governo de Minas**. Disponível em: http://netleland.net/hsampa/epopeia1932/revolucao1932.html. Acesso em 10 ago. 2017.

6.3 Dois exércitos e uma única bandeira

Caminhando para as conclusões, é oportuno o registro de Andrade (2010) sobre um episódio que, segundo o autor, teria ocorrido na Frente Norte de combates, na alvorada do dia 7 de setembro de 1932, data simbólica na qual se comemora a Independência do Brasil. O evento, bem próximo do final do conflito, talvez possa simbolizar o espírito de irmandade daqueles que – apesar de lutarem em lados opostos - estavam ali na linha de frente.

Naquela manhã, em celebração à data cívica nacional, os paulistas começaram a hastear a bandeira nacional no ponto mais alto das suas trincheiras, enquanto seus clarins tocavam a saudação em continência à bandeira brasileira. Naquele momento, os combatentes paulistas subiram ao topo das próprias trincheiras e colocaram-se em pé, expondo-se assim ao fogo das tropas federais.

No entanto, nenhum tiro foi disparado, pois o tiroteio também emudeceu do lado dos governistas e estes, do mesmo modo, colocaram-se em pé, ao alto de suas trincheiras, em respeito ao pavilhão nacional. Assim, os dois exércitos adversários pararam a batalha por um momento para prestar continência à bandeira verde-amarela que, tremulante, subia ao topo do mastro. Mesmo lutando em lados opostos, as tropas paulistas e as governistas tinham no coração um mesmo país.

6.4 Conclusões

A luta paulista pelo federalismo pode ser entendida - e considerada legítima -, tendo em vista que seu poderio econômico como produtor de café o posicionava como o estado mais rico da nação. Dessa forma, o estado de São Paulo almejava que esse poder econômico lhe garantisse um poder político com maior capacidade de decisão.

Se do ponto de vista militar os paulistas saíram derrotados, o mesmo não se pode dizer em relação à política e à economia. A verdade é que São Paulo perdeu nas armas, mas proclamou-se vencedor moral com a eleição a Constituinte pela qual lutara, em maio de 1933. Apesar da consideração que Getúlio já programara a eleição

antes de estourar o conflito, deve-se observar que a mesma não teria acontecido não fosse o movimento paulista, uma vez que Getúlio já não cumprira com isso por ocasião da Revolução de 30.

Como afirmado anteriormente, outro fator a ser também considerado é que, em agosto de 1933, Getúlio nomeou Armando de Sales Oliveira como interventor no estado, ou seja, os paulistas retomavam o comando estadual, na pessoa de um de seus mais ilustres membros. A substituição do modelo econômico agrícola por uma matriz centrada na industrialização é outro ponto a ser destacado.

Assim, a importância do Movimento de 32 é incontestável. O levante paulista funcionou como uma linha divisória para a história do Estado, por ter unido paulistas e paulistanos, humildes, abastados, homens e mulheres, em torno de uma causa que os tornaram iguais, independentemente de posses e riquezas. Uma grande mobilização popular, na qual barões do café, industriais e cidadãos ditos comuns uniram-se, em uma comunhão que jamais se repetiria na história, nem mesmo por ocasião da Campanha das "Diretas Já" de l984 (KUPPER, 2008, p. 12).

E foi assim, com a finalidade de preservar as instituições democráticas e pela manutenção do Estado de Direito, ou seja, movidos pelo objetivo de uma nova carta constitucional para a garantia de direitos ao povo brasileiro, que paulistas foram à luta contra a ditadura e pela redemocratização do país, ideais que se mantiveram vivos posteriormente, tal como na luta pelo fim do regime instaurado em 64. Dessa forma, a celebração da Revolução de 1932 consiste em momento de glória para a história de São Paulo. O legado de 32 permaneceu!

Nesse contexto, a Maçonaria paulista tem por que se orgulhar, na medida em que se fez presente naquele movimento cujos ideais estavam alinhados com os preceitos maiores da Ordem Maçônica. Tal qual em outros eventos de envergadura da história brasileira, os maçons e suas Lojas mais uma vez também foram protagonistas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Santos de. Luto e culto cívico dos mortos: as tensões da memória pública da Revolução Constitucionalista de 1932 (São Paulo, 1932-1937). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 105-123, 2011.

ABREU, Marcelo Santos de. A Revolução Constitucionalista de 1932: historiografia e usos políticos do passado. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (org.). Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. **A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas.** Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

ANDRADE, Antônio de. **Viagem no tempo para entender 1932**. 2010. Disponível em: http://www.artigos.com/artigos-academicos/7859-1932-viagem-no-tempo-para-entender-1932. Acesso em: 11 fev. 2018.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História**: História Geral e História do Brasil. São Paulo: Ática, 2000, 496 p.

A TRIBUNA, Itatiba: A Tribuna, 8 de jul. de 1973.

AUGUSTO, Pedro. **Convenção Republicana de Itu**. 20--. Disponível em: http://www.infoescola.com/historia/convencao-republicana-de-itu/. Acesso em: 26 ago. 2017.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Revolução de 1932 -** Blindados de Construção Nacional. Universidade Federal de Juiz de Fora. 20--. Disponível em: http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/R1932BN.pdf. Acesso em: 11 ago. 2017.

BENTO, Claudio Moreira. **A Aviação Constitucionalista na Revolução de 1932**. Universidade Federal de Juiz de Fora. 20--. Disponível em: http://www.ahimtb.org.br/A AVIAÇÃO CONSTITUCIONALISTA NA REVOLUÇÃO DE 1932.pdf. Acesso em: 11 ago. 2017.

CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente de São Paulo**. São Paulo: Grande Oriente de São Paulo, 1994.

CASTELLANI, José. **Os Maçons que Fizeram a História do Brasil**. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1991.

CASTRO, Luiz Sérgio. **Os Maçons e a Revolução de 1930.** 2015. Disponível em: http://omalhete.blogspot.com.br/2015/03/os-macons-e-revolucao-de-1930.html. Acesso em 12 ago. 2017.

COTRIM, Gilberto. **História Global**: Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2005.

DALTON JUNIOR. Honras e lembranças. **Campo & Cidade**, n. 20, p. 38, set. 2002.

DELLA ROSA, Ricardo. **Propaganda de Guerra:** Cartazes da Revolução de 32. Disponível em: https://seuhistory.com/noticias/propaganda-de-guerra-cartazes-da-revolucao-de-32. Acesso em: 11 ago. 2017.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DOMINGUES, Petrônio José. Os "Pérolas Negras": a participação do negro na Revolução constitucionalista de 1932. **Afro-Ásia**, n. 29/30, p. 199-245, 2003.

DUARTE, Paulo. **Palmares pelo Avesso**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

ESCOTEIROS DO BRASIL. **Os Escoteiros e a Revolução de 1932**, 2015. Disponível em: https://www.escoteirossp.org.br/os-escoteiros-e-a-revolucao-de-1932/. Acesso em: 12 fev. 2017.

ESTRADA, Angélica. Distantes do "*front*". **Campo & Cidade**, n. 20, p. 35-36, set. 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 14ª .ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

FEIJÓ, Martin C. e GERTEL, Noé. **1932**: a guerra civil paulista. São Paulo: Ática, 1998.

FONSECA, Sherloma Starlet. **Memórias de um Constitucionalista:** Paulo Duarte e a Guerra civil de 1932. 2009. 136 p. Dissertação

(Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2009.

FRANCISCO, Luís Roberto de. **Itu na Revolução de 1932.** 2013. Disponível em: http://www.itu.com.br/artigo/itu-na-revolucao-de-1932-20130706. Acesso em: 28 ago. 2017.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. **As sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo (1850-1871)**. 2010. 149 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010.

GASPARETTO JUNIOR, Antônio. **Antecedentes da Revolução Constitucionalista de 1932.** Disponível em: http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/antecedentes-da-revolucao-constitucionalista-de-1932/. Acesso em: 12 ago. 2017.

KUPPER, Agnaldo. São Paulo 1932: uma explosão em busca de novos rumos. **Revista Eletrônica de Educação**, ano II, n. 03, p. 1-14, ago./dez. 2008.

LACERDA, Daíza. Revolução de 32: Limeira e as notícias do front. **Repórter é viver**. 2016. Disponível em: https://daizalacerda.wordpress.com/2016/07/09/revolucao-de-32-limeira-e-as-noticias-do-front/. Acesso em: 28 ago. 2017.

LEVY, Herbert V. **A Coluna Invicta: Romão Gomes**. 2ª ed. São Paulo: Martins, 1967.

LIMA, Soraia Herrador Costa. **Júlio de Mesquita Filho**: entre a máquina de escrever e a política. O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32 pelo jornal O estado de São Paulo. 2008. 145 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MMDC – Sociedade Veteranos de 32 – MMDC. Disponível em: http://www.mmdc.org.br/. Acesso em 10 ago. 2017.

MOREIRA, Regina da Luz. **Revolução Constitucionalista de 1932.** 2017. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932. Acesso em: 19 ago. 2017.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O Poder da Maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PAIOLA, Carlos. Heróis Politécnicos na Revolução de 32. **Revista Condutor**, nº. 95, 2002. Disponível em: http://netleland.net/hsampa/epopeia1932/HeroisPoli1932.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

RIBEIRO, José Alexandre dos Santos. Sobre Guilherme de Almeida em Campinas. **Saráo Memória e Vida de Campinas**, v. 1, n. 10, p. 1-7, jun. 2003.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. **Raça e Justiça**: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça. 2016. 476 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

SILVA, Alessandro. A vida junto às Arcadas. **Folha de S. Paulo**. 23 nov. 2003. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2311200327.htm. Acesso em 10 de agosto de 2017.

SILVA, Henrique Castro da. **Revolução Constitucionalista de 32:** principais motivações da Frente Única Paulista. 2015, 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Revolução Constitucionalista. **Brasil Escola**. Disponível em http://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolucaoconstitucionalista.htm. Acesso em 26 de agosto de 2017.

SOUZA, Blau; CHAVES, Zeno Dias. **Pela Palavra Empenhada**: A Revolução de 1932. Porto alegre: AGE, 2012.

ULRICH, Aline. **Guilherme de Almeida e a construção da identidade paulista**. 2007. 180 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VILLA, Marco Antônio. **1932**: imagens de uma revolução. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

ANEXO - O AUTOR

Rubens Pantano Filho é graduado em Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e em Pedagogia pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Fez cursos em nível de pós-graduação em Física Nuclear na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas) e em Maçonologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Tem Mestrado e Doutorado em Engenharia e Ciência dos Materiais pela Universidade São Francisco (USF).

Foi professor, coordenador e/ou diretor em várias instituições de Ensino Médio e Superior: Colégio Manuel Euclides de Brito, Colégio Técnico Rosa Perrone Scavone (ambos em Itatiba), Colégio Notre Dame de Campinas, Colégio Van Gogh (Holambra), Colégio Porto Seguro (Valinhos), Colégio Guimarães Rosa (Itu), Curso Mac-Poli (Campinas/Jundiaí), Curso e Colégio Anglo/Campinas, Curso Anglo São Paulo, Universidade São Francisco, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Universidade de Sorocaba, Universidade Paulista (Sorocaba), Centro Universitário Salesiano (Americana), Centro Universitário Max Planck (Indaiatuba), Faculdade Politécnica de Campinas e Faculdade de Tecnologia César Lattes (Itu). Atualmente é docente efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

Como autor, coautor e/ou organizador, tem algumas dezenas de livros publicados e artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais. Entre eles incluem-se as seguintes obras de cunho maçônico: “A Loja Maçônica Ordem e Progresso CL”, “Tempo de Estudos” e os “Anais” do VII, VIII, IX e X Simpósios da Academia Campinense Maçônica de Letras.

Na Maçonaria, foi iniciado em 11/02/2003 na Augusta e Respeitável Loja Simbólica Ordem e Progresso CL – nº 1900, GOB-SP, do Oriente de Indaiatuba/SP. Foi exaltado a Mestre Maçom em 04/12/2004 e, quase dez anos depois, em 02/08/2014, recebeu o Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Foi Deputado Estadual por dois mandatos junto à Poderosa Assembleia Estadual Legislativa – PAEL - do Grande Oriente de São Paulo – GOSP, na qual também foi membro da Comissão de Educação e Cultura.

É membro do Conselho Curador da Fundação Carlos Chagas, acadêmico da Academia Itatibense de Letras - AIL, da Academia Ituana de Letras - ACADIL e da Academia Campinense Maçônica de Letras - ACML, nesta última ocupando a cadeira de nº. 36, cujo patrono é o ilustre maçom Erwin Siegnemartin. Na ACML também é membro da comissão organizadora do Simpósio da ACML e do Conselho Editorial da Revista "O Pensador".

É membro fundador da Augusta e Respeitável Loja Simbólica de Estudos Sem Fronteiras – nº 7025, GOSP, Oriente de Indaiatuba/SP, na qual ocupa atualmente o cargo de 1º Vigilante. Também é filiado à Augusta e Respeitável Loja Simbólica Tiradentes – nº. 967, GOSP, Oriente de Salto/SP.

A Loja de Estudos Sem Fronteiras foi fundada no dia 22 do mês de fevereiro do ano de 2019 e está subordinada ao Grande Oriente de São Paulo – GOSP. Trabalha nos graus simbólicos do Rito Escocês Antigo e Aceito e realiza suas sessões quinzenalmente, às quartas-feiras, às 20 h (vinte horas), no Templo da Augusta e Respeitável Loja Simbólica Sabedoria e Prudência nº. 756, GLESP, situado à Rua Álvaro dos Santos nº 1372, Jardim Adriana, Indaiatuba/SP.

Sendo uma Oficina de estudos, a Loja tem como paradigma o estudo e a reflexão, visando ao aperfeiçoamento maçônico de seus membros. Sua denominação também faz alusão ao fato de a Maçonaria ser Universal, não devendo existir barreiras separadoras entre todos os Irmãos do planeta, independente da Obediência à qual estão subordinados.

FoxTablet

Apoio Cultural

ISBN 978-65-89010-22-7